

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
(PUC-SP)

Eliana Pereira Silva

Mulheres em situação de violência na favela de Paraisópolis –
possibilidades de luta e resistência

MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL

SÃO PAULO

2014

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
(PUC-SP)

Eliana Pereira Silva

Mulheres em situação de violência na favela de Paraisópolis –
possibilidades de luta e resistência

MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo,
como exigência parcial para a obtenção do título
de MESTRE em Serviço Social, sob a orientação
da Profa. Dra. Maria Beatriz Costa Abramides.

SÃO PAULO

2014

Banca Examinadora

AGRADECIMENTOS

À minha família, especialmente à minha mãe.

À professora Maria Beatriz Costa Abramides, minha orientadora, com quem obtive grande aprendizado, a oportunidade de trocas e alegrias, por sua presença e inspiração de perseverança aguerrida e alegria na luta. Minha admiração e respeito, pelo compromisso ético e político na construção de uma sociedade justa, livre da desigualdade e qualquer tipo de opressão.

Às mulheres de Paraisópolis, especialmente as que foram sujeitos desta pesquisa.

À Débora Nunes de Oliveira, amiga querida, com quem tenho o prazer de compartilhar da vida e das descobertas, processo de formação e aprimoramento profissional, pelo seu carinho, afeto e dedicação, leitura, revisão e contribuições para elaboração dessa pesquisa.

À Cléo (Clenivalda Franca dos Santos), pela amiga que é, pela sua terna presença, paciência, apoio, dedicação, suporte e carinho, pelo seu incentivo e encorajamento. Por compartilhar, favorecer e facilitar vários momentos de alegria e diversão, salutareis nesse processo.

A Lucila Brandão, por sua presença carinhosa e curativa, essencial e importante para amenizar minhas ansiedades, pelo incentivo e por valorizar minhas descobertas.

A Solange Alberto, pela amizade, o carinho e a presença na vida e no trabalho.

Aos profissionais do Programa Einstein na Comunidade, especialmente minha equipe de trabalho, pela contribuição e o carinho dedicados nessa fase.

A Claudia Regina Lara, Roberta Maria Lopes de Oliveira e Marilene Aparecida Massaro, assistentes sociais, que atravessam comigo o cotidiano de tantos desafios, conquistas, trocas, emoções e reencantamentos.

Especial a Claudia Regina Lara, pela contribuição na indicação, articulação e facilitação do contato com as mulheres sujeitos desta pesquisa. Por sua dedicação, carinho e amizade.

Aos alunos da pós-graduação, em especial àqueles com quem tive a oportunidade de estabelecer novos laços de amizade, trocas e cumplicidades – Valter Martins, Márcia Torres, Rachel Gouveia, Alberta Emilia Dolores, Neusa Cavalcante Lima, Fernanda de Souza Lopes e Thatiane Goghi.

A Rachel Gouveia, por sua presença divertida e carinhosa, pelas contribuições, pelo incentivo e apoio, pelas conversas a respeito das relações de gênero e do amor entre os “sujeitos”.

A Graziela Acquaviva Pavez, pelo carinho e incentivo, a oportunidade de acompanhá-la na experiência de estágio de docência no Núcleo de Violência e Justiça do curso de graduação de Serviço Social da PUC-SP. Pela generosidade em compartilhar conhecimentos, ideias e experiência profissional. Minha admiração pela competência, compromisso com as mulheres, com a profissão, a docência e o conhecimento.

Aos alunos participantes do Núcleo de Violência e Justiça, do segundo semestre de 2013 e primeiro semestre de 2014. Com eles, tive a oportunidade de realizar muitas reflexões e obter contribuições acrescentadas neste trabalho.

Às professoras da banca examinadora de qualificação, Maria Lúcia Martinelli e Maria José Rosado Nunes, pela generosidade e contribuições profícuas no processo de elaboração da pesquisa e dissertação.

À Associação de Mulheres de Paraisópolis, representadas por suas lideranças: Rejane, Elizandra, Socorro, Terezinha, Claudia e Ivone.

Aos meus amigos (as) e amores ternos, que de alguma maneira estiveram presentes e compartilharam dessa fase de perto, com amizade, apoios, e cuidados, especialmente – minha irmã Daniela Pereira, Danielle Alves, Daniela Agreste Bruder e Carolina Souza.

Sonho Impossível

*Sonhar
Mais um sonho impossível
Lutar
Quando é fácil ceder
Vencer
O inimigo invencível
Negar
Quando a regra é vender
Sofrer
A tortura implacável
Romper
A incabível prisão
Voar
Num limite improvável
Tocar
O inacessível chão
É minha lei, é minha questão
Virar esse mundo
Cravar esse chão
Não me importa saber
Se é terrível demais
Quantas guerras terei que vencer
Por um pouco de paz
E amanhã, se esse chão que eu beijei
For meu leito e perdão
Vou saber que valeu delirar
E morrer de paixão
E assim, seja lá como for
Vai ter fim a infinita aflição
E o mundo vai ver uma flor
Brotar do impossível chão*

(Chico Buarque)

RESUMO

SILVA, Eliana Pereira. **Mulheres em situação de violência na favela de Paraisópolis** – Possibilidades de luta e resistência. 2014. 157 f. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), São Paulo, 2014.

O objeto deste estudo é a análise e apreensão da violência como uma das expressões da questão social e sua inter-relação com as categorias Classe e Gênero e Raça, por meio do recorte do universo do cotidiano das mulheres moradoras da comunidade de Paraisópolis (bairro da cidade de São Paulo), sua percepção e vivência, bem como as maneiras como forjam as estratégias de sobrevivência e possibilidades de resistência, suas condições, e determinações concretas da realidade social. Objetivou-se, com a pesquisa, compreender a percepção das mulheres sobre a vivência da violência, a violência dirigida diretamente a elas, e o significado atribuído às suas experiências e às formas como se organizam, resistem (ou não) às diversas formas de violência. Partimos da concepção de violência como categoria saturada de determinações e contradições, que podem ser apreendidas apenas por meio da análise de suas condições concretas. A partir dessa perspectiva, optou-se pela realização de pesquisa qualitativa, especificamente na construção de narrativas orais de mulheres moradoras da comunidade de Paraisópolis, além de entrevista em grupo com lideranças da Associação de Mulheres da região. O caminho da pesquisa percorreu, ainda, a descrição e análise do território de Paraisópolis e suas particularidades em relação à violência, e como as diversas violências atingem diretamente o cotidiano das mulheres. Por meio de entrevistas e a construção das narrativas orais, nos aproximamos da voz e percepção dos sujeitos, de como elaboram sua própria experiência na vida cotidiana e possibilidades de resistência. São mulheres que, a despeito de todas as dificuldades, constroem, a partir do seu cotidiano, estratégias de sobrevivência, resistências, formas de vida. Subvertem o seu cotidiano e se reconhecem como sujeitos por meio da inserção em ações e atividades coletivas, redes de solidariedade e na construção de várias estratégias de sobrevivência.

Palavras-chave: Violências. Violência contra a mulher. Mulheres da periferia. Favela Paraisópolis.

ABSTRACT

SILVA, Eliana Pereira. **Women victims of violence in the slums of Paraisópolis** - Possibilities of struggle and resistance. 2014. 157 p. Pontifical Catholic University of São Paulo (PUC-SP), São Paulo, 2014.

The object of this study is the analysis and the apprehension of violence as one of the expressions of this social issue and its interrelationship with the categories Class and Gender and Race, by means of the delimitation of the universe of the daily lives of a number of women who live in the Paraisópolis community (a neighborhood in São Paulo city), their perception and experience, as well as the ways they forge their strategies of survival and possibilities of resistance, their conditions, and precise determinations of social reality. The aim of this research is to understand the perception of these women regarding their experiences with violence, the violence specifically towards them, and the meaning attributed to their experiences, and the ways in which they organize themselves, resist (or not) to the various forms of violence. We start from the conception of violence as a category which is saturated by determinations and contradictions, which can be apprehended only by means of the analysis of their specific conditions. From this perspective, we opted for conducting a qualitative research, specifically in the construction of oral narratives of the women who live in the Paraisópolis community, along with a group interview with leaders of the Association of Women in the region. The conduction of the research included a description and an analysis of the territory of Paraisópolis and its characteristics in relation to violence, and how the various kinds of violence affect directly the daily lives of the women. By means of interviews and the construction of the oral narratives, we approached the voice and the perception of the subjects, the way they elaborate their own experience and their possibilities of resistance in their daily lives. These are women who, despite all the difficulties, build, from their daily life, strategies of survival, resistance, and ways of life. They subvert their daily life and recognize themselves as subjects, by means of inclusion in collective actions and activities, solidarity networks and in the construction of several survival strategies.

Keywords: Violence. Violence against women. Women from the periphery. Favela Paraisópolis.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURAS

Figura 1 – Tipos de violência	33
Figura 2 – Escolha dos nomes fictícios – mulheres pesquisadas nas narrativas	51
Figura 3 – Território de Paraisópolis, na região do Morumbi, Distrito da Vila Andrade.....	87
Figura 4 – Vista da Favela de Paraisópolis	88
Figura 5 – Complexo Paraisópolis	89
Figura 6 – Contrastes na Favela de Paraisópolis	90
Figura 7 – Vista de Paraisópolis	93

QUADROS

Quadro 1 – Situação socioeconômica – mulheres pesquisadas nas narrativas	54
Quadro 2 – Gênero e violência – mulheres pesquisadas nas narrativas.....	55
Quadro 3 – Vínculos relacionais e comunitários – mulheres pesquisadas nas narrativas.....	56

LISTA DE SIGLAS

Aids	Síndrome da Imunodeficiência Adquirida
CBAS	Congresso Nacional de Assistentes Sociais
BPC	Benefício Prestação Continuada
CEDAW	Convenção para eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher
Cedi	Centro de Estudos de Desenvolvimento Infantil
CPAS	Centro de Promoção e Atenção à Saúde
CPMI	Comissão Parlamentar Mista de Inquérito – Violência contra a Mulher
CRAS	Centro de Referência Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado da Assistência Social
DST	Doenças Sexualmente Transmissíveis
Enpess	Encontro Nacional de Pesquisa e Ensino de Serviço Social
ECA	Estatuto da Criança e Adolescente
OMS	Organização Mundial da Saúde
Neam	Núcleo de Estudo e Aprofundamento Marxistas
OPAS	Organização Pan Americana da Saúde
PCC	Primeiro Comando da Capital
PECP	Programa Einstein na Comunidade de Paraisópolis
PNPM	Plano Nacional de Políticas para as Mulheres
PUC-SP	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
SBIBAE	Sociedade Brasileira Israelita Beneficente Albert Einstein
Sinam	Sistema de Informação de Agravos de Notificação do Ministério da Saúde
STF	Supremo Tribunal Federal
SUS	Sistema Único de Saúde
UBS	Unidade Básica de Saúde
Zeis	Zona Especial de Interesse Social

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO I	
VIOLÊNCIA, GÊNERO E QUESTÃO SOCIAL	16
1.1 Violência e Questão Social	16
1.2 Violência e Questão Social no Brasil	24
1.3 Gênero e Violência	27
1.4 Violência Dói e Não É Direito	32
1.5 Violência Contra a Mulher e Violação de Direitos Humanos	38
CAPÍTULO II	
OS CAMINHOS E O UNIVERSO DA PESQUISA	44
2.1 Procedimentos Metodológicos	46
2.2 Sujeitos da Pesquisa	51
2.2.2 A construção das narrativas	52
2.3 Pesquisa Documental	53
2.4 Sobre as Formas de Expressão da Violência no Cotidiano das Mulheres	53
2.4.1 Perfil socioeconômico e caracterização das mulheres pesquisadas nas narrativas.....	54
2.4.2 Análise das formas de expressão das violências a partir das narrativas	57
2.5 As Diversas Formas de Violências a partir do Olhar das Lideranças Comunitárias	72
2.6 Considerações Gerais sobre as Diversas Formas de Expressão e Manifestação das Violências	74
CAPÍTULO III	
A ARTE DE SOBREVIVER NA ADVERSIDADE	80
3.1 Violência Urbana	81

3.2 Favela Paraisópolis – Universo da Pesquisa	87
3.3 A Arte de Sobreviver na Adversidade e a Narrativa das Mulheres	98

CAPÍTULO IV

COTIDIANO E POSSIBILIDADES DE RESISTÊNCIA.....	109
---	------------

4.1 Serviço Social, Violência e Cotidiano – Possibilidades de Resistência e Projeto

Ético-Político da Profissão	110
--	------------

4.2 Possibilidades de Luta e Resistência no Cotidiano das Mulheres.....	117
--	------------

4.3 Possibilidades de Resistência nas Narrativas das Mulheres.....	121
---	------------

4.4 Redes de Solidariedade e Organizações Locais	126
---	------------

4.4.1 Associação de Mulheres de Paraisópolis – perspectiva de resistência coletiva	127
---	-----

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	135
----------------------------------	------------

REFERÊNCIAS	139
--------------------------	------------

ANEXOS

INTRODUÇÃO

Estudar o tema relacionado às situações de violências, às quais estão submetidas as mulheres pobres da periferia, bem como suas estratégias e possibilidades de resistência, é fruto do conjunto de reflexões, contribuições e experiências da trajetória pessoal e profissional da autora.

A partir da aproximação com o tema, foi possível visualizar como sempre esteve presente e vinculado a aspectos da experiência e trajetória pessoal; às escolhas e ao caminho que foi sendo trilhado no processo de formação; à vivência e experiência profissional. Sempre em contato e pensando com as mulheres sobre suas/nossas alternativas e, sobretudo, no valor e significado do trabalho do (a) assistente social no desvelar de mediações, na construção de alternativas e contribuições para a conquista de outra condição e perspectiva de emancipação das mulheres.

No cotidiano do exercício profissional, é surpreendente observar a potencialidade, riqueza, capacidade de superação e as estratégias de sobrevivência das mulheres em um cenário marcado muitas vezes por diversas dificuldades: a condição de classe; a condição de gênero e raça; a vivência do território; as histórias de violações e tantas outras expressões das violências.

O trabalho do (a) assistente social no campo das violências revela a importância de ver a realidade para além do imediato e aparente. E suscitam questionamentos sobre a direção social do trabalho do (a) assistente social, as possibilidades de materialização do projeto ético-político, as mediações e as estratégias que têm sido construídas na perspectiva de ampliar o acesso e efetivar direitos. Um campo fortemente marcado por contradições e tensionamentos expressos nas mais variadas cenas do cotidiano¹.

A violência que vitimiza as mulheres não diz respeito apenas às vivenciadas no âmbito doméstico e no campo amoroso, mas perpassa as diversas relações sociais, seja da

¹Cotidiano entendido como categoria ontológica do ser social, fundamento do homem na sua constituição. Esfera da vida em que os homens reproduzem os seus valores, sua moral, seus sentimentos, condições objetivas e subjetivas de existência (HELLER, 2008).

desigualdade de renda, das diferenças de inserção e acesso ao mercado de trabalho, seja da violação de direitos sociais e daquelas oriundas da sua condição de gênero, raça e classe.

O acirramento da pobreza e as metamorfoses da questão social na atualidade repercutem, sobretudo, no cotidiano das mulheres pobres. Isso é evidenciado nos processos de responsabilização na criação dos filhos, na dupla jornada de trabalho, na própria vivência da subalternidade como jugo que a mulher carrega nas suas diferentes relações, inclusive nas amorosas.

A violência, em suas diversas formas de expressão, tem se tornado um tema bastante relevante no contexto de trabalho do assistente social - em qualquer espaço sócio-ocupacional o assistente social estará diante dessa demanda, que se apresenta, hoje, como questão transversal a todas as outras demandas trazidas pela população. Especialmente as mulheres, usuárias em potencial dos serviços e programas sociais, cotidianamente referem-se a uma série de violações - dentro ou fora de casa, as mulheres vivenciam *violências*² - caracterizadas por violência doméstica, histórias de abuso e exploração sexual, abandono e negligência por parte dos pais, vivência da pobreza e ausência de acesso aos direitos sociais fundamentais.

A banalização e naturalização da violência comparecem como expressão e herança conservadora na formação social e histórica brasileira - a subjugação e dominação dos sujeitos, especialmente dos pobres, o abuso do poder por parte do Estado na usurpação e autorização para violar os corpos de pobres, jovens e negros, a violação do corpo e das possibilidades do exercício da cidadania das mulheres. Todas essas questões reafirmam a importância do debate, das reflexões e dos desafios colocados para efetivação da ética e dos valores humanos em tempos de barbárie, violência e violação de direitos.

Considerada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) (2002) como questão de saúde pública, a violência contra a mulher provoca mortes, lesões e traumas e agravos físicos, mentais e emocionais; e diminui a qualidade de vida da população. Como violação de direitos humanos, evidencia os impactos e repercussões para o exercício de direitos essenciais das mulheres, além de comprometer suas possibilidades de liberdade e autonomia. Apesar dos avanços, pactos e das questões colocadas na agenda mundial, especialmente por influência

² Expressão utilizada no debate de alguns autores, como Minayo (2003), a partir da análise da violência como fenômeno complexo com diferentes formas de expressão e manifestações que se articulam entre si.

política do movimento feminista, vivemos, em pleno século 21, com a violação sistemática dos direitos humanos das mulheres.

A partir desta pesquisa, buscamos uma aproximação com a discussão conceitual sobre as violências, como uma das expressões da questão social na cena contemporânea, as repercussões das violências para o gênero feminino, especialmente na articulação das categorias classe, raça e etnia, e como questão importante de saúde pública e violação de direitos humanos.

Tomamos a categoria *sobreviver na adversidade*, como contribuição do campo da antropologia e como possibilidade de aproximação e compreensão da perspectiva de trabalho com as situações de violência dentro de um cenário marcado por conflitos e violências, repercussões da violência da urbana no cotidiano de vida das mulheres pobres da periferia.

A criminalização da pobreza e das populações que residem nas periferias, bem como a responsabilização individual dos sujeitos por sua condição, e, no caso das mulheres, as dificuldades que envolvem o rompimento com as situações de violência é um ponto de um debate que nos desafia a desvelar quais as mediações e as possibilidades de resistência dessas mulheres.

Discutir *cotidiano e resistência* como categorias sociais oferece subsídios e a possibilidade de desvelar a complexidade que envolve o cotidiano, as histórias, a correlação de forças e mediações que constitui a vivência das situações de violência das mulheres, bem como as possibilidades de resistência. Situar o debate dessas categorias com o projeto ético-político da profissão do (a) assistente social, bem como a leitura crítica da realidade, a partir da perspectiva da totalidade e das contradições que dela emanam, vislumbra a ampliação das possibilidades de escolhas e construção criativa de estratégias de intervenção.

A partir das narrativas e da entrevista em grupo com as lideranças podemos evidenciar uma clara diferença em relação à percepção e nomeação da violência por parte das lideranças diante das narrativas das mulheres. A perspectiva de organização confere possibilidades de ampliação, não apenas de conhecimento, mas de trocas que viabilizam o reconhecimento de potencialidades e possibilidades de luta entre as mulheres.

A violência como violação de direitos é expressa, de diversas formas de expressão, especialmente, como falta de acesso aos bens e direitos essenciais.

Como algo do campo do vivido, a violência, se metaboliza com grande permeabilidade nas diversas estâncias das relações sociais.

Fica colocado para o debate e para estudos posteriores compreender as possibilidades de ampliação efetiva da capacidade política da população para defesa de garantia e ampliação dos direitos sociais diante de um cenário marcado por potencialidades e resistência, mas também pela barbárie e alienação.

Trata-se de um debate amplo e complexo, do qual esta dissertação pretende apenas se aproximar, pois muitas questões ficarão em aberto para estudos futuros.

CAPÍTULO I

VIOLÊNCIA, GÊNERO E QUESTÃO SOCIAL

A mesma modernidade que anuncia a razão e o esclarecimento, pronunciando o desencantamento do mundo, revelando a alienação e anunciando a emancipação, essa mesma modernidade leva consigo a barbárie e a danação.
(IANNI, 2004, p. 296).

Neste primeiro capítulo, realiza-se a aproximação conceitual sobre a violência, suas diversas formas de expressão e manifestação, bem como sua relação direta com a persistência da desigualdade social.

A partir dessa perspectiva, buscam-se os aportes para a compreensão da violência contra as mulheres como expressão das desigualdades sociais, que, articuladas na relação entre classe, gênero e raça, repercutem diretamente no cotidiano de vida das mulheres pobres da periferia.

Como questão de saúde pública e violação de direitos, a violência contra a mulher se constitui alvo de debates e desafios relevantes para a área de serviço social, para o conjunto das políticas sociais e os programas de enfrentamento e combate das violências.

1.1 Violência e Questão Social

Na virada do século XXI, o Serviço Social, como profissão, teve o seu campo de trabalho ampliado e, como desafio, um cenário complexo de intervenção: as determinações históricas do processo de mundialização da economia redimensionaram a questão social, cena contemporânea e suas particularidades no Brasil.

O capitalismo integra, na expansão monopolista, um processo político que sustenta e alimenta a crescente valorização do capital. Esse sistema assume não só o processo de acumulação e das transformações dos modos de produção, mas também envolve a economia e

as várias esferas da sociedade – a política e a cultura – com repercussões profundas nas formas de sociabilidade no jogo das forças sociais (IAMAMOTO, 2010).

O novo ciclo de expansão do capitalismo transnacional e a sociedade global que redesenham o mapa do mundo (IANNI, 2004, p. 143) intensificam a desigualdade social, aprofundam e metamorfoseiam as novas expressões e as múltiplas manifestações da questão social³.

Entre as surpresas e inquietações que se produzem e reproduzem por dentro e por fora da globalização, na fábrica da sociedade civil mundial, destacam-se as mais diversas e assustadoras formas de violência; compreendendo violência urbana e narcotráfico, sequestro e tráfico de órgãos, terrorismo niilista e terrorismo nazista, esquadrões da morte e lógica da destruição criativa, desemprego estrutural e lumpenização generalizada, terrorismo de Estado e geopolítica da guerra, racismos e fundamentalismos.

A precarização e a insegurança do trabalho, a banalização, naturalização do aprofundamento da pobreza⁴ e da desigualdade e das suas formas de violência, têm se apresentado como expressões perversas da questão social.

No processo que radicaliza a alienação e a banalização do humano; a pobreza, desigualdade e violência apresentam-se naturalizadas como coisas e “paisagens” do dia a dia, ou seja, situação com a qual convivemos com certo desconforto, mas que não interpela qualquer forma de responsabilidade individual ou coletiva; nos “acostumamos” com elas.

[...] neste país, as distâncias sociais são tão grandes e o fosso social tão imenso que parece não ser plausível uma medida comum que permita que a questão da justiça e da igualdade se coloque como problema e critério de julgamento nas relações sociais, de tal modo que a trama das desigualdades e iniquidade é como que neutralizada, fixando diferenças e assimetrias (de classe, de gênero, de idade, de raça e origem) em modos de ser não apenas distintos, mas incomensuráveis porque ancorados na ordem natural das coisas – ou melhor, fixadas no mundo irrefletido das ‘evidências naturais’ construídas na trama das hierarquias que parecem não mais do que emanar da ordem natural das coisas. Estou aqui falando de uma figuração pública da questão social e de um horizonte simbólico que projeta a pobreza em uma espécie de paisagem que incomoda a todos, mas que, tal como a natureza, se estrutura fora e por fora da trama das relações sociais (TELLES, 1999, p. 11).

³ Questão social “enquanto parte constitutiva das relações sociais capitalistas é apreendida como expressão ampliada das desigualdades sociais: o anverso do desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social. Sua produção/reprodução assume perfis e expressões historicamente particulares na cena contemporânea” (IAMAMOTO, 2001, p. 10).

⁴ “[...] a pobreza não é apenas compreendida como resultado da distribuição dos meios de produção, - e, portanto às relações entre as classes -, atingindo a totalidade da vida dos indivíduos sociais, que se afirmam como inteiramente necessitados, tanto na órbita material quanto espiritual (intelectual, cultural e moralmente). Processo esse que é radicalizado com o desmonte das políticas sociais públicas e dos serviços a elas atinentes, destituindo a responsabilidade do Estado na preservação do direito à vida de amplos segmentos sociais, transferida à eventual solidariedade dos cidadãos, isto é, às sobras de seu tempo e de sua renda” (IAMAMOTO, 2001, p. 16).

Longe de ser algo natural do atual processo de desenvolvimento do capital, e irreversível, a questão social conforma-se como algo essencialmente político e indissociável da reconfiguração das estratégias políticas e ideológicas de legitimação do poder da classe dominante, dentre as quais destacam-se: o processo de retração do Estado e recuo de investimento na implementação de políticas públicas; o recuo e enfraquecimento dos movimentos de resistência acompanhada da despolitização das necessidades e lutas sociais; o sentimento de desesperança; a intensificação, exploração e precarização do trabalho; e, como consequência, a ameaça da conquista histórica de direitos sociais.

As desigualdades no cotidiano de grande parte da população – a violência e as diversas formas de violação de direitos humanos⁵, a persistência da pobreza e da falta de oportunidades de inclusão e inserção no mundo do trabalho – são expressões da banalização do humano e da radicalidade da questão social.

[...] o que se encontra na raiz das novas configurações da questão social é mais do que as expressões da pobreza, miséria e ‘exclusão’. Condensa a banalização do humano, no que atesta a radicalidade da alienação e a invisibilidade do trabalho social – e dos sujeitos que o realizam – na era do capital fetiche. A subordinação da sociabilidade humana às coisas – ao capital-dinheiro e ao capital mercadoria –, retrata, na contemporaneidade, um desenvolvimento econômico que se traduz como *barbárie social* [...] (IAMAMOTO, 2010, p. 125. Destaque nosso).

Trata-se de um cenário marcado pela banalização do humano e naturalização da barbárie, perverso e com teor nitidamente conservador⁶, em que se reforça uma mentalidade utilitária e individualista; a despolitização da questão social; a debilitação das redes de sociabilidade e sua subordinação às leis mercantis; o estímulo das atitudes e condutas centradas no indivíduo isolado, responsável por suas próprias opções, em uma sociedade de

⁵ Concepção de Direitos humanos como o conjunto de conquistas e garantias que, por meio das leis e do Estado, servem de sustentação e política: a universalidade e o direito natural à vida, à liberdade e ao pensamento. “A configuração moderna dos Direitos Humanos representou um grande avanço no processo de desenvolvimento do gênero humano, pois, ao retirar os Direitos Humanos do campo da transcendência, evidenciou sua inscrição na práxis sócio-histórica, ou seja, no lugar de ações humanas conscientes dirigidas à luta contra a desigualdade” (BARROCO, PUC Viva 33, out./dez. 2008, p. 11).

⁶ “no âmbito do pensamento conservador – ‘a questão social’ numa operação simultânea à sua naturalização, é convertida em objeto da ação moralizadora. E, em ambos os casos, o enfrentamento das suas manifestações deve ser em função de um programa de reformas que preserve, antes de tudo e mais, a propriedade privada dos meios de produção. Mais precisamente: o cuidado com as manifestações da ‘questão social’ é expressamente desvinculado de qualquer medida tendente a problematizar a ordem ‘econômico-social’ estabelecida; trata-se de combater as manifestações da ‘questão social’ sem tocar nos seus fundamentos da sociedade burguesa. Tem-se aqui, obviamente, um reformismo para conservar” (NETTO, 2001, 44).

desiguais; e o apelo moral no acionamento das redes de solidariedade para resolução das demandas sociais.

A apreensão fragmentada da realidade e a percepção de que as relações sociais são efêmeras e instáveis decorrem de vivências objetivas, num contexto de empobrecimento e de instabilidade de desregulamentação das relações de trabalho. A *reificação* que invade todas as esferas da vida social (Netto, 1981) favorece essa apreensão, pois contribui para ocultar a essência desses processos que aparecem em sua *aparência reificada*, como se fosse fenômenos naturais e absolutos. Além do mais, a ideologia dominante sedimenta essa naturalização, em sua justificação da dinâmica capitalista (BARROCO, 2011, p. 206. Destaques do autor).

Esse ideário político legitima a repressão dos trabalhadores, a criminalização dos movimentos sociais, da pobreza e da militarização⁷ da vida cotidiana.

Além do acirramento do controle e das formas de repressão que implicam a violência contra o outro, a reatualização de mitos e formas de autoritarismo atravessa as mais variadas dimensões da vida da população e coloca grandes questões e desafios para o trabalho do (a) assistente social (IAMAMOTO, 2001).

Com a violência tem surgido questões que desafiam os profissionais, do ponto de vista teórico-metodológico e, sobretudo, do ponto de vista ético-político. Segundo Barroco (2012), nunca foi tão necessário o posicionamento ético-político diante das situações de violência, exploração do trabalho e daquelas que reproduzem opressão, preconceito e discriminação.

É a própria da sociabilidade do capital disseminar a ideia de que todos são igualmente responsáveis pela crise societária que estamos vivendo. Nesta perspectiva, desemprego, violência, fome, mercantilização da saúde, da educação e de todas as dimensões da vida social são consideradas fenômenos comuns do desenvolvimento da humanidade (BARROCO, 2012, p. 14).

A violência não é uma abstração ou, tão pouco, um conceito inequívoco. É algo da ordem do vivido, que atravessa o cotidiano, mobilizando e imobilizando sentimentos em indivíduos e coletividades. “Violência é algo da ordem do vivido, cujas manifestações

⁷ José Paulo Netto, em palestra no XIII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço social (Enpess) – Juiz de Fora/MG, ressalta vínculo entre as dimensões assistenciais das políticas públicas e política de segurança pública militarizada, vínculo econômico-político e que somente a partir dos recursos da crítica da economia política pode ser apreendido e compreendido. A conjuntura, em escala mundial, de um tentacular e gigantesco processo de controle das classes perigosas articula organicamente extensão de coberturas assistenciais e repressão generalizada. Uma experiência de alcance internacional e que se pode mostrar claramente nas iniciativas dos governantes do Rio de Janeiro com as Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs); a polícia colombiana, em Bogotá, e o genocídio dos pobres; o mote da tolerância zero, originado em Nova Iorque e generalizado em praticamente todos os programas repressivos; do exemplo mexicano a Geraldo Alckmin, em São Paulo (Anotações de participação no evento).

provocam ou são provocados por uma forte carga emocional de quem a comete, de quem sofre e de quem a presencia” (MINAYO, 2006, p. 14).

A partir da perspectiva da totalidade⁸, é algo que se objetiva, em dada condição sócio-histórica, que se constitui no curso dos modos de organização social e técnica do trabalho e da produção, das formas de sociabilidade e dos jogos de forças sociais (IANNI, 2004). E acompanha toda a história da humanidade, mas se apresenta de diferentes maneiras em cada contexto. É na sociedade de classe, ou seja, na sociedade burguesa, que vai apresentar sua face mais perversa e ser utilizada como uma poderosa “força produtiva”⁹. Inerente e essencial à dinâmica do capitalismo, de alguma maneira, se subjetiva, se singulariza no cotidiano da vida dos sujeitos.

Mutante, a violência designa, pois – de acordo com épocas, locais circunstâncias –, realidades muito diferentes. Há violências toleradas e há violências condenadas. E, desde o nascimento do *homo sapiens* e, mais especificamente, desde o início da modernidade, ela se enriquece de novas formas, cada vez mais complexas e, ao mesmo tempo, mais fragmentadas e articuladas (MINAYO, 2003, p. 25).

Ianni (2004) refere-se à sociedade contemporânea como “fábrica de violência”– produz e reproduz, desde as mais prosaicas às mais sofisticadas formas, técnicas e práticas brutais de barbárie e violência.

Note-se que a barbárie não aparece como tal, barbárie, em todas as suas implicações, para todos, indivíduos e coletividades. Suas manifestações mais ou menos brutais, sejam elas físicas, sociais ou mentais, revelam-se fragmentariamente para uns e outros. As mais diversas formas de violência, compreendendo o terrorismo, o sequestro, a tortura, o esquadrão da morte, o paramilitar, o desaparecido, aquele que é atirado ao mar, aquele que é atirado à cratera do vulcão, o terrorismo de Estado, a diáspora, o holocausto, o pauperismo, a subnutrição, a inanição e outras, muitas outras, são vistas em si, em sua singularidade, como atos ou situações nos quais os agentes imediatos e as vítimas imediatas é que são considerados, lastimados, lembrados, culpados, glorificados. Além da surpresa e do choque, da indignação e entusiasmo, ocorre simultaneamente um processo de resignação, naturalização, ideologização (IANNI, 2004, p. 293).

⁸ Dentro da perspectiva da totalidade, a violência é um dos complexos que configura a totalidade da sociedade burguesa. Totalidade enquanto categoria ontológica marxiana, totalidade “[...] não é um todo constituído por ‘partes’ funcionalmente integradas. Antes, é uma totalidade concreta inclusiva e macroscópica, de máxima complexidade, constituída por totalidades de menor complexidade. Nenhuma dessas totalidades é simples – o que as distingue é o seu grau de complexidade [...]” (NETTO, 2011, p. 56).

⁹ “[...] a fábrica da sociedade fabrica a pobreza, a miséria e a fome [...]. Nesse sentido é que a violência institucionalizada, traduzida em mecanismos de oferta e demanda de mercado, disciplina rigorosa, praticamente militar, nos locais de trabalho, vigilância policial relativa ao trabalhador negro, nativo, branco, árabe, asiático ou outro conforme o país, nesse sentido é que a violência revela-se uma poderosa força produtiva. Sim, ao lado do capital, tecnologia, força de trabalho, divisão do trabalho social, mercado e planejamento, a violência institucionalizada, o Estado como a violência organizada e concentrada da sociedade, revela-se como poderosa força produtiva” (IANNI, 2004, p. 149).

No jogo claro e escuro¹⁰ das contradições e ambiguidades, a violência está presente e evidente, escondida e latente, nos mais diversos setores da vida social, nas objetividades e subjetividades. Pode atingir indivíduos, bem como coletividades inteiras. Possui forte conotação ideológica e atinge não somente as ideias, pessoas e coisas, mas também a natureza (IANNI, 2004).

Se a violência acompanha a história da humanidade, ela se singulariza em determinadas condições. É dentro da sociedade capitalista que encontra os mecanismos ou o celeiro mais propício para sua reprodução – seja a violência exercida pela figura do Estado como força de coerção para manutenção do *status quo*, seja a violência institucional ou na reprodução de atitudes e comportamentos vinculados ao poder nos espaços privados (relações de gênero, geracional), entre outros.

Como questão estrutural, a violência atravessa o cotidiano dos indivíduos e das coletividades. Apresenta-se com relevância nos discursos, agendas e propostas políticas, está em todos os espaços – à margem ou à sombra da ação do Estado, da política, e nas formas de mercado de trabalho, entre os jovens da periferia, nos interesses dos grandes e pequenos negócios, entre outros. Nas periferias das grandes cidades, a ausência de serviços urbanos, a insegurança e a forte presença do poder paralelo praticado pelo crime organizado contribuem para o isolamento e a busca individual por soluções diante da violência.

Por ser algo da dimensão humana a violência traz consigo uma intencionalidade. Minayo (2006, p. 70) ressalta o caráter filosófico dessa questão:

A questão da intencionalidade situa a violência no âmbito eminentemente humano, pois só os humanos, antropológica e convencionalmente, possuem intencionalidade e seus atos e omissões. Ressaltando o seu lugar nas relações sociais, desde o nível subjetivo, a microesfera da família até o âmbito macrossocial e global, a ideia de intencionalidade mostra que a violência é um fenômeno sobre o qual existe responsabilidade dos sujeitos individuais e coletivos, uma vez que as ações violentas se realizam por meio das pessoas dentro de sua cultura. Essa historicidade cultural fundada na necessidade (as determinações) e na liberdade (o protagonismo) nos dá a esperança de que a violência pode e deve ser analisada, compreendida, objeto de intervenção direta e indireta, e ainda superada.

¹⁰Claro e escuro é utilizado aqui para se referir ao jogo persistente exercido, especialmente pela máquina pública no sentido de falsear a realidade. Nos termos de Paoli (2007, p. 227) “[...] Por essa via é exercida a legitimidade da máquina social e estatal, voltada para o esforço de convencer como o governo está atento a tudo que traz indignação e perturbação. Quando há esse tipo de exibição das virtudes governamentais no mar da necessidade extrema, como no caso das inúmeras tragédias violentas na paisagem das cidades brasileiras, o próprio caráter pré-interpretado do acontecimento como um ‘sintoma’ engendra fantasmas que aprofundam preconceitos e medos, mas, sobretudo a própria indistinção entre o falso e o verdadeiro na vida social e política”.

Pensar e discutir a violência sobre essa perspectiva nos permite alcançar uma compreensão um pouco mais ampliada do recorrente e tradicional viés da violência como simples fatalidade.

Ainda que exista dificuldade para definir o conceito ou o modo como se nomeia a violência, alguns elementos consensuais sobre o tema podem ser delimitados: a noção de poder, coerção ou força; o dano que se produz em indivíduo ou grupo de indivíduos pertencentes a determinada classe ou categoria social, gênero ou etnia. Há violência quando, em uma situação de interação, um ou vários atores agem de maneira direta ou indireta, maciça ou esparsa, causando danos a uma ou mais pessoas em graus variáveis, seja em sua integridade física, seja em sua integridade moral, em suas posses, ou em suas participações simbólicas e culturais. Enfrentar o desafio da compreensão da violência é explorar as determinações sociais, históricas, culturais e políticas expressas nos quadros micro e macroestrutural, explorar as particularidades e singularidades das violências em suas diversas manifestações.

É de extrema importância ainda, e cada vez mais necessário, olhar as manifestações da violência de forma a compreendê-la para além do patamar explicativo e imaginário ideológico¹¹, como, por exemplo, os que relacionam diretamente a pobreza ou que legitimam como campo de intervenção, responsabilizando os sujeitos individualmente por sua causa e solução.

Para que a violência da dominação exercida por uma classe surja como natural, inscrita na ordem das coisas, racional e legítima, ou como lugar de direito do exercício da dominação – sem o que os dominados teriam o direito de insurgir-se contra ela – é preciso que seja anulada como violência, e a única via possível consiste em produzir uma imagem unificada da sociedade, com polarizações suportáveis e aceitáveis para todos os seus membros. O imaginário ideológico responde a essas necessidades. Por um lado, fornece aos membros da sociedade dividida e separada do poder a imagem da indivisão (isto é, uma sociedade unificada pela unidade estatal, e esta como expressão ou síntese da vida social) e, por outro lado, elabora para a classe que detém o poder uma imagem de si e do social que faça

¹¹Sobre imaginário ideológico, em Chauí (2011, p. 15): “A ideologia, forma específica de imaginário social moderno, é a maneira necessária pela qual os agentes sociais representam para si mesmos o aparecer social, econômico e político, de tal sorte que essa aparência (que não devemos simplesmente tomar como sinônimo de ilusão ou falsidade), e por ser o modo imediato e abstrato de manifestação do processo histórico, é ocultamento ou a dissimulação do real. Fundamentalmente, a ideologia é corpo sistemático de representações e de normas que nos ‘ensinam’ a conhecer e agir. [...] O discurso ideológico é aquele que pretende coincidir com as coisas, anular a diferença entre o pensar, o dizer e o ser e, destarte, engendrar uma lógica da identificação que unifique pensamento, linguagem e realidade para, através dessa lógica, obter a identificação de todos os sujeitos sociais com uma imagem particular universalizada, isto é, a imagem da classe dominante”.

do poder não uma dimensão que distingue a sociedade e o Estado, mas que faça desse Estado um representante homogêneo e eficaz da sociedade no seu todo. A ideia de que o Estado representa toda a sociedade e de que todos os cidadãos estão representados nele é uma das grandes forças para legitimar a dominação dos dominantes (CHAUÍ, 2011, p. 39).

A investida neoconservadora e todo o aparato ideopolítico que conforma o atual momento do capitalismo embaçam a perspectiva de análise mais ampla e crítica da realidade; naturaliza e banaliza violações de todos os gêneros, obstaculiza iniciativas coletivas. A violência, pobreza e desigualdade têm, no atual contexto, um celeiro importante para cultivo e perpetuação, que, no entanto, coexistem com formas de oposição e de resistência, a exemplo de inúmeras ações de defesa dos direitos humanos, formas de resistências, mobilizações e de lutas constitutivas do universo das forças políticas democrático-populares (IANNI, 2004; BARROCO, 2012).

E, a partir dessa perspectiva, podemos vislumbrar os desafios e a construção de estratégias e alternativas para o exercício profissional.

Enquanto projeto ético¹² e político da profissão – estamos diante da necessidade de reafirmar as necessidades coletivas dos trabalhadores, a defesa intransigente dos direitos humanos e o chamamento da responsabilidade do Estado como estratégia fundamental no processo de enfrentamento da questão social. A afirmação de políticas sociais de caráter universal, voltadas aos interesses das maiorias e a democratização da economia, política, cultura, na construção da esfera pública, são elementos fundamentais desse processo (IAMAMOTO, 2001).

O enfrentamento da questão social no âmbito do trabalho do (a) assistente social nos convoca ainda à formulação de estratégias com a capacidade de articulação teórica, política e técnico-operativa; a permeabilidade do conjunto dessas questões no cotidiano da vida da população e do trabalho profissional exige, além da leitura crítica e apurada, a perspicácia de tornar legíveis as demandas e necessidades da população, a capacidade política de negociação e articulação da defesa dos postos e das condições de trabalho.

Trata-se de um desafio e tanto, exigente e de fôlego, para aqueles que se comprometem com o projeto ético-político da profissão, do contrário, corre-se o risco de atribuir aos indivíduos a responsabilidade por suas dificuldades, a naturalização da questão

¹² Conjunto de valores, princípios e referências teóricos para formação e exercício profissional do assistente social.

social e o esvaziamento das suas particularidades, desconsiderando suas contradições e expressões específicas, sua dimensão política e indissociável da ordem burguesa.

A questão social expressa, portanto disparidades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, mediatizadas por relações de gênero, características étnico-raciais e formações regionais, colocando em causa as relações entre amplos segmentos da sociedade civil e o poder estatal. Envolve simultaneamente uma luta aberta e surda pela cidadania (IANNI, 1992, *apud*). Esse processo é denso de conformismo e rebeldias, forjados ante as desigualdades sociais, expressando a consciência e a luta pelo reconhecimento dos direitos sociais e políticos de todos os indivíduos sociais. (IAMAMOTO, 2001, p. 17).

1.2 Violência e Questão Social no Brasil

A questão social, no Brasil, tem suas particularidades resultantes do processo de formação sócio-histórica e econômica do País. Esse processo é marcado pelas relações de mando, poder e clientelismo, as quais – a exemplo da escravidão e do coronelismo – repercutiram gravemente em nossa noção de direito e cidadania. Agregam-se a isso as marcas importantes nas diferenças regionais, como questões relacionadas ao gênero, à raça e etnia, ao padrão de exploração da força de trabalho, entre outros.

O uso da violência, nas diferentes relações sociais no Brasil, foi, ao longo da nossa história, uma mediação importante na regulação e ordenação da vida. Ele marca profundamente nossos padrões de sociabilidade, de convivência, na relação do Estado com a sociedade civil. A violência é aceita socialmente como forma de enfrentamento de situações conflitivas por meio do seu uso banal e corriqueiro.

[...] em qualquer época histórica do nosso país, a violência esteve e está presente. Deve, portanto, ser objeto de nossa reflexão, seja quanto à aculturação dos indígenas, quanto à escravização dos negros, as ditaduras políticas, ao comportamento patriarcal e machista que perpetua abusos contra as mulheres e crianças, aos processos de discriminação, racismo, opressão e exploração do trabalho (MINAYO, 2006, p. 27).

Como parte importante da nossa formação sócio-histórica e como expressão da questão social na contemporaneidade, a violência forja diferentes formas de manifestação - no convívio diário e na veiculação constante nos meios de comunicação das manifestações da

criminalidade, delinquência e violência urbana; das taxas de homicídios; dos conflitos domésticos e comunitários; as grandes transações comerciais do narcotráfico; as diferentes formas de violação, discriminação e opressão de mulheres, crianças, idosos, homossexuais, entre outros.

Segundo o *Mapa da Violência 2012* (WAISELFIZ, 2011), a mortalidade da juventude ainda é um dado significativo no drama brasileiro: as taxas mais elevadas de homicídios concentram-se na faixa dos 15 aos 24 anos. O número de homicídios no Brasil passou de 13.910, em 1980, para 49.932, em 2010, um aumento de cerca de 250%, o que equivale a 4,4 de crescimento ao ano. Segundo essa mesma fonte, entre 2004 e 2007, morreram mais pessoas vítimas de homicídios no Brasil do que nos 12 maiores conflitos armados no mundo. É importante ainda observar que a diferença dos homicídios, quando se trata da violência urbana, atinge especialmente os homens, na sua maioria, jovens, pobres e negros, que vivem nas periferias das grandes cidades. Entre os anos de 2002 e 2010, foram registradas 418.414 vítimas de violência letal, 65,1% dessas pessoas eram negras.

No *Mapa da Violência 2013* (WAISELFIZ, 2012), consta que, no caso das mulheres, a violência ocorre mais dentro de casa. As maiores taxas de vitimização de mulheres concentram-se na faixa etária de 15 a 29 anos de idade, com preponderância para o intervalo de 20 a 29 anos. Os pais e os parceiros íntimos revezam-se como principais agentes dessas violências.

Uma aproximação analítica com o tema exige exercício árduo de compreensão de um fenômeno que atravessa o cotidiano da vida em sociedade com diferentes perspectivas de análise – seja no campo jurídico, da saúde, da sociologia ou das demais áreas das ciências – a violência nos desafia às discussões de um campo complexo de interações nos termos de Minayo (2006, p. 37) ela “dramatiza causas”: [...] “a violência incomoda, é uma pedra no sapato e por isso obriga a todos os que estão acomodados em seu bem-estar a pensar que tudo o que ocorre pode estar relacionado com eles e ninguém escapa de seu raio de influência”.

Como fenômeno social e complexo, a “violência não é uma é múltipla” (MINAYO, 2006, p. 25) e saturada de contradições e múltiplas determinações - históricas, sociais, políticas, culturais, objetivas e subjetivas.

A palavra violência vem do vocábulo latim *vis* e significa ‘força’ e se refere às noções de constrangimento e de uso da superioridade física sobre o outro. Numa perspectiva mais

analítica, os eventos violentos referem-se aos conflitos de autoridade, luta pelo poder e busca de domínio e aniquilamento do outro ou dos seus bens (MINAYO, 2006).

Também importa muito o conceito expresso por Chauí (2011), ao enfatizar a presença do poder como elemento central de análise das “violências” - o domínio exercido de um sobre o outro, transforma o diferente em desigual, cria uma assimetria, uma relação hierárquica de desigualdade com fins de dominação, exploração e opressão, uma hierarquia que desqualifica a vítima, transforma-a em ‘coisa’. Uma relação de força no campo das relações interpessoais e entre classes sociais. Violência é toda e qualquer ação que “coisifica” o ser humano, tirando-lhe a condição de sujeito. Uma complexa presença do abuso do poder na dominação do outro, seja o indivíduo ou a classe social, ato de força contra a espontaneidade, a vontade e a liberdade de alguém; sujeição, tortura ou constrangimento e violação.

[...] violência é um ato de brutalidade, sevícia e abuso físico e/ou psíquico contra alguém e caracteriza relações intersubjetivas e sociais definidas pela opressão, intimidação, pelo medo e pelo terror. A violência se opõe a ética porque trata seres racionais e sensíveis, dotados de linguagem e de liberdade, como se fossem coisas, isto é, irracionais, insensíveis, mudos, inertes ou passivos. Na medida em que a ética é inseparável da figura do sujeito racional, voluntário, livre e responsável, tratá-lo como se fosse desprovido de razão, vontade, liberdade e responsabilidade é tratá-lo não como humano e sim como coisa, fazendo-lhe violência nos cinco sentidos que demos a esta palavra (CHAUI, 2011, p. 342).

Chauí nos provoca importante reflexão sobre como a formação social brasileira construiu as relações baseadas no “mito”¹³ da não violência e como essa construção resulta em diversas dificuldades da sua apropriação enquanto realidade e com as perspectivas de enfrentamento.

Há no Brasil um mito poderoso, o da não violência brasileira, isto é, a imagem de um povo generoso, alegre, sensual, solidário, que desconhece o racismo, o sexismo, o machismo, que respeita as diferenças étnicas, religiosas e políticas, não discrimina as pessoas por suas escolhas sexuais etc. (CHAUI, 2011, p. 345).

¹³ Chauí (2011, p. 346) emprega a denominação “mito” a partir dos traços: “1) uma narrativa da origem reiterada em inúmeras narrativas derivada que repetem a matriz de uma primeira narrativa perdida; 2) opera com antinomias, tensões e contradições que não podem ser resolvidas sem uma profunda transformação da sociedade no seu todo e que por isso são transferidas para uma solução imaginária que nega e justifica a realidade; 3) cristaliza-se em crenças que são interiorizadas num grau tal que não são percebidas como crenças, mas como própria realidade e torna invisível a realidade existente; 4) não é apenas uma crença, mas ação, pois resulta de ações sociais e produz como resultado outras ações sociais que o confirmam, isto é, um mito produz valores, ideias, comportamentos e práticas que o reiteram na e pela ação dos membros da sociedade; 5) tem uma função apaziguadora e repetidora, assegurando à sociedade sua autoconservação sob as transformações históricas. Isso significa que um mito é o suporte de ideologias: ele as fabrica para que possa, simultaneamente, enfrentar as mudanças históricas e negá-las, pois cada forma ideológica é a expressão temporal de um mito fundador que a sociedade narra a si mesma”.

1.3 Gênero e Violência

*Que nada nos defina. Que nada nos sujeite.
Que a liberdade seja nossa própria substância.*
(Simone de Beauvoir)

Se, na contemporaneidade, a violência – como uma das formas de expressão da questão social – manifesta-se de diferentes formas e atinge a sociedade como um todo; podemos entender que, no *chão* da vida cotidiana, ela se expressa de um modo mais específico nos sujeitos do sexo feminino, dos negros e pobres. Nossa formação patriarcal e escravocrata determina variadas formas de opressão, exploração e violência vivenciadas pelos sujeitos. Legítima uma lógica que banaliza e naturaliza essas opressões com os fundamentos de ordens ideológica, biológica e cultural.

Quando recortamos apenas a dimensão do gênero, no caso específico das mulheres, podemos considerar quanto esse fenômeno, que acontece de maneira significativa dentro das casas e geralmente é perpetrada pelos parceiros íntimos, caracteriza-se ainda como uma questão *privada e naturalizada*. Como a sociedade considera normal que, por exemplo, os homens maltratem suas mulheres, assim como pais e mães maltratem seus filhos, a pedagogia da violência é ratificada dentro de casa (SAFFIOTI, 2004).

Na dinâmica das diversas alienações e consequências do processo de desenvolvimento da sociedade de classes, o feminino e o masculino incorporam determinações, pois ambos estão submetidos às situações de exploração. No entanto, homens e mulheres as vivenciam de maneiras diferentes: à mulher fica reservado o lugar da subalternidade e do desvalor (LESSA, 2012).

No que se refere à desigualdade social, as diferenças entre os gêneros ainda é algo marcante, quando analisamos, por exemplo, os dados relativos à inserção no mercado de trabalho. Segundo o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres 2013 (PNPM) (BRASIL, 2013), as mulheres são mais de 52% da população brasileira, sendo que “sete em cada 10 homens na população procuram emprego, e menos de cinco em cada 10 mulheres estão na mesma situação”. A diferença entre os rendimentos é marcante: as mulheres recebem 73,8% dos rendimentos dos homens. Das mulheres economicamente ativas, 17% são trabalhadoras

domésticas e a maioria não tem registro em carteira. Segundo essa mesma fonte, as mulheres negras e pobres retratam quadro de maior vulnerabilidade à violência e à discriminação, e em relação ao acesso aos bens de consumo e direitos sociais.

Ao discutir a violência, Saffiotti (2004, p. 115) refere-se a um fenômeno de muitas determinações, nas quais as categorias gênero, classe e raça/etnia se apresentam como um nó. A autora analisa as contradições na condição de fundidas, enoveladas ou enlaçadas nesse nó:

O nó formado por estas três contradições apresenta uma qualidade distinta das determinações que o integram. Não se trata de somar racismo+gênero+classe social, mas de perceber a realidade compósita e nova que resulta desta fusão [...]. Não se trata de variáveis quantitativas, mensuráveis, mas sim de determinações, de qualidades, que tornam a situação destas mulheres muito mais complexa.

Partimos da referência do gênero como categoria histórica que pode ser concebida por diferentes perspectivas e condensada em um consenso que é a “construção social do masculino e do feminino” (SAFFIOTI, 2004), em que as diferenças entre os sexos, mediadas pelas relações de poder e hierarquia, são transformadas em desigualdades.

Analisadas sob uma perspectiva histórica e de totalidade, a opressão e exploração das mulheres podem ser percebidas não como destino natural, mas construção social que pode, inclusive, ser desconstruída.

Essa perspectiva implica a consideração de que as significações atribuídas ao masculino e ao feminino são desenvolvidas na interface com relações sociais mais amplas. Saffiotti (2004, p. 54) é referência importante na discussão das relações de gênero e a consequência do patriarcado em nossa concepção de sociedade, o lugar do homem e da mulher nos espaços público e privado:

Integra a ideologia do gênero, especificamente patriarcal, a ideia, defendida por muitos, de que o contrato social é distinto do contrato sexual, se restringido este último à esfera privada. Segundo este raciocínio, o patriarcado não diz respeito ao mundo público ou, pelo menos, não tem para ele nenhuma relevância. Do mesmo modo como as relações patriarcais, suas hierarquias, sua estrutura de poder contaminam toda a sociedade, o direito patriarcal perpassa não apenas a sociedade civil, mas impregna também o Estado.

O patriarcado é um caso específico de relações de gênero, uma relação que, antes de ser privada, é civil: ele dá direitos sexuais aos homens sobre as mulheres, praticamente sem restrição. O patriarcado configura um espaço hierárquico de relação que invade todos os

espaços da sociedade, pois tem base material e corporifica-se e representa uma estrutura de poder baseada tanto na ideologia como na violência (SAFFIOTI, 2004).

Esse tipo de relação de gênero influencia a maneira como entendemos a responsabilidade pelo serviço doméstico, a moral e as normas de comportamento da mulher em relação à sua sexualidade, à família, ao casamento, aos cuidados com os filhos, o acesso às políticas sociais, entre outros.

No processo de desenvolvimento e afirmação da sociedade de classes, a família se desloca do coletivo e passa a constituir um núcleo privado. Aos homens da classe dominante caberão atividades fundamentais para reprodução e as questões que dizem respeito à totalidade da sociedade (universo público); às mulheres, as atividades da vida privada e que não geram riqueza: a sexualidade como função de procriação, a obediência e a proteção, o asseio, os cuidados com a prole – serão esposas:

[...] ao longo dos séculos, maridos e esposas, senhores e prostitutas, pais e mães, filhos e filhas vão se formando enquanto indivíduos masculinos e femininos que hoje conhecemos. A paternidade ou maternidade, ser filho ou filha, fazem parte agora, de um limitado círculo de relações sociais, restrito ao vínculo familiar fundado pela propriedade privada do indivíduo masculino. Excluídas da participação na vida social, com sua existência reduzida ao horizonte do lar patriarcal, as mulheres vão se convertendo no feminino que predominou ao longo de milênios: pessoas dependentes, débeis, frágeis, ignorantes, bonitas para os homens aos quais devem servir dóceis compreensivas. Enfim, pessoas moldadas para a vida submissa e subalterna que lhes cabe na sociedade de classes (LESSA, 2012, p. 37).

Uma contribuição, sob essa perspectiva, encontra-se em Cisne (2012, p. 51), que aponta a necessidade de analisar a categoria gênero no bojo da contradição capital/trabalho, sustentada a partir da determinação do conflito de classes. A análise dessa categoria relaciona a luta das mulheres contra as desigualdades e as relações sociais de gênero como estruturadas pelas determinações sócio-históricas, e marcadas pela sociedade patriarcal capitalista:

O conceito de gênero e das relações de gênero é utilizado no sentido de dar ênfase ao caráter social, cultural e relacional das distinções baseadas no sexo, visando superar o determinismo biológico, ressaltando sua dimensão histórica. Ou seja, visa a desmitificar papéis e qualidades construídas socialmente, mas naturalmente atribuída às mulheres e aos homens gestadores das desigualdades de gênero. É importante perceber que, sendo, fundamentalmente, resultado de uma construção social, essas relações são mutáveis.

Ainda sob as determinações e condicionantes sociais, a autora enfatiza:

É certo que o gênero não possui apenas sexo, mas possui raça, etnia, orientação sexual, idade, etc. Essas diferenças e especificidades devem ser percebidas. No entanto, dentro desta sociedade, não podem ser vistas isoladas de suas macro-determinações, pois, por mais que o gênero una as mulheres, a homossexualidade una gays e lésbicas, a geração una as(os) idosos ou jovens etc., a classe irá dividi-las (os) dentro da ordem do capital (CISNE, 2012, p. 87).

Apesar de todas as mulheres, independentemente de classe, sofrerem a violência e a opressão da sua condição de gênero, essas opressões, no entanto, são vivenciadas de maneiras diferentes e de acordo com as condições materiais de cada uma – a classe as divide (CISNE, 2012).

A partir dessa perspectiva, a categoria gênero deve ser historiada e inter-relacionada com as demais relações sociais, como um movimento legítimo contra as desigualdades, na luta da classe trabalhadora. Ou seja, o gênero deve ser articulado com as determinações econômicas e sociais:

O grande equívoco está em acentuar a ênfase nas diferenças, apenas como construções culturais, não se analisando, em uma perspectiva de totalidade, que tais expressões têm marcas de classe, ao denotarem claros interesses da burguesia em perpetuar subordinações e explorações que a favoreça, seja em força de trabalho precarizado, seja na responsabilização da mulher pela reprodução social (CISNE, 2012, p. 88).

Categoria complexa e determinada por muitas contradições, é importante enfatizar que nas determinações da construção social de gênero se entrelaçam conteúdos de ordem ideológica e de classe.

As ideias da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes, isto é, a classe que é a força material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força espiritual dominante. A classe que tem à sua disposição os meios de produção material dispõe também dos meios de espiritual, de modo que elas estão submetidos aproximadamente ao mesmo tempo os pensamentos daqueles as quais faltam os meios de produção espiritual. As ideias dominantes não são nada mais do que a expressão ideal das relações materiais dominantes, são as relações materiais dominantes apreendidas como ideias; portanto, são a expressão das relações que fazem de uma classe a classe dominante, são as ideias de sua dominação (MARX *apud* NETTO, 2012, p. 156).

A realidade aparente mistifica a ideia das diferenças colocadas como algo próprio da *natureza*, que justificam iniquidades e dificultam a apropriação por parte das mulheres da sua condição:

Entre as mulheres, socializadas todas na ordem patriarcal do gênero, que atribui qualidades positivas aos homens e negativas, embora nem sempre, às mulheres, é pequena a proporção destas que não portam ideologias dominantes de gênero, ou seja, poucas mulheres questionam sua inferioridade social. Desta sorte, há um número incalculável de mulheres machistas. E o sexismo não é somente uma ideologia, reflete, também, uma estrutura de poder, cuja distribuição é muito desigual, em detrimento das mulheres. Então se pode perguntar: O machismo favorece sempre os homens? Para fazer justiça, o sexismo prejudica homens, mulheres e suas relações (SAFFIOTI, 2004, p. 35).

Além dos fortes conteúdos ideológico e cultural que justificam e fundamentam preconceitos, padrões de comportamento e conduta, a construção social de gênero repercute ainda como uma das expressões da violência, opressão e violação de direitos – especialmente aquela que acomete a realidade das mulheres.

Como expressão da questão social na contemporaneidade, as *violências* vivenciadas pelo universo feminino, especialmente pelas mulheres pobres e negras, se colocam como realidade cotidiana. O cotidiano¹⁴ na sua dimensão de totalidade da vida – suas relações, contradições e ambiguidades.

Tendo em vista o impacto e as repercussões da violência em vários âmbitos da vida social, a característica e o nível de perversão, as vivências justificadas pela cultura, religião, bem como pela formação social em diferentes lugares do mundo, a violência contra a mulher tem sido discutida e debatida na perspectiva de uma questão de saúde pública e também como violação dos direitos humanos¹⁵, pois restringe as possibilidades de autonomia e liberdade das mulheres, caracteriza-se por um tipo de dominação, opressão e de crueldade estruturalmente construído nas relações entre os gêneros e reproduzido na cotidianidade atravessando classes sociais, raças, etnias e faixas etárias; e que vitimiza a mulher por razões conjugais, sexuais ou culturais (MINAYO, 2006).

Dentro da perspectiva da desigualdade de gênero, a violência enquanto construção social conforma comportamentos possíveis e valorizados em determinadas épocas. Apontam para os padrões e normatizações do que é ser homem e ser mulher diante das referências ou imagens coletivas (sociais) e ideais. Convergir ou afastar-se dessa referência dominante trará

¹⁴ Categoria será explorada no Capítulo III – Cotidiano, e Possibilidades de Resistência.

¹⁵ Os direitos humanos das mulheres fazem parte dos direitos universais da humanidade, ou seja, são direitos próprios de qualquer ser humano, independente de nacionalidade ou condição. Direito a vida, a liberdade e à dignidade devem ser universalmente protegidos. A luta do reconhecimento da violência contra a mulher como uma violação de direitos humanos, reafirma o direito à igualdade política ao exercício dos direitos reprodutivos e uma vida livre de violência (SCHAIBER, 2005).

repercussões para viver o cotidiano de homens e mulheres, contradições, tensões e conflitos que podem resultar em violência.

1.4 Violência Dói e Não É Direito¹⁶

[...] a violência não é uma abstração: ela se manifesta e toma as formas das realidades concretas onde se leva a vida, seja no nível interpessoal ou institucional, seja no ambiente micro ou macro política social
(MINAYO, 2003, p. 15)

A área da saúde caracteriza-se pelo que Minayo (2003) chama de “tambor de ressonância” das resultantes da violência e tem se configurado importante espaço de produção de conhecimento sobre a questão. A produção realizada pela área aponta como uma das suas conclusões o fato de a violência não poder ser avaliada e compreendida sobre única perspectiva. Como fenômeno multicausal, exige avaliação ampliada e de perspectiva interdisciplinar, tanto no campo da produção de conhecimento, como da criação dos planos, estratégias e perspectivas de enfrentamento.

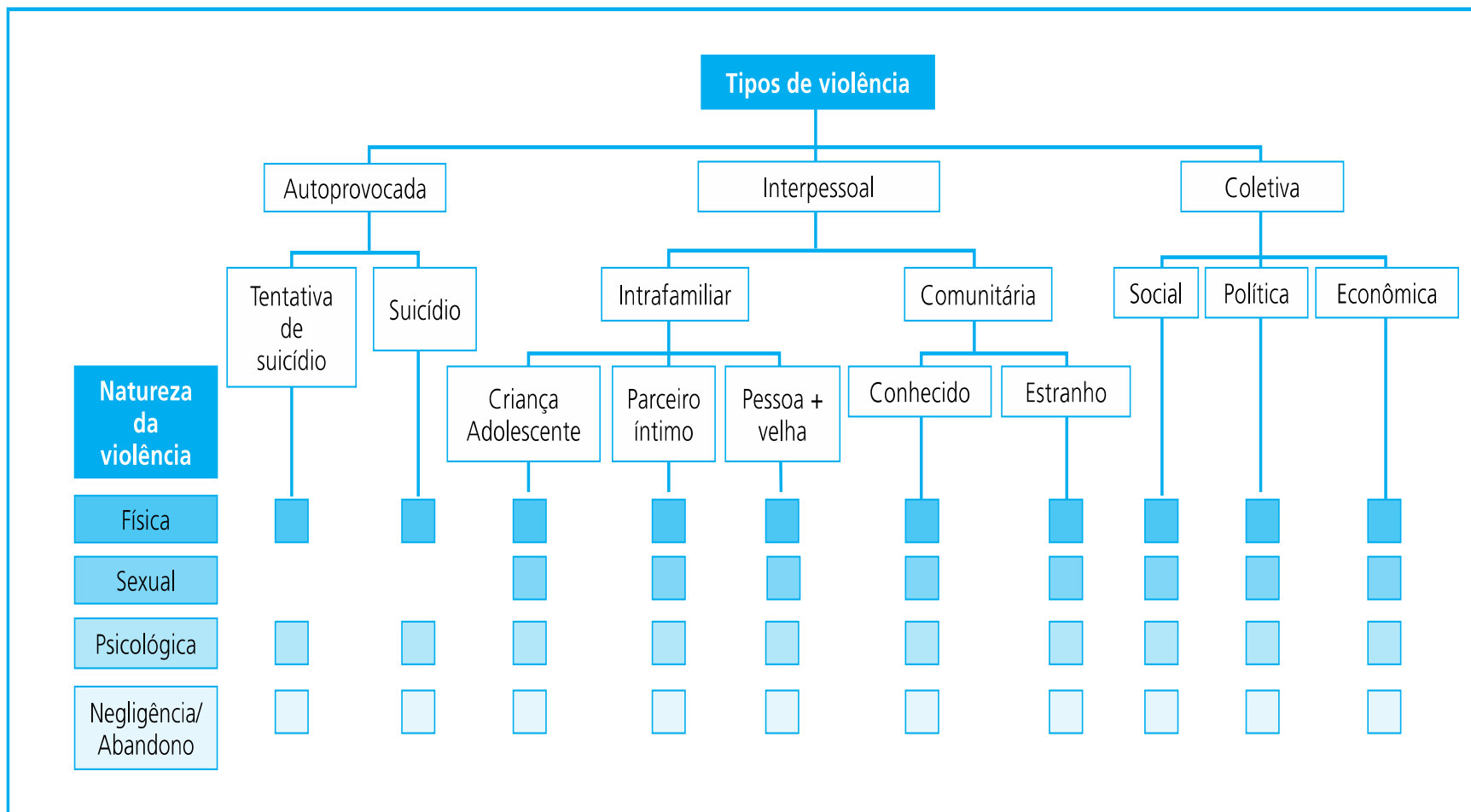
Partindo do conceito da Organização Mundial da Saúde (OMS, 2002, *apud* NJAINE, 2009), a violência caracteriza-se como o

Uso intencional da força física ou do poder, real ou em ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa, ou contra um grupo ou uma comunidade, que resulte ou tenha grande possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação.

Caracteriza o fenômeno a partir das suas manifestações empíricas (Fig. 1).

¹⁶ Expressão emprestada do título do livro: *Violência Dói e não é Direito* (SCHAIBER, 2005), sobre a violência contra a mulher na interface com a saúde e os direitos humanos.

Figura 1 – Tipos de violência



Fonte: KRUG *et al.* (2002).

Tipos de violência

- *Violência autoaflicta* – dirigida da pessoa contra si mesmo (comportamentos suicidas e autoabusos);
- *Violência interpessoal* – caracterizada nos âmbitos familiar e comunitário:
- *Violência doméstica ou intra-familiar* – entende-se aquela que ocorre entre parceiros íntimos e entre membros da família, principalmente no ambiente da casa, mas não exclusivamente nela. Inclui-se violência e agressões perpetradas contra crianças e adolescentes, mulher ou homem e idoso. Geralmente, quando numa família se detecta um tipo de abuso, com frequência, ali existe uma inter-relação que expressa várias formas de violência;
- *Violência comunitária* – consideram-se suas várias expressões, como violência juvenil, agressões físicas, estupros, ataques sexuais, e, inclusive, a violência institucional que acontece, por exemplo, em escolas, locais de trabalho, prisões e asilos;
- *Violência coletiva* – atos violentos que acontecem nos âmbitos macrosociais, políticos econômicos e caracterizam a dominação de grupos e do Estado - a exemplo dos genocídios.

Minayo (2003) ainda acrescenta:

- *Violência estrutural* – que se refere aos processos sociais, políticos e econômicos que reproduzem e cronificam a fome, a miséria, as desigualdades sociais de gênero e etnia. Difícil de ser mensurada, a violência estrutural perpetua-se nos micros e macro processos sócio-históricos, repete-se e se naturaliza na cultura e é responsável por privilégios e formas de dominação.

Natureza da violência

- *Física* – significa uso da força para produzir sofrimento, injúrias dor ou incapacidade no outro;
- *Psicológica* – agressões verbais ou gestuais com o objetivo de aterrorizar, rejeitar, humilhar a vítima, restringir a liberdade ou, ainda, isolá-la do convívio social;

- *Sexual* – ato ou jogo sexual que ocorre nas relações hetero, ou homossexuais, com a intenção de estimular a vítima ou utilizá-la para obter excitação sexual e práticas eróticas, pornográficas e sexuais impostas por meio de aliciamento, violência física ou ameaça;
- *Negligência* – abandono, omissão e recusa da realização dos cuidados necessários a alguém que deveria recebê-los, além de atenção.

Desde 2002, a violência é tratada como questão de saúde pública. Dentre as várias razões, é importante destacar as questões que envolvem o elevado custo da saúde, a reorganização dos serviços e colocação de novos problemas para atendimentos preventivo e curativo em saúde.

A violência provoca morte, lesões e traumas e agravos físicos, mentais e emocionais; diminui a qualidade de vida da população; evidencia a necessidade de uma atuação interdisciplinar, avaliação ampla e multiprofissional e ações intersetoriais visando ao atendimento efetivo das necessidades da população (MINAYO, 2006).

O movimento feminista influenciou sobremaneira a organização das demandas para discussão da violência como questão de saúde pública, recentemente, também debatida como questão de direitos humanos.

Com uma estratégia voltada para criar consciência de gênero no mais diferentes ambientes e instituições, esse movimento pressionou e continua a pressionar o setor de saúde para que atue ativamente e dê respostas concretas não apenas para o tratamento de lesões e traumas provenientes da violência, mas para agir nas causas, por meio de uma pauta positiva de ações. [...]. A força do feminismo na abordagem do diagnóstico situacional e nas propostas de ação, relativas ao gênero, aparece claramente nos documentos dos organismos internacionais do setor de saúde [...] (MINAYO, 2006, p. 48).

No campo da saúde, instrumentos importantes, como as conclusões da Conferência sobre Violência e Saúde, realizada pela Organização Pan-Americana de Washington, em 1994 (OPAS, 1994), e a Política Nacional de Redução de Acidentes e Violência, aprovado por portaria do Ministério da Saúde em maio de 2001, tratam o tema em pauta como problema social e histórico e apresentam detalhadamente suas várias manifestações, bem como as formas diferenciadas com que a violência incide sobre os gêneros e as gerações.

A violência não é uma doença e nem uma epidemia. Como fenômeno social, os indicadores de prevenção e de êxito precisam ser delineados com parâmetros de inclusão social (ressaltando a importância da inclusão dos cidadãos também nos benefícios do setor saúde) e de promoção da cidadania (MINAYO, 2006, p. 59).

Minayo (2006, p. 39) ressalta o caráter contraditório contido na questão dos gastos e prejuízos com a saúde pública e o lucro que pode ser aferido, as várias formas de lucro que se obtêm com ela, desde a expansão e o lucro do mercado ilegal de armas e drogas¹⁷, o mercado da segurança privada e patrimonial, que se alimenta do comércio do sentimento de insegurança da população. “Em qualquer projeto ou proposta de superação da violência, é importante que a sociedade se pergunte sobre quem lucra com ela.”

No que diz respeito à “violência de gênero”, ou “violência contra a mulher”¹⁸, a violência ganha *status* de saúde pública, visto que “o que mais provoca sofrimento às mulheres são as lesões e traumas de que são vítimas nas interações cotidianas e naturalizadas” (MINAYO, 2006, p. 96).

O Relatório Mundial Violência e Saúde (2002)¹⁹ aponta, ainda, que as mulheres que sofreram violência, especialmente na infância, tem saúde pior, tanto física como emocionalmente. Dentre os principais agravos à saúde, destaca-se a depressão, tentativas de suicídio, síndrome de dor crônica, transtornos psicossomáticos, lesões físicas, transtornos do aparelho digestivo e diversas repercussões na saúde reprodutiva, como complicações em gravidez não desejada, doenças sexualmente transmissíveis e esterilidade.

A análise a partir do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan) do Ministério da Saúde aponta que 65% das notificações realizadas pelo Sistema Único de Saúde (SUS) referem-se às mulheres. Em 2011, no SUS, dois em cada três atendimentos nessa área foram direcionados às mulheres. As mulheres em situação de violência doméstica e sexual têm mais problemas de saúde, causam maiores gastos para a assistência, e utilizam com maior frequência os serviços de saúde e emergência.

¹⁷”O comércio de armas de fogo é o segundo mercado mais lucrativo do mundo, depois do petróleo. E os mapas da violência no Brasil mostram o crescimento das taxas de homicídios nos últimos 25 anos, acompanhado, paralela e concomitantemente, do aumento do uso de armas de fogo nas mãos da população” (MINAYO, 2006, p. 40).

¹⁸ Apesar de em muitos textos as expressões violência de gênero e violência contra a mulher serem mencionadas como sinônimas, utilizaremos na sequência a expressão *violência contra a mulher*, pois violência de gênero, segundo Saffioti é o conceito mais amplo, abrangendo violências contra as mulheres, crianças e adolescentes de ambos os sexos. Já a *violência contra a mulher* diz respeito à violência praticada e dirigida especificamente contra as mulheres pelo fato de serem mulheres.

¹⁹ KRUG, E.G. *et al.* **Relatório mundial saúde e violência**. OMS, 2002.

Segundo a OMS, o Brasil ocupa o 7^o lugar no *ranking* de notificações de homicídios de mulheres (WAISELFI, 2013). A violência representa a causa de metade das mortes por assassinato de mulheres, ocorrências expressivas de problemas de saúde, depressão e tentativas de suicídio. Mulheres que vivenciam situação de violência têm mais dificuldade em negociar a prática de sexo seguro, o que as coloca em risco de contrair Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST) e a Síndrome de Imunodeficiência Adquirida (Aids), além de outras repercussões, como a gravidez indesejada e problemas ginecológicos.

O campo da saúde tem desenvolvido muito conhecimento e produção acerca da violência, especialmente sobre a violência contra a mulher, são diversos os protocolos e as normativas. Dentre o conjunto de protocolos e normas que orientam o atendimento e cuidado das mulheres vítimas de violência sexual, destaca-se a *Norma Técnica de Atenção à Violência Sexual*, do Ministério da Saúde²⁰. O cotidiano do trabalho, pesquisas e produções realizadas na área, apontam a necessidade de investir na compreensão do fenômeno, bem como buscar formas específicas de atuação, os desafios da formação e da prática intersetorial e articulada com toda a sociedade.

No marco da promoção da saúde²¹ destaca-se a diretriz para atuação proativa nas condições sociais que incidem sobre a saúde e que torna grupos específicos mais vulneráveis. No que diz respeito ao gênero, importante destacar as ações relacionadas aos direitos sexuais e reprodutivos, a garantia de atendimento como prioritário, princípios e diretrizes que constam em diversos programas da política de saúde.

²⁰ Documento que integra a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher e visa ampliar e qualificar as redes estaduais e municipais de atenção integrada para mulheres. A norma técnica explica em detalhes todas as medidas a serem seguidas pelos profissionais de saúde para garantir o pleno atendimento às vítimas de violência sexual. Reforça a importância de uma postura de acolhimento, escuta ativa e discrição destes profissionais, além da tomada imediata de providências quanto à profilaxia de Doenças Sexualmente Transmissíveis (DSTs)/HIV e de anticoncepção de emergência (AE). (Disponível em: www.saude.gov.br). Documento na íntegra: Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvsm/publicacoes/prevencao_agravo_violencia_sexual_mulheres_3ed.pdf>. Acesso em: 2 maio 2014.

²¹ A promoção da saúde em seu conceito mais amplo propõe práticas e ações educativas de prevenção em fatores de risco para saúde e seus condicionantes sociais, seja a discussão sobre os direitos de cidadania, seja ações que possam impactar na condição e no estilo de vida da população. “A promoção da saúde, como uma das estratégias de produção de saúde, ou seja, como um modo de pensar e de operar articulado as demais políticas e tecnologias desenvolvidas no sistema de saúde brasileiro, contribui na construção de ações que possibilitam responder as necessidades em saúde” (BRASIL, 2006, p. 10).

O mapa da violência contra as mulheres 2013 (WASELFI, 2011) indica que, nos últimos 30 anos, 92 mil mulheres foram assassinadas no Brasil, dos quais 43 mil assassinadas na última década. Segundo o mesmo relatório, os números indicam apenas a ponta do *iceberg*.

O conceito de gênero, atrelado à concepção de direitos humanos, enquanto categoria de análise, serviu de base para implementação de leis e outros mecanismos de defesa e acesso aos direitos das mulheres.

1.5 Violência Contra a Mulher e Violação de Direitos Humanos

Os direitos humanos configuram-se como conquista histórica, à qual o movimento feminista e de mulheres tem grande contribuição. Mulheres lutadoras de diferentes nações e culturas (ASSUMPCÃO; D'ATRI, 2009) contribuíram e participaram da história social dos direitos humanos, sem que seus nomes ao menos sejam lembrados nos livros de história.

Todas as formas de violência, sejam elas familiares, sexuais, o tráfico de mulheres, a violência institucional, a violência contra as mulheres com deficiência, a violência decorrente do racismo, a lesbofobia e o sexismo e o feminicídio são violações aos direitos humanos das mulheres.

Além das questões que envolvem as integridades *física, psicológica e moral* das mulheres, as *violências social, estrutural, institucional*, e também a *violência simbólica*, atravessam o cotidiano das mulheres a partir das mais diversas formas de manifestação, nas relações comunitárias e de vizinhança, e na conformação das relações de trabalho e de luta pela sobrevivência; na dificuldade de acesso aos direitos; nas diversas formas de opressão, coerção, abandono e negligência; na discriminação na oferta de menores salários em relação aos homens; nas diversas formas de discriminação por atributos do sexo ou por aparência; atos como crimes de guerra, violências étnicas e maus-tratos nos atendimentos em diferentes serviços, entre outros.

A violência e a desigualdade de gênero, associadas à desigualdade social, mitificam a possibilidade do exercício da liberdade de escolhas e ampliação das condições de direitos e cidadania. A persistência e o ciclo contínuo de diversos tipos de violações favorecem efeitos

perversos e a repercussão na integridade e saúde da mulher, podendo, inclusive, muitas vezes, resultar em um tipo de consequência fatal (morte, homicídio).

Apesar dos avanços e do conjunto das conquistas históricas no campo dos direitos humanos, os direitos das mulheres são continuamente colocados em risco, questionados e muitas vezes banalizados por uma lógica extremamente arraigada em nossa cultura que tem a questão da violência como algo natural, ou seja, da natureza das relações entre homens e mulheres.

Culturalmente os homens estão autorizados a disciplinar suas mulheres e este é um elemento de influencia muito forte na delimitação dos lugares ocupados por homens e mulheres no relacionamento conjugal [...]. A violência é atributo de ambos os sexos. Entretanto, há um ‘acordo social’, uma cultura disseminada que nos faz entender a violência masculina como algo natural e por isso aceitável. [...] A violência contra as mulheres está profundamente introjetada em nossa cultura e por isso mesmo é difícil de ser eliminada (JURKEWICZ, 2006, p. 94).

Jurkewicz (2006, p. 97), em sua tese de doutorado traz importantes contribuições no que diz respeito à violência e a relação com a justiça.

As representações de advogados, promotores, juízes condicionadas a uma visão moralista que classifica as mulheres honestas ou mulheres da vida. A mulher classificada como prostituta e culpabilizada por ter de alguma forma provocado a situação que leva ao estupro ou atentado ao pudor. É como se a sua situação de prostituição já não lhe permitisse nem escolha de parceiro sexual, nem forma de estabelecer relações sexuais. Até mesmo as relações violentas devem ser aceitas por uma prostituta. [...] No caso da mulher honesta é diferente.

O discurso que justifica as práticas de violência articula elementos culturais, sociais e religiosos que, associados, transformam-se em capital simbólico que dá sentido à cotidianidade da violência dirigida às mulheres, legítima a misoginia, o racismo, a homofobia, xenofobia, etc. E constitui obstáculo importante para enfrentamento e combate da violência²². Especialmente as violações do tipo sexual são asseguradas como “naturais”, a partir desses elementos simbólicos.

A dominação para ser legitimada necessita mais do que força física. A dominação requer elementos simbólicos reconhecidos por dominados e dominantes. O uso que dominantes fazem da linguagem verbal ou gestual, das imagens e de tantos outros recursos do campo simbólico, para legitimar e manter o seu lugar de dominante é o que constitui a violência simbólica (JURKEWICZ, 2006, p. 130).

²²Sobre violência simbólica, ver: JURKEWICZ, Regina Soares. **Violência clerical**. Abuso sexual de mulheres por padres no Brasil. 2006. Tese (Doutorado em Ciências da religião) - Pontifícia Universidade de São Paulo (PUC-SP), São Paulo, 2006.

O movimento feminista configurou-se como ator protagonista da luta pelos direitos civis e, na história recente, importante movimento político no sentido de colocar em pauta, dar visibilidade e criminalizar a violência.

Podemos afirmar que, sob a perspectiva de gênero, os direitos humanos das mulheres devem ser propostos para erradicar a discriminação, a violência, a opressão e a exploração de todas as mulheres. Quer dizer que lutar pelos direitos humanos das mulheres é propor mudanças estruturais e sociais no âmbito individual e pessoal (TELES, 2006, p. 52).

A Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006) configura-se como uma conquista e avanço na história de luta dos movimentos de mulheres para coibir, prevenir e penalizar os autores de violência doméstica e familiar contra as mulheres. Instrumento importante de defesa de direitos das mulheres e que está em consonância com as normas internacionais de direitos humanos, das quais vale a pena destacar a Convenção para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher, da Organização dos Estados Americanos OEA (Convenção Belém do Pará, 1994) e a Convenção para Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra Mulher (CEDAW), da Organização das Nações Unidas (1979)²³.

Segundo a Lei Maria da Penha, configura violência doméstica e familiar contra a mulher toda e qualquer ação ou omissão que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico, e dano moral ou patrimonial, praticado por pessoa (homem ou mulher) com quem a ofendida (somente a mulher) conviva no âmbito doméstico, ou que faça parte de seu âmbito familiar ou de qualquer relacionamento íntimo de afeto, atual ou já encerrado (art. 5º, incisos I, II, III). Consta ainda, de seu artigo 6º, que violência doméstica e familiar contra a mulher constitui uma das formas de violação dos direitos humanos.

Nos termos da Lei, em seu artigo 7º (incisos I, II, III, IV e V), são formas de violência doméstica e familiar contra a mulher, entre outras, *a violência física, psicológica, sexual, patrimonial, ou moral*.

²³ A convenção interamericana é parte do sistema norte-americano de proteção aos direitos humanos; apresenta importância enquanto instrumento de proteção e garantia de direitos. Estabelece os direitos necessários a uma vida sem violência para mulheres e propõe ações para que os países signatários busquem alternativas e construção de soluções para erradicar e enfrentar o problema (SCHAIBER, 2005). Outras referências, como a Conferência Mundial de Pequim (1995), constituem as bases para formulação dos planos e instrumentos de defesa e garantia dos direitos das mulheres. Disponível em: <<http://www.spm.gov.br/legislacao-1/convencoes-internacionais/convencoes-internacionais>>. Acesso em: 2 maio 2014.

Dispõe ainda, em seu artigo 35, sobre a importância das ações articuladas entre as três esferas administrativas e de poder. A partir da concepção de políticas integradas para a criação de centros de atendimento integral e multidisciplinar, casas-abrigo, delegacias, núcleos de defensoria pública, serviços de saúde e médico-legal especializados no atendimento às mulheres em situação de violência doméstica e familiar, centros de educação e reabilitação para agressores e os juizados especializados de violência doméstica no artigo 29.

No campo específico da saúde, cabe ainda destacar a Lei 10.778, de 24 de novembro de 2003 que estabelece a notificação compulsória da violência contra mulher que for atendida pelos serviços de saúde, públicos e privados; e obriga todo e qualquer serviço de saúde a notificar a violência, qualquer que seja ela, praticada contra a mulher no âmbito doméstico, familiar, ou praticada por parceiro íntimo, convivente ou não, a perpetrada por qualquer pessoa e pelo Estado. O cumprimento dessa legislação é fundamental para um diagnóstico mais preciso da magnitude da violência contra mulheres.

E no campo da justiça, a Lei 12.015, de 7 de agosto de 2009, alterou o Título V do Código Penal, redefinindo os crimes sexuais de Crimes contra os Costumes, para crimes contra a Dignidade Sexual. Antes disso, a Lei 11.106, de 28 de março de 2005, revogou tipos penais atentatórios à liberdade feminina, como o rapto violento ou mediante fraude, o rapto consensual e o inciso VIII, do art. 107, que extinguiu a punibilidade, nos crimes sexuais, pelo casamento da vítima com terceiro.

A violência contra a mulher, nas suas diferentes formas de manifestação, no campo dos direitos humanos, tem demandado das instituições respostas para além das normatizações de caráter sócio-jurídico: demanda o debate da promoção dos direitos e construção de autonomia e emancipação das mulheres.

A Comissão Parlamentar Mista de Inquérito – Violência Contra a Mulher – 2013 (CPMI-VCM) (BRASIL, 2013) aponta a tolerância das instituições do sistema de justiça em relação à violência contra a mulher. Dados levantados pelo relatório indicam a importância de mudanças legais e culturais em nossa sociedade, reafirmando a necessidade e importância da criação de políticas públicas para as mulheres e mecanismos de promoção de direitos, como as Secretarias das Mulheres, juizados, promotorias e defensorias especializadas, além da priorização das ações educativas e com vistas à superação de preconceitos e estereótipos.

É evidente, ainda, a cultura na área jurídica de tolerância à violência contra as mulheres, que perpassa a condição de gênero – a exemplo das interpretações perversas e preconceituosas do comportamento feminino, bem como a discriminação de gênero.

Ainda segundo o relatório, na análise da implementação da Lei Maria da Penha, constatou-se que, em algumas capitais e, sobretudo, no interior do País,

os operadores da lei continuam aplicando a lei conforme lhes convém, fazendo uso de instrumentos ultrapassados e já proibidos pelo Supremo Tribunal Federal (STF), como instituídos despenalizadores da Lei 9.099 de setembro de 1995, entre as qual se destaca a suspensão condicional do processo (CPMI, 2013, p. 9).

Limitações em relação à ausência de dados estatísticos confiáveis e comparáveis, em todos os poderes constituídos e em todas as esferas de governo, apontam ainda a importância de se pensar, criar sistemas de informações sobre violência contra as mulheres que permitam planejar, avaliar as políticas públicas, bem como influenciar a destinação de orçamento destinado às mulheres.

Segundo pesquisa realizada pela Fundação Perseu Abramo – *A Mulher nos Espaços Públicos e Privados* (VENTURI; GODINHO, 2013) – duas, em cada cinco mulheres, já teriam sofrido algum tipo de violência uma vez na vida. Os casos de denúncia pública ocorreram principalmente diante de ameaça à integridade física e o órgão público mais utilizado para denúncias foi a delegacia de polícia. A Delegacia da Mulher foi a mais utilizada nos casos de espancamento com marcas, fraturas ou cortes, mas ainda assim por um pequeno índice de mulheres (5%). O número das subnotificações é bastante significativo, pois apenas um terço das mulheres realiza denúncia da violência sofrida às autoridades públicas.

A discussão dos direitos humanos teve grande avanço nos últimos 30 anos, no entanto, as violações de direitos humanos, inclusive praticados pelo Estado, continuam a ocorrer em larga escala. A população tem, ainda hoje, uma percepção ambígua dos direitos humanos – tomando-os como defesa de direito de bandidos ou apenas pensado em situações mais trágicas – guerra, genocídios, etc.

A violência doméstica praticada contra a mulher, ou criança, e outras formas de violência perpetradas por diferentes atores, não são consideradas violência, ou, melhor, violação de direitos. Ou seja, são considerados, ainda hoje, especialmente pelos serviços de saúde, educação, justiça, como problema privado e do indivíduo, violência de menor valor.

Considerando a reflexão dos limites da efetivação ampla dos direitos na sociedade burguesa para todos os sujeitos²⁴, sejam eles homens ou mulheres, a violência contra a mulher nos coloca diante do desafio de pensar e construir estratégias para efetivação dos direitos garantidos e de ampliar o entendimento e a ideia que o direito é para todos.

²⁴ Discussões sobre o conceito de direitos humanos, limites e perspectivas de efetivação na sociedade capitalista ver TRINDADE, José Damiano. **Os direitos humanos na perspectiva de Marx e Engels** – Emancipação política e emancipação humana. São Paulo: Alfa Ômega, 2011.

CAPÍTULO II

OS CAMINHOS E O UNIVERSO DA PESQUISA

A história não se faz por si só, somos nós que a fazemos com nossas próprias histórias, com nossas lutas, políticas e sociais, pois somos realidade e somos palavra.
(MARTINELLI, 2013)

As questões, reflexões, indagações do projeto de pesquisa nasceram da experiência vivenciada ao longo de mais de 10 anos de atuação como assistente social no Programa Einstein na Comunidade de Paraisópolis (PECP)²⁵, mais especificamente na atuação no Centro de Promoção e Atenção à Saúde (CPAS), área na qual se desenvolvem diversas ações de promoção de saúde. Ações dirigidas majoritariamente ao público feminino, jovens e adultas, com idades entre 16 e 40 anos, a maioria participante das diversas atividades e/ou mães de crianças matriculadas para atendimento ambulatorial ou em atividade socioeducativas.

Muitas dessas mulheres chegam ao Serviço Social do CPAS preocupadas com as necessidades de sobrevivência, os problemas e conflitos com o companheiro e/ou com filhos, violências, moradia, dificuldade de acesso aos serviços. Realizam “bicos”, trabalhos eventuais, procuram a ajuda de programas sociais e, quando encontram um lugar onde se sentem *atendidas*, vinculam-se a eles, de forma que os programas se tornam referência, redes de relações, suporte e solidariedade. São mulheres que vivenciam a realidade marcada pela subalternidade²⁶, por constrangimentos e impedimentos da autonomia, ausência de trabalho e renda, pouca ou quase nenhuma escolaridade. A violência da pobreza é uma experiência quase que diária.

Em Paraisópolis, cerca de 50% dos moradores são mulheres jovens, na faixa de 15 a 40 anos; possuem baixa escolaridade e aquelas com mais de 40 anos apresentam baixa ou quase nenhuma formação (COBRAPE, 2005). Apesar da ausência de estatísticas, segundo os

²⁵ Na sequência do texto, o PECP será caracterizado.

²⁶ Subalternidade “diz respeito à ausência de protagonismo, de poder, expressando a dominação e a exploração. A subalternidade, assim como a exclusão, se expressa em amplo e diverso conjunto de perspectivas, características, ações e interesses, pluralidade que configura um amplo leque de desigualdades, injustiças e opressões” (YAZBEK, 2001, p. 34).

moradores e representantes das organizações locais, a violência doméstica contra a mulher é bastante comum no cotidiano da comunidade.

A violência contra a mulher, de modo geral, é apresentada como questão de segundo plano; as principais e primeiras demandas apresentadas pelas mulheres relacionam-se à situação de risco social dos filhos (crianças e/ou adolescentes), à dificuldade de subsistência (sobrevivência) e a questões relacionadas com a dificuldade de acesso aos serviços especializados, especialmente os de saúde.²⁷ Os parceiros íntimos são os principais agressores, pessoas estranhas e outros componentes da família (mãe, pai, avô e madrastra), depois seguem como agressores.

Além das diversas violências, é comum a experiência da instabilidade ocupacional, o que as tornam vulneráveis a diversas violações. Expressão da violência estrutural, a pobreza manifesta-se não apenas pela ausência do trabalho, mas também a partir das dificuldades de acesso à educação, saúde e aos serviços públicos que conformam as possibilidades do exercício da cidadania.

Observa-se, ainda, que a maior parte delas tem problemas de saúde importantes, muitas vezes sequelas da própria condição de vida e das diversas situações de violência vivenciadas na infância e juventude.

Partimos do pressuposto de que o fenômeno da violência contra a mulher, como violação de direitos humanos, é algo que apenas “aparentemente” se vincula ao espaço privado e circunscrito às relações interpessoais. O fenômeno é complexo e carregado de determinações, em que se destacam as determinações de classe, gênero, raça e etnia.

Mulheres de todas as classes sociais, de modo geral, convivem com os padrões de relacionamento entre homens e mulheres fortemente marcados pelo modo tradicional das relações, em que o gênero e as diferenças se manifestam por meio da desigualdade, opressão e violência. Esses padrões de relacionamento marcam a vivência e a experiência da sexualidade, gravidez, das perspectivas de formação e colocação no mercado de trabalho, da construção de autonomia e do protagonismo. No entanto, é inegável que essas opressões, violações e desigualdades se expressam de maneiras diferentes e são vivenciadas de acordo com as condições materiais (CISNE, 2012).

²⁷ Das 196 famílias atendidas pelo setor, em 2013, identificamos que 70 vivenciam situação de violência, e apenas 15 referem, em um primeiro momento, a demanda de violência contra a mulher.

São mulheres que, a despeito de todas as dificuldades, constroem, a partir do seu cotidiano, estratégias de sobrevivência, resistências, formas de vida. Subvertem o seu cotidiano e se reconhecem como sujeitos por meio da inserção em ações e atividades coletivas, redes de solidariedade e na construção de várias estratégias de sobrevivência.

Entendemos que gênero, violência e resistência constituem categorias significativas no desvelar desse cotidiano; a possibilidade de construção de novas formas de manifestação e organização coletiva e, sobretudo, uma forma de oferecer às histórias do cotidiano vivido por essas mulheres, um estatuto político, instrumento importante de denúncia, combate e enfrentamento das situações.

O objeto deste estudo é a análise e a apreensão da violência como uma das expressões da questão social e sua inter-relação com as categorias de classe, gênero e raça, por meio do recorte do universo do cotidiano das mulheres moradoras da comunidade de Paraisópolis, sua percepção e vivência, bem como as maneiras pelas quais forjam as estratégias de sobrevivência e possibilidades de resistência.

Objetivou-se, com a pesquisa, compreender: (1) a percepção das mulheres sobre a vivência da violência, a violência dirigida diretamente a elas e o significado atribuído às suas experiências; (2) as formas como se organizam, *resistem, ou não*, às diversas formas de violência; e (3) as expressões de resistência e luta por seus direitos.

2.1 Procedimentos Metodológicos

Igarapé. Tupi iara. Caminho da canoa. Pequeno rio onde passam embarcações pequenas (LAROUSSE, 2008).²⁸

Gosto da palavra e de sua sonoridade. Algo que traduz muito o sentimento, percurso e processo de elaboração desta pesquisa – a curiosidade pelas narrativas de vida das mulheres, os encontros com a própria trajetória, paisagens inesperadas e desconhecidas.

A realização das disciplinas e os momentos de orientação sempre foram elucidativos, no sentido da compreensão do processo metodológico a partir de uma perspectiva mais crítica

²⁸ LAROUSSE. Minidicionário. Língua Portuguesa. 2008

– o significado das aproximações sucessivas, os descompassos e o desafio do desvelar-se de uma formação conservadora e idealista diante da realidade concreta.

As disciplinas e as diversas atividades, especialmente a participação no Núcleo de Estudo e Aprofundamento Marxistas (Neam) e Método em Marx, permitiram compreender a relevância das categorias de análise do legado marxiano como forma de apreender a realidade e a própria compreensão dos modos de ser da profissão em sua trajetória, bem como a contribuição para a reflexão sobre a direção social e o sentido do trabalho do(a) assistente social em tempos de barbárie, desumanização, reificação e aprofundamento dos interesses do capital.

A experiência do estágio docência, bem como a participação em eventos como o Encontro Nacional de Pesquisa e Ensino de Serviço Social (Enpess) e o Congresso Nacional de Assistentes Sociais (CBAS), permitiu compartilhar, debater e agregar questões significativas acerca do objeto de estudo.

O processo da elaboração do projeto e de realização da pesquisa foi bastante instigante e mobilizador. A cada aproximação, surgiam nova descoberta e a possibilidade de síntese e análise das particularidades do fenômeno.

Partimos da concepção de violência como categoria saturada de determinações e contradições, que podem ser apreendidas apenas por meio da análise de suas condições concretas²⁹. “A análise do singular se encontra articulada à particularidade e à universalidade; ou seja, a uma análise teórica e histórica da realidade social, a partir da análise de situações concretas, tendo a realidade como ponto de partida [...]” (ABRAMIDES, 2006, p. 208).

Iniciamos a pesquisa com o levantamento bibliográfico, de teses e dissertações sobre o tema específico e relacionado, bem como com o estudo e a apropriação teórica sobre as principais categorias que envolvem o tema.

O caminho da pesquisa percorreu, ainda, a descrição e análise do território de Paraisópolis e suas particularidades em relação à violência, de como as diversas violências atingem diretamente o cotidiano das mulheres.

²⁹ “O concreto é concreto porque é síntese de muitas determinações, isto é, unidade de diverso. Por isso, o concreto aparece no pensamento como o processo de síntese, como resultado, não como ponto de partida, ainda que seja o ponto de partida efetivo” (MARX. In: NETTO, 2011, p. 43).

A partir da aproximação analítica e abordagem dentro do referencial da teoria crítica³⁰, buscou-se a compreensão da violência como expressão da questão social e, a partir do recorte de gênero, classe e raça/etnia, suas diversas formas de expressão e manifestação no cotidiano vivido pelas mulheres moradoras da comunidade de Paraisópolis, suas condições e determinações concretas da realidade social.

Netto (2011) quando discute o método de pesquisa a partir da teoria social de Marx, ressalta que a teoria é uma forma muito peculiar de conhecimento – é o conhecimento de um objeto, de existência real e objetiva.

Na concepção marxiana de teoria,

[...] a teoria é a reprodução, no plano do pensamento, do movimento real do objeto. Esta reprodução, porém, não é uma espécie de reflexo mecânico, com pensamento espelhando a realidade tal como um espelho reflete a imagem que tem diante de si. Se assim fosse, o papel do sujeito que pesquisa, no processo do conhecimento, seria meramente passivo. Para Marx, ao contrário, o papel do sujeito é essencialmente ativo: precisamente para apreender não a aparência ou a forma dada ao objeto, mas a sua essência, a sua estrutura e a sua dinâmica (mais exatamente: para apreendê-lo como um processo), o sujeito deve ser capaz de mobilizar um máximo de conhecimentos, criticá-los, revisá-los e deve ser dotado de criatividade e imaginação. O papel do sujeito é fundamental no processo de pesquisa (NETTO, 2011, p. 25).

Nos termos de Netto (2011), o objetivo do pesquisador crítico é ir além da aparência fenomênica e aparente e apreender a essência do objeto, que tem uma existência objetiva. Constrói teoria aquele que é capaz de reproduzir, no plano do pensamento, o movimento real do objeto. A partir dessa perspectiva, o objeto tem papel ativo e fundamental no processo da pesquisa.

Partindo dessa perspectiva, escolhemos a metodologia de depoimentos e narrativas orais, como forma de nos aproximarmos o mais perto possível da realidade e do processo históricos vivenciados e contados pelas mulheres sujeitos da pesquisa.

O trabalho foi fundamentado por pesquisa qualitativa, desenvolvida a partir de técnica de depoimento e narrativas orais que logo foram transcritas e categorizadas para análise e interpretação.

³⁰ Teoria crítica - método de pesquisa elaborado a partir da teoria marxiana. Marx entendia a sociedade burguesa como sistema de relações construído pelos homens – produto da produção recíproca entre os homens. Sem nenhuma pretensão de neutralidade, a teoria marxiana tem uma instância de verificação de sua verdade, instância que é prática social e histórica dos homens (NETTO, 2011).

A pesquisa qualitativa propõe-se a trabalhar com o universo dos significados, das percepções, crenças e atitudes. Apresentar o objeto a partir da sua historicidade, o movimento constante do singular e suas particularidades e as suas contradições intrínsecas.

Segundo Martinelli (1999), a pesquisa qualitativa nos oferece a possibilidade de produzir conhecimento que possa iluminar e vislumbrar a construção de práticas sintonizadas com as demandas postas pela realidade e que visam entender significados e processos vividos pelos sujeitos sociais.

Abordando a história como um processo construído pelos próprios homens, de maneira compartilhada, complexa, ambígua e contraditória, o sujeito histórico não é pensado como uma abstração, ou como um conceito, mas como pessoas vivas, que fazem história e culturalmente, num processo em que as dimensões individual e social são e estão intrinsecamente imbricadas. Esses sujeitos são moradores da cidade, pequenos agricultores do campo, artesãos, pescadores, trabalhadores assalariados, grupos de imigrantes, de mulheres, de jovens, velhos ou crianças, membros de movimentos específicos, vivendo experiências de trabalho, construindo modos de viver e de se organizar, ou sobrevivendo em becos e ruas, com bagagens culturais diferentes, com perspectivas futuras diversificadas, enfrentando, ou não, processos de exclusão, marginalização e segregação social (KHOURY, 2001, p. 80).

A escolha da técnica de narrativas orais foi uma perspectiva de aproximação com o que pode vir a ser a essência do objeto, aqui, no caso, a percepção das próprias mulheres, acerca da sua condição de sujeito nas vivências das situações de violência e a partir delas captar as suas determinações

[...] determinações são traços pertinentes aos elementos constitutivos da realidade; [...] um momento essencial constitutivo do objeto” [...] Por isso, o conhecimento concreto do objeto é conhecimento das suas múltiplas determinações – tanto mais se reproduzem as determinações de um objeto, tanto mais o pensamento reproduz a sua riqueza (concreção) real. As ‘determinações mais simples’ estão postas no nível da universalidade; na imediaticidade do real, ela mostram-se como singularidades – mas o conhecimento do concreto opera-se envolvendo universalidade, singularidade e particularidade (NETTO, 2011, p. 45).

Por meio de entrevistas e a construção das narrativas orais, nos aproximamos da voz e percepção dos sujeitos, de como elaboram sua própria experiência na vida cotidiana, a possibilidade de conhecer modos de vida³¹ e as possibilidades de resistência.

Nos termos de Martinelli (1999, p. 25), “podemos afirmar que, nessa metodologia de pesquisa, a realidade do sujeito é conhecida a partir dos significados que por ele lhe são

³¹ Conceito introduzido por um historiador inglês contemporâneo, chamado Edward Thompson (1924-1993), que nos mostra que o modo de vida é exatamente, o modo como esse sujeito constrói e vive a sua vida. Envolve, portanto, seus sentimentos, valores, crenças e práticas sociais cotidianas (MARTINELLI, 1999, p. 25).

atribuídos. Esse é o motivo pelo qual se privilegia a narrativa oral”. Partindo do pressuposto de que toda pesquisa qualitativa é carregada de intencionalidade política, segundo Portelli (2002, p. 45) “é precisamente um método para contestar, para dizer não a ideologia hegemônica, deixando claro que sempre houve uma participação popular nos acontecimentos” e os seus resultados tem um sentido social, e por isso devem retornar aos sujeitos, como compartilhamento dos seus significados e descobertas.

Quando nos indagamos sobre as implicações das determinações do gênero, condição de classe e etnia das mulheres nos deparamos com as condições concretas e objetivas de vida.

Nessa perspectiva, a cultura não é pensada como curiosidade ou um exotismo, mas enraizada na realidade social, impregnada de um sentido intenso, por meio da qual as pessoas se expressam, reagem, exercendo, ou não, suas possibilidades criativas, forjando os processos de mudança social (KHOURY, 2001, p. 80).

Apreender as possibilidades de resistência das mulheres no cotidiano da periferia exigiu lançar mão de um procedimento metodológico que prioriza a voz e ação dos sujeitos no próprio processo da pesquisa. Pressupõe terreno comum de trocas entre interlocutores, baseados na confiança, no respeito e sua livre expressão.

Como vivem a sua vida? Como atribuem sentido e significado às suas experiências?

A explicitação das intencionalidades, a construção ética da pesquisa, o respeito aos participantes e a sua livre expressão são fundamentais nessa metodologia que nos coloca em contato direto com os sujeitos, permitindo-nos conhecer a sua vida cotidiana, seu modo de ser, de lutar, de resistir, de expressar-se pela mediação da arte e de reivindicar direitos [...]. As narrativas dos sujeitos e a interlocução com os mesmos permitem ao pesquisador apreender a dinâmica social como processo histórico em constante transformação, assim como conhecer as micro tramas da vida cotidiana, as histórias da casa, do espaço doméstico, da vida das mulheres, dos velhos, das crianças (MARTINELLI, 2013, p. 5).

Há uma dimensão social nessas histórias que só é alcançada quando historicizamos o sujeito, suas contradições vivenciadas nas práticas concretas, o desvelamento das mediações³² que envolvem esse viver, buscando sempre a relação constante do singular, particular e universal, no desafio de articular as histórias orais com os processos sociais mais amplos.

³² Mediações – entrelaçam e determinam formas concretas do objeto nas suas formas de expressão e particularidades possíveis (PONTES, 1999).

2.2 Sujeitos da Pesquisa

Mulheres moradoras da comunidade de Paraisópolis, que apresentavam, dentro da trajetória e história de vida, o contexto da pobreza e das violências (física, sexual, abandono, negligência), incluindo o recorte transversal da violência de gênero. Foram indicadas dez mulheres, desse universo, e seis foram selecionadas para entrevistas, das quais quatro participaram de entrevistas individuais, base para as narrativas orais. Foram realizados dois encontros, com cerca de 02 horas de entrevista com cada uma delas.

Os nomes fictícios das quatro autoras das narrativas foram escolhidos em consenso com as mulheres, a partir da importância que os nomes apresentassem para aproximar-se de um sentido para as mulheres e com a sua história (Fig. 2).

Figura 2 – Escolha dos nomes fictícios – mulheres pesquisadas nas narrativas

<i>Macabéa</i>	Não quis escolher ou sugerir nome. Disse que lhe era indiferente. Sua narrativa é marcada pelo enredo de sonhos, esperanças e desejos de relacionamento amoroso. O nome escolhido foi emprestado da personagem principal da obra <i>A Hora da Estrela</i> (Clarice Lispector). E foi uma imagem recorrente nos momentos de contato com a sua história.
<i>Sol</i>	Uma das maneiras pela qual ela gosta de ser chamada. Cabelos alourados, roupas de verão, alegre e animada. Caracteriza um tipo de mulher solar.
<i>Maria</i>	Diz respeito à característica maternal do personagem. Maria é aquela que sofreu por seu filho. Personagem com a qual ela se identifica muito.
<i>Oyá</i>	É mãe de santo. O nome do Orixá deve-se ao fato de ela ser um tipo de mulher forte e lutadora.

Fonte: Elaboração própria.

Também foi realizada entrevista em grupo com 06 lideranças da Associação de Mulheres de Paraisópolis.³³ As lideranças preferiram manter o seu nome original. Entendem que é uma forma de marcar posicionamento e postura política diante do compromisso com o que falaram.

2.2.2 A construção das narrativas

A construção das narrativas foi marcada por muitos desencontros. Diversos fatores dificultaram o processo – as contingências e urgências do cotidiano de vida das mulheres, dificuldades em relação aos horários e à disponibilidade de tempo delas, acontecimentos dentro da dinâmica da própria comunidade, entre outros.

As paisagens no caminho das visitas para algumas entrevistas descortinaram uma realidade comunitária há tempos não contatada. Sobressai a precariedade da região e das condições de moradia, de suas relações de vizinhança e amizade. A realidade viva de um território dinâmico, carregado de contradições e contrastes.

A vivência da pesquisa empírica e a densidade das histórias revelaram enredos mobilizadores – sentimentos, pensamentos e novas perguntas. O processo conformou elementos que sinalizaram a necessidade de aprofundamento para estudos futuros.

As mulheres manifestaram satisfação em participar da pesquisa e especialmente de contar as suas histórias.

Além das narrativas, foi realizada entrevista em grupo com seis lideranças locais participantes e colaboradoras da Associação de Mulheres de Paraisópolis – representantes da associação de mulheres na região.³⁴ Uma experiência significativa, do ponto de vista da composição da realidade comunitária e como contraponto importante dos dados revelados nas narrativas individuais.

³³ Será caracterizada na sequência do texto.

³⁴ Associação de Mulheres de Paraisópolis é brevemente caracterizado no Capítulo III – Cotidiano e Possibilidades de Resistência.

Ao final da pesquisa, serão disponibilizadas informações, bem como realizados encontros com devolutiva e debate sobre os resultados da pesquisa com as mulheres, lideranças e os profissionais do PECP.

2.3 Pesquisa Documental

Também foi realizada pesquisa documental a partir da leitura dos prontuários de acompanhamento social de mulheres em situação de violência atendidas pelo serviço social do CPAS em atividades de atendimento individual e/ou em grupo socioeducativo.³⁵ O estudo dos prontuários ofereceu elementos para análise e caracterização das histórias.

Para a caracterização de Paraisópolis, foram estudados documentos oficiais disponíveis, além da documentação de registro da experiência e articulação da pesquisadora no território.

2.4 Sobre as Formas de Expressão da Violência no Cotidiano das Mulheres

Violência não é uma é múltipla.
(MINAYO, 2006)

A pesquisa empírica foi realizada por meio de entrevistas e construção de narrativas com mulheres atendidas pelo serviço social do CPAS e entrevista realizada com um grupo de

³⁵ Sobre CPAS, ver Anexo A.

lideranças femininas da comunidade³⁶, o que permitiu aproximar-nos de algumas questões relevantes sobre as formas de expressão da violência no cotidiano das mulheres.

Tanto a análise das narrativas como a entrevista em grupo com as lideranças femininas apontam a relação da pobreza como chão estruturante das outras formas de violência, incluindo a vulnerabilidade do trabalho instável, a ausência de serviços que respaldem o exercício da maternidade, falta de proteção e ausência da garantia de direitos essenciais que acompanham as histórias dessas mulheres.

2.4.1 Perfil socioeconômico e caracterização das mulheres pesquisadas nas narrativas

A partir da análise, as narrativas evidenciam que, de modo geral, as mulheres são as principais responsáveis pelo sustento do lar, seja por meio de trabalhos eventuais ou pequenos arranjos, como busca de recursos, doação e assistência nos programas sociais. A pobreza e a insegurança do trabalho traduzem um cotidiano marcado por muitas contingências e a busca imediata por alternativas de sobrevivência (Quadro 1).

Quadro 1 - Situação socioeconômica – mulheres pesquisadas nas narrativas

Nome	Idade	Raça/ Etnia	Escolaridade	Procedência	Estado Civil	Ocupação	Renda/ Autonomia
<i>Macabé a</i>	54	Negra	Não alfabetizada	Minas Gerais	Solteira	Catadora	Trabalho eventual (placa no farol nos fins de semana). Leva crianças para a escola. Recebe BPC ³⁷ da filha adolescente
<i>Sol</i>	42	Branca	Ensino fundamental	Ceará	Solteira	Diarista	Realiza trabalhos eventuais como diarista. Recebe aluguel social da prefeitura
<i>Maria</i>	34	Negra	2º ano do ensino fundamental	Pernambuco	Solteira	Auxiliar serviços gerais	Trabalha em prestadora de serviços do município (escola municipal)

³⁶ Ver procedimentos metodológicos.

³⁷ Benefício de Prestação Continuada – Lei Orgânica da Assistência Social (Loas).

Nome	Idade	Raça/ Etnia	Escolaridade	Procedência	Estado Civil	Ocupação	Renda/ Autonomia
Oyá	41	Negra	Ensino médio completo	Ceará	Solteira	Desempregada	Realiza “bicos” e trabalhos eventuais. Recebe ajuda de amigos e vizinhos. Conta com o apoio das organizações sociais

Fonte: Elaboração própria

A dificuldade, em relação ao trabalho, deve-se a pouca escolaridade e formação profissional, mas também pela dificuldade de respaldo em relação aos cuidados com os filhos e a ausência de acesso aos direitos. *“O conselho tutelar me obrigou a sair do trabalho para cuidar dos meus filhos. E eu já passei por tudo... tenho medo de me sentir usada, abusada. Então prefiro me virar. Mas, às vezes, tenho vontade de um emprego fixo.”* (SOL).

No que se refere à violência em relação com gênero, as ocorrências múltiplas e associadas é uma questão recorrente no conjunto das narrativas. É comum a violência na trajetória de vida, desde a infância, geralmente perpetrada pelos parceiros íntimos e pessoas próximas e conhecidas (Quadro 2).

Quadro 2 – Gênero e violência – mulheres pesquisadas nas narrativas

Nome	Violências	Agressor	Saúde	Demandas Associadas	Observações
Macabéa	- Física e abandono familiar (infância) - Física, sexual e psicológica (ameaças)	- Madrasta - Parceiros íntimos (ex-companheiros, namorado)	- Faz uso de bebida alcoólica. Refere momentos de depressão. Hipertensão. Queixa de dores recorrentes no corpo	- Dificuldade de subsistência - Acesso a serviços especializados - Acompanhamento familiar	- Suspeita de abuso sexual da filha pelo último namorado
Sol	- Física e suspeita de abuso sexual (infância) - Física, sexual e psicológica	- Mãe, - Vizinho da família - Parceiros íntimos	- Nunca foi ao ginecologista (ex-companheiro não permitia) - Tentativa de suicídio	- Dificuldade de subsistência - Acompanhamento em relação à urbanização	- Ex-usuária de crack - História de rua - Exploração sexual
Maria	- Física e abuso sexual (infância) - Física e psicológica	- Padrasto - Parceiros íntimos	- Não refere queixa de saúde	- Filhos em situação de rua (fogem de casa); envolvidos em pequenos furtos e uso de drogas. Conflitos e questões relacionadas	- Filho assassinado pelo crime - Cotidiano gira em torno dos cuidados com os filhos

				à falta de autoridade	
Oyá	<ul style="list-style-type: none"> - Abuso sexual (infância) - Negligência e abandono familiar - Ameaça 	<ul style="list-style-type: none"> - Avô - Cunhado - Patrão - Ex-companheiro - Companheiro da filha 	<ul style="list-style-type: none"> - Problemas vasculares, depressão, tentativa de suicídio, diabetes, entre outros 	<ul style="list-style-type: none"> - Dificuldade de subsistência - Filhos em situação de risco social (fora da escola) e uso de drogas 	<ul style="list-style-type: none"> - História de rua - Mendicância - Filha sofre violência do companheiro - Articulada e circula com o pessoal do crime

Fonte: Elaboração própria

A pobreza e o abandono familiar, como formas de expressão da violência, caracterizam o alto grau de vulnerabilidade que colocam essas mulheres suscetíveis a outras violências, como situação de rua, mendicância, exploração sexual, e a drogadição. São comuns, na história dessas mulheres, problemas relacionados à saúde física e à emocional, a negligência em relação ao próprio corpo, entre outros.

No que se refere aos vínculos relacionais e comunitários, é comum, no conjunto das narrativas, a experiência de ter sido afastada da família de origem, situação que, em alguma medida, também se revela na atual composição familiar. É citada a situação do afastamento dos filhos em razão da dificuldade e falta de meio para assisti-los, a exemplo da história de Sol, ou por motivo de reclusão, ou situação de rua.

A despeito da garantia em lei, pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) de que a falta de recursos não configura negligência nem motivo para afastamento dos filhos, e que o Estado tem obrigação de conferir condições necessárias para que as famílias possam garantir cuidados e proteção dos filhos, ainda é comum, no cotidiano das periferias, a perda da guarda dos filhos, ou entrega para adoção, por causa da situação de pobreza.

Consideradas como as únicas responsáveis pelas famílias, mulheres da periferia carregam o jugo de uma vida marcada pela mediação de luta pela defesa e garantia dos direitos dos filhos. Geralmente, são responsabilizadas e discriminadas pelos serviços; sentem-se “culpadas” pelas situações e oprimidas em seu direito de ser mulher mãe.

A partir das narrativas, identificam-se ainda a vinculação e articulação com as organizações sociais e redes de relacionamento do território como importante referência de orientação, acolhimento e convivência (Quadro 3).

Quadro 3 – Vínculos relacionais e comunitários – mulheres pesquisadas nas narrativas

Nome	Religião	Composição Familiar	Rede Social	Convivência Social/Participação	Observações
Macabéa	Católica	Filhos: D. (18), M. (20), M.P. (15), T. (20), J. (22), A. (23), B.	- Recorre ao apoio de vizinhos - Programa social - Articulada e conhecida na comunidade	- Forró, passeios, Programa Einstein na Comunidade de Paraisópolis (PECP) - Foi envolvida com projeto de cooperativa coleta seletiva	- Filhos envolvidos com crime e reclusão - Cotidiano marcado por questões relacionadas à proteção e ao cuidado com os filhos
Sol	Umbandista	Filhos: B. (21), J. (16), T. (18) Namorado: M. (31)	- Amigos - PECP	- Centro de Umbanda, Bailes <i>funk</i> . Inclui o Facebook como forma de lazer	- Ex-companheiros envolvidos com crime na comunidade - Já foi sete vezes para o debate*
Maria	Evangélica	Filhos: M. (15), Y. (12), A. (9), R. (7) Companheiro: A. (28)	- Igreja - PECP - Familiares - Diretora da escola onde trabalha	- Igreja	- Mora em região influenciada pela dinâmica do tráfico - Conflitos com vizinhos e amigos envolvidos com crime
Oyá	Candomblé	Filhos: I. (16), L. (13) Genro: J. (20)	- Filhos de santo - Amigos - PECP	- Casa de amigos	- Trabalhou na biqueira no Jardim Ângela, Paraisópolis, lugar de proteção - Articulada em relação aos recursos da comunidade.

*Julgamento do crime.

Fonte: Elaboração própria.

2.4.2 Análise das formas de expressão das violências a partir das narrativas

a) Macabéa – a pobreza como constitutiva das diversas formas de violência

Uma das mulheres mais pobres das narrativas pesquisadas, Macabéa até hoje vive numa casa simples de madeira e sem ventilação, em uma área de risco na comunidade. Trabalhou muito tempo de catadora e hoje sobrevive dos trabalhos eventuais realizados no farol da Av. Giovanni Gronchi – o único lugar que frequenta fora da comunidade.

No entanto, sua percepção é de que a vida é muito melhor do que já foi um dia. A pobreza e a história de abandono e a maneira como foi recebida, os laços construídos na comunidade, significaram a melhora de uma condição de vida.

Minha infância foi trabalhando na roça. Eu nunca pude estudar. Trabalhava e cuidava da casa. Naquela época, eram difíceis as coisas. Ia buscar lenha por dentro dos matos. Eu era a que mais apanhava em casa. [...]. Todo dia tinha que levantar cedo para acender o fogo. E logo eu vim pra São Paulo... Com 12 anos eu trabalhava em casa de família para ter as minhas coisas. E depois que a minha mãe morreu, desandou tudo. [...]. E aí eu vim para cá e era muito difícil a vida aqui. Não tinha nada, naquela época. Eu era pobrezinha, pobre, não tinha nada... Nem uma panela para cozinhar eu tinha [...] acho que eu tinha um estrado de cama velha. [...]. Quando eu cheguei a Paraisópolis, era tudo mato. Eu tinha até medo disso aqui. [...]. (MACABÉA).

Macabéa tem a vida toda atravessada por diversos tipos de violências, desde a pobreza, o abandono familiar e a exploração do trabalho ainda criança, precisou se virar sozinha.

Eu tenho uma irmã de criação, meus irmãos tudo... Meu pai teve 12 filhos. Ele teve três mulheres. Eu sou filha do segundo casamento. (fica confusa). Tenho irmãos que eu não conheço direito. (parece desconfortável). [...]. Não sou muito chegada à família não. Eu tenho um tio meu que eu não ligo muito. Ele não liga para mim. Porque só eu que vou lá. Eles não procuram. [...]. Porque eles não ligam para mim e eu vou ficar indo lá direto? Só eu? (MACABÉA).

Na vida adulta, com o abandono da família e depois dos companheiros, precisou construir alternativas para manter a própria sobrevivência. Foram diversas as estratégias encontradas - trabalhou como auxiliar de limpeza, catadora, compôs o grupo de oficina de reciclagem e hoje realiza trabalhos eventuais (placa em farol).

Atualmente, vive de “bicos” e do Benefício de Prestação Continuada (BPC) da filha adolescente que possui atraso de desenvolvimento.

Macabéa é vinculada e articulada com o cotidiano da comunidade. Não alfabetizada, tem vários problemas de saúde. Adora divertir-se – sair com as amigas para o forró, namorar e beber um pouquinho. Mas confessa que hoje anda cansada. Às vezes, esquece as coisas e se atrapalha com os horários.

A vivência da violência com os parceiros íntimos também foi uma constante em sua história. Os diversos episódios são marcados por violência física, ameaças e maus-tratos verbais, além do sexo forçado.

Ele (pai de J) gostava muito de me bater. Um dia, ele me deu uma martelada que eu levei quatro pontos na cabeça. Ele não quis mais viver junto comigo sem eu apanhar. [...]. No começo, era bonzinho, ajudava e não deixava faltar as coisas. Mas depois começou a faltar até comida, dentro de casa. Depois, era só cacete (MACABÉA).

Mesmo com a presença dos companheiros, sempre precisou tocar tudo sozinha. *“Quando eu morava aqui em baixo, ele ajudava um pouco, comprando as coisas de comer. O pai dos meninos (mais novos) ajudava de vez em quando, reclamando, mas ajudava com um botijão de gás, um saco de arroz... Eles nunca pagaram nada. [...].” (MACABÉA).*

Macabéa é dócil e acredita no amor, que ninguém deve viver sozinho. Sempre se refere à busca de um namorado, de paqueras, etc. O último companheiro era bem mais jovem que ela e fazia uso de cocaína. Vivenciou vários episódios de violência com ele, muitos dos quais os filhos precisaram intervir, denunciar. Ela prefere acreditar que ele só fez o que fez por causa do uso das drogas.

Esse aqui era mais novo do que eu. (mostra uma foto). Mas ele gostava de mim. E eu gostava dele. [...]. Liana, adivinha, quantos anos ele tem? 32 anos. Quando ele usava os negócios (droga), ele ficava mais acabado. Meus filhos não gostavam dele. Porque ele me batia e judiava de mim. Os filhos não gostam que judiam da mãe. [...] Ele está internado em uma clínica. A família colocou ele lá à força. Eu nunca fui lá ver ele. (silêncio). Ele dizia sempre que nunca ia esquecer de mim. Mas, muita gente fala que quando ele sair, ele vai me procurar. (Pergunta se ele é feio, digo que não). [...] Sempre ando com a foto dele, tenho até no celular. Às vezes, deixo debaixo do travesseiro. Dizem que agora ele está tão gordo que, se eu ver, nem reconheço. (MACABÉA).

Os filhos, hoje, todos adolescentes, tomam grande parte do seu tempo. A filha adolescente, com atraso de desenvolvimento, recentemente foi vítima de uma situação de suspeita de abuso sexual e aliciamento de adolescentes. Foram necessárias diversas intervenções da equipe multiprofissional, além de denúncia formal à Vara da Infância e Juventude. Foram realizados vários procedimentos, audiências e conversas até que a situação fosse interrompida. E o mais interessante é que a própria filha trouxe, por diversas vezes, as situações de risco e envolvimento de abuso para a equipe, inclusive, sobre os vários episódios de violência vivenciados pela mãe, na ocasião, perpetradas pelo último namorado.

O filho mais velho, J. (22 anos), está preso, passou quase toda a adolescência na Fundação Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente (Casa). Os poucos momentos em que esteve na residência, foram marcados por muitos conflitos e ameaças. Envolvido com o tráfico e a organização do crime, o clima sempre foi de tensão. M. (20)

realiza pequenos furtos. M.P. (15) está cumprindo medida socioeducativa. É inteligente e perspicaz e surpreende os técnicos e as organizações sociais por seu nível de articulação. A filha B. mora com o marido na Bahia e sofre muita violência. Um dos filhos mais velhos não morou com a família e eventualmente visita a mãe. A tensão com os conflitos e medo da morte dos filhos é uma constante no seu dia a dia de Macabéa.

Aqui (Paraisópolis) já foi melhor. Mas, agora está ficando mais violento. Eu moro aqui dentro, mas tenho muito medo pelos meus filhos. Medo de acontecer alguma coisa. Por que a gente não sabe se está correndo risco ou se não está. Agora a gente nunca sabe. Porque eles nunca falam. Quando eles eram pequenos, era bom. Por que eu não precisava me preocupar. Agora eu fico pensando: Meu Deus será o que está acontecendo. Eles chegam de madrugada. Daqui a pouco pode chegar notícia que foi preso. O M.(20) só vive na rua. Ele não apronta. Mas, sei lá. Volta e meia a polícia vive pegando ele [...]. E ele, quando vê a polícia, ele corre. Ele tem mania de ver a polícia e correr. (demonstra que não quer falar mais disso). Silêncio. (MACABÉA).

Além da luta pela sobrevivência, a vida cotidiana é marcada por vários episódios de emergências e contingências. Hoje, aos 54 anos, ela sonha com um relacionamento amoroso tranquilo, com um homem trabalhador que ajude nas coisas da vida. Mora numa casa de madeira, pequena e de teto baixo, numa região em que o projeto de urbanização não tem previsão de intervenção. Contudo, ela entende que a vida é muito melhor hoje.

A partir dos atendimentos, percebe-se que ela transita e sabe muitas coisas a respeito do tráfico local; mora numa região muito marcada por conflitos. Mas, mesmo com toda a relação de confiança e vínculo estabelecida com o PECP, ela comenta pouco. Gosta de compartilhar com os profissionais, além dos problemas, as coisas boas, os sonhos, seus planos e esperanças.

[...] eu quero mesmo é por os meus dentes. Tenho vergonha dessa boca. [...]. Minha vizinha vive me criticando porque eu tenho vontade de ter um namorado. Cada um do seu jeito. Ela não quer saber de homem. Mas, eu quero sim. [...]. Eu quero um homem bom, trabalhador. Que me ajude. Esse homem (que ela comentou da festa de aniversário) disse que ele é solteiro e é um homem muito bom. Trabalha numa firma. Minha amiga disse que ele é trabalhador e muito bom para agradar as mulheres. Estou um pouco apaixonada. (risos). Mas, as pessoas falam – mas ele não te quer. Eu digo – não estou ligando. A gente não pode ligar para o que as pessoas dizem. [...] Meu único medo é os meninos não aceitarem. Eles veem uma pessoa assim e ficam colocando defeito (MACABÉA).

b) Maria – Gênero e maternidade

A vivência das diversas violências relacionada à construção social do gênero está geralmente associada aos desvios do padrão normativo, ser mulher e ser homem implicam certas responsabilidades e papéis que, quando desviados, resultam em conflito e violência.

As mulheres vivenciam a questão do padrão normativo numa mistura de indignação e culpa. Em todas as narrativas é pouco manifestada a figura da mulher, de modo geral, as mulheres se comunicam a partir dos papéis de mãe, esposa e cuidadora do outro.

A preocupação, em primeiro lugar, com os filhos e com os demais retrata importante traço da construção social do gênero, que coloca em segundo plano a vivência da sexualidade, a autonomia e até mesmo a violência perpetrada sobre o próprio corpo.

Especialmente, quando envolve o crime, história de reclusão, risco social dos filhos (drogas, rua, tráfico), a situação é agravada pelo sentimento de culpa e fracasso que acompanha, inclusive, a justificação para a vivência de outras formas de violência.

Podemos, ainda, refletir sobre como a violência do Estado e dos diversos espaços institucionais reproduz a ideia de que a mulher deve ser a única responsável pelo cuidado dos filhos.

Maria cria os filhos, sozinha, mesmo com a presença dos companheiros; sua história é marcada por vários momentos difíceis. Hoje, vinculada à religião evangélica, busca na religião a possibilidade de algum dia ter paz na vida.

Acompanhada por toda a rede socioassistencial da região (Centro de Referência de Assistência Social – Cras, Centro de Referência Especializado de Assistência Social – Creas, Conselho Tutelar, organizações locais), sua vida gira em torno do cuidado e da proteção dos filhos. Um dos filhos foi recentemente assassinato por uma das facções do crime local. O adolescente foi delatado pela vizinha como abusador sexual de uma menina de 5 anos.

Maria trabalha em escola pública como auxiliar de serviços gerais e tem a diretora da escola como uma referência para apoio. Também refere o PECP, especificamente a assistente social que acompanha a família no decorrer de muitos anos, como referência para todo e qualquer tipo de assunto.

A religião lhe serve como alicerce para muitas das suas convicções e instrumento/mediação importante para o enfrentamento das diversas iniquidades e violações pelas quais passou ao longo da vida.

É uma mulher articulada e com muitos conhecidos e parentes na comunidade. Mora em uma região em que o tráfico e o crime são muito presentes. Em sua narrativa transparece certo conhecimento de como transitar e lidar com essa realidade. Parentes e pessoas próximas atuam no crime.

Sua narrativa traz elementos de uma mulher com uma vivência erótica e sexual importante, hoje coberta por certo “moralismo” religioso. O lugar de mulher ficou em segundo plano. Em primeiro vem sempre os filhos – a preocupação, os cuidados, a culpa e o desejo que eles possam seguir um caminho diferente do seu.

Maria, depois da primeira vez que engravidou, precisou voltar para a casa da mãe e do padrasto. Refere-se à história da infância com muita mágoa da mãe, que, segundo ela, vivenciava situação de violência e humilhação e nunca teve coragem de abandonar ou interromper a relação com o companheiro. Diz que o padrasto, por várias vezes, tentou abusar dela, que contava para a mãe e ela não acreditava.

[...] Engravidei com 15 anos. Me envolvi com a pessoa errada. Achando que ele era uma pessoa decente [...]. E aí eu engravidei [...]. No começo ficou empolgado. Depois disse que a criança não era dele. [...]. Com 16 anos, eu tive ela (M.) e passei a ser humilhada mais ainda, porque eu não trabalhava. Como eu ia dar sustento para ela? E aí eu ficava dependendo da ajuda dos outros. É humilhante você ficar dependendo da ajuda dos outros – de um leite, uma fralda. Conheci outra pessoa também, que é o pai dos meus dois filhos – do Y. e do W. E, na minha vida, ele teve importância, porque mesmo sem eu ter me apegado, sem eu gostar dele ainda, antes de me conhecer, ele me ajudou. E quando ela fez quatro meses, eu fui morar com ele. Nem conhecia ele direito – qual era a situação dele, o que queria para nós dois. Então, fui morar com ele, por causa dela. E eu vi que, se eu ficasse com ele, ela não ia passar fome. [...] (MARIA).

Refere, em vários momentos da narrativa, o desejo do relacionamento amoroso e a presença de alguém com quem pudesse compartilhar do cuidado dos filhos. A dependência financeira e os conflitos em relação aos desejos de mulher e o papel de mãe são evidenciados na sua história.

[...] O tempo que eu vivi com ele, fome ela não passou. [...]. Depois de certo tempo, começaram as brigas, os ciúmes. E aí eu comecei a conhecer mais ele. As amigas, a bebida. Os amigos dele me ofendiam com palavras [...]. Porque eu andava com roupa vulgar. Porque hoje, eu digo, uma mulher que anda vestida como eu andava era uma mulher vulgar. Eu andava quase pelada [...]. Mas eu só pude enxergar isso agora. Eu acho que, se eu tivesse enxergado isso lá atrás, estaria com ele até hoje. Mas, como eu ia muito pela cabeça dos outros... Usava roupa curta, saía e bebia... [...]. Mais uma vez engravidei, que foi do W, até no começo foi bom. Mas, depois, ele começou a me bater; batia e xingava. Eu ficava imaginando que era porque eu não trabalhava que eu passava por aquilo, porque, se eu trabalhasse [...]. Eu poderia ter uma cabeça como eu tenho agora. Eu acho que muita coisa da minha

vida poderia ter resolvido lá atrás, quando tudo começou. Porque eu também não fiz nada [...]. Vivi isso baseadamente por causa dos meus filhos. Porque eu não queria ver os meus filhos passar fome. [...]. E depois ele me deixou assim. Me largou aqui, praticamente passando fome com três filhos. [...]. (MARIA).

O segundo relacionamento de Maria também é marcado por muitos conflitos e violência. Comenta que o A. era mais novo do que ela e que, aos poucos, foi percebendo que era usuário de drogas e envolvido com roubo. O medo do abandono e a esperança de que ele pudesse mudar encorajaram Maria a realizar várias tentativas de retorno, após os episódios de brigas e separações. Diz que A. exerceu muita influência sobre a atual situação dos filhos. *“Ele começou a usar drogas em casa, com os meus filhos. Se os meus filhos hoje são revoltados e fazem uso de drogas, é por culpa dele.” (MARIA).*

Segundo ela, quando resolveu que deveria construir sua independência e trabalhar, os conflitos se agudizaram. A ideia de mulher como posse do marido e do lugar rígido de mãe e cuidadora permeia toda a sua narrativa.

Um dia, uma prima minha falou que tinha uma mulher atrás de seis mulheres para trabalhar. Fiquei na dúvida: Vou não vou. [...]. Falei para ele que eu ia trabalhar. E ele disse: Mulher minha não trabalha! Porque o pai dele nunca deixou a mãe trabalhar, ele achou que aqui em São Paulo as mulheres vivem assim. Esperando o que o homem põe em casa. Eu decidi que queria trabalhar. A gente brigou, ele veio para cima de mim [...]. Um dia, ele saiu, juntei as minhas coisas para ir embora – Já que ele não quer que eu vá trabalhar, vou embora. Disse para ele: Ou você me deixa trabalhar ou não volto mais para essa casa. E ele disse: Tudo bem, então. [...]. O trabalho era pesado e eu ficava com as mãos cheias de calo. Mas eu pensava que precisava fazer esse sacrifício pelos meus filhos. [...]. (MARIA).

Maria continua com A. durante os vários episódios em que ele esteve preso. Ela o visitou e cuidou dele na cadeia. Diz que sente um misto de dó e ódio pelo fato de ele nunca ter ajudado a cuidar dos filhos.

Eu precisava dele para ajudar a cuidar dos meus filhos. E ele ficava com eles em casa, usando droga. Em tempo de alguém denunciar. Chegar a polícia e levar os meus meninos de mim. A polícia pega e não quer saber da situação. Leva e pronto. Eu disse: A. não quero perder os meus filhos... (MARIA).

Por vezes, refere-se a ele como se fosse uma criança. O papel materno é tão persistente que Maria, em alguns momentos, sente pena e compara A. aos filhos.

[...] parece que o A. se apega a mim como se fosse a mãe dele. Eu explico para ele que sou a mulher dele e não a mãe. Mas, talvez pelo fato de não ter tido uma mãe e com 7 meses ele foi criado por madrasta. Então, ele se apega com quem dá atenção a ele. Em casa, ele fica me adulando, fica até fazendo massagem no meu pé. [...]. (MARIA).

Maria tem o cotidiano de vida marcado pelos cuidados com os filhos que, desde muito pequenos, fogem de casa, permanecem por vezes longos períodos pelas ruas da comunidade e do entorno. Diz ter muita dificuldade de controle e cuidado com eles. A partir da análise de prontuário, constata-se um processo de acompanhamento social que refere várias tentativas de redução, interrupção da situação de risco das crianças, por meio de diversos atendimentos, visitas, encontros familiares e conversas. A situação é marcada por momentos de melhora e retorno à situação de risco. Como se fosse um círculo vicioso, de intervenção e reincidências dos fatos ocorridos.

O processo de acompanhamento dos profissionais, em alguma medida, é focado na perspectiva de construir a relação de autoridade de Maria com os filhos sem o uso da violência. A figura da mulher pouco aparece, inclusive nos processos de intervenção profissional.

Mulheres como Maria, além do cuidado com os filhos, ficam responsáveis pelos cuidados e providências em relação à justiça, aos direitos, e, por vezes, cuidam dos companheiros em situação de prisão, ou envolvimento com a dependência de drogas. A questão da violência vivenciada pela mulher fica sempre em segundo plano.

De modo geral, os atendimentos mobilizam toda a equipe multiprofissional. A persistência da violência expressa-se em diferentes graus e durante toda a relação, configurando relações assimétricas e de tensão, que se intercalam com intervalos de trégua, razões pelas quais as mulheres muitas vezes não saem de casa ou conseguem se separar (SCHAIBER, 2005).

c) Sol – Gênero e mulher como objeto

Sol é cearense. Suas narrativas são sempre marcadas por muito entusiasmo e carregadas de episódios dramáticos, aventura e comédia. Ela se emociona e também dá muita risada das próprias histórias. Especialmente aquelas vinculadas às cenas mais picantes de aventuras sexuais. É como se estivesse contando uma novela, cheia de suspense e enredos surpreendentes. É uma questão que atravessa sua história como dificuldade e também como forma de poder e sedução. Afinal, sente-se feliz em sentir-se desejada. A sexualidade é uma potência importante em sua história de vida. As estratégias de sobrevivência e a condução da vida estão marcadas pelos romances, encontros e desencontros com parceiros íntimos.

Nas duas ocasiões em que conversamos, estava acompanhada de M. (amiga). Ela diz que gosta de contar a vida com ela, pois é a testemunha viva das suas histórias. A violência atravessa as diversas dimensões da vida cotidiana – a violação do próprio corpo, as relações sexuais forçadas, a injúria e difamação de seu comportamento e forma de se vestir. A separação, a entrega de quatro filhos para adoção, as ameaças, a vivência da drogadição, a prostituição, e as várias situações limites como morar na rua, mendicância, internação e tentativa de suicídio.

Amor, sexo e violência criam uma atmosfera onde viver pode ser uma aventura, uma aventura perigosa e por vezes dolorida. Apesar das várias tentativas de sair das situações, Sol diz não saber por que sempre se envolve com homens violentos.

O último companheiro é um representante importante do crime organizado. Quando saiu da cadeia, lhe fez várias ameaças. Sol não acredita nos serviços de proteção como, por exemplo, a Delegacia da Mulher. Foi encaminhada e orientada sobre os serviços, diversas vezes. Por várias vezes, utilizou recursos existentes dentro da própria comunidade para sair das situações mais críticas. Ela se movimenta entre a ajuda dos programas sociais, trabalhos eventuais e bicos, para manter a subsistência.

É articulada e já vivenciou diferentes experiências de trabalho – doméstica, atendente, recepcionista e cozinheira. Participou dos grupos propostos pelo PECP. Gosta de contar as suas histórias e também de ouvir as colegas do grupo. Um dos filhos estava envolvido com tráfico de drogas.

Sua narrativa constitui-se também dos encontros de pessoas significativas e importantes, no que diz respeito à rede de amigos e solidariedade. Espírita (umbandista), diz que é um lugar importante para aquisição de força e proteção para seguir a caminhada.

Quando conversamos sobre lazer e as coisas que gosta de fazer, refere-se ao baile *funk* como um espaço importante de diversão. “*Gosto de ir ao baile funk, porque lá os homens me olham, me desejam, eu gosto disso*” (Sol). Comenta sobre o período que frequentava o Bar do Litirão, conhecido por ter mulheres fáceis, o que ela achava muito mais divertido.

Atualmente, aguarda o benefício de aluguel social da prefeitura para colocar a vida em ordem. Acredita que a vida vai melhorar. E reconhece-se como uma mulher de muitas lutas, por ter conseguido criar os filhos, sozinha, em meio a tantas dificuldades.

Logo no primeiro encontro, considerou importante falar das violências, que é difícil, mas importante. Comenta que o que mais doeu na vida foi ter que fazer sexo forçado com um dos companheiros – que se sentiu suja e com vergonha de si mesma. E se refere com bastante aversão às várias tentativas de abuso sexual dos maridos das patroas das casas onde trabalhou. Sua vida é marcada por vários episódios de violência e ou pelo medo e apreensão de ser abusada sexualmente.

[...]. Eu tive uma infância boa. [...]. Lembro muito de um homem que ia à casa da vizinha da minha mãe e me dava muita coisa. Eu me lembro que ele me dava muitas coisas. E ele pegava assim nos meus seios... Mas é a primeira vez que eu estou contando isso para alguém. (parece não querer mais falar). (silêncio). Eu sinto assim, que, na maioria da vida, eu fui abusada de homem [...]. (SOL).

Abandonada pela família, no início da adolescência, por ter se envolvido com um homem casado, Sol nunca mais voltou ao Ceará, sua terra de origem. Por vezes, revela o desejo de visitar a família, mas logo recorda a mágoa e o sentimento de rejeição materna.

Quando eu tinha 16 anos eu me envolvi com um homem que era casado e a gente nunca podia se envolver com homem assim [...]. E aí elas me puseram para cá. Compraram a minha passagem sem eu saber. Ela mudou meus documentos para eu vir para São Paulo. Eu não conhecia nada por aqui. Tudo o que ela (mãe) fez comigo. Sem palavras... (SOL).

Desde que chega a São Paulo, busca alternativas de sobreviver e se vincular em relações de afeto e cumplicidade. Fala sobre os relacionamentos amorosos com certo entusiasmo, os laços de amizade, as aventuras entre o mundo ordinário e o mundo do crime. Diz que, hoje, a razão do seu viver são os filhos, sua única esperança e motivo de luta.

No período em que trabalhou como cozinheira, chegou a morar de favor com a amiga que cuidava do seu filho de dia e se prostitua na mesma casa à noite. Logo se envolveu com C³⁸ que era figura de prestígio na comunidade. Relacionamentos amorosos com homens de poder e relatos de abandono compõem a sua história e narrativa de vida.

Chama a atenção quanto os episódios de maior vulnerabilidade são sempre marcados pela desconfiança do seu comportamento sexual – é como se o corpo fosse representação de algo libidinoso, perigoso e com grande possibilidade de sedução.

Sou de Sobral/Ceará. Cheguei aqui com 16 anos e fui trabalhar na casa da minha prima. Trabalhei lá por 3 meses. Ela não me dava folga. E depois me colocou para fora da casa dela. Disse que eu estava ficando com o marido dela. [...]. Sei que, quando eu cheguei na casa, minhas coisas estavam todas lá fora e o rapaz da portaria disse que eu não ia entrar mais porque não tinha permissão. [...]. Quando

³⁸ Na época, liderança importante do tráfico.

conheci Paraisópolis, vim para ajudar uma conhecida do Ceará. Na mesma semana em que eu cheguei, ela teve neném. Assim que ela sentiu dores para ter o neném, o marido dela tentou ter relação sexual comigo. [...] esperei ela chegar e contei para ela. Ela disse: Sol, você me desculpa, mas você vai precisar sair da minha casa. Não quero que você fique aqui na minha casa. [...]. Eu não tinha como voltar para casa. [...] (SOL).

Diante das diversas situações de pobreza e vulnerabilidade, morando de favor com outras pessoas, Sol precisou “dar” quatro filhos, por não ter condições de cuidar, proteger. Refere-se com certa dor, a um dos episódios. “*Ela (amiga) disse assim para mim: Aí, você vai ter que dar porque não tem condições de cuidar dessa criança. Como eu trabalhava lá no Palácio (governo do Estado), arranjei gente lá para dar. [...] Aí minha vida foi melhorando assim. [...]*” (SOL).

Depois de algum tempo, Sol conheceu S., que é o pai dos seus cinco filhos. Viveu muitas dificuldades e acabou sendo ajudada por uma tia do companheiro. Os episódios de violência, associados à dependência de *crack* são os momentos mais dramáticos da sua história. No entanto, Sol sempre buscou alternativas de sobrevivência, sobretudo em relação aos cuidados com os filhos.

A tia do S. viu a nossa situação e então arranhou uma casa para a gente morar. Aí começou o meu inferno, porque o S. se viciou no crack. Ele viciou e queria usar crack dentro de casa. Mas eu não queria. E ele me batia, eu brigava. Todo dia ele me batia e eu também passava fome. Todo dia ele queria me viciar. Dizia que era pra eu usar um pouco [...]. E chegamos a passar fome, porque o que ele ganhava era muito pouco e passou a gastar o dinheiro com droga. Ele começou a me viciar [...]. Eu fui viciada durante 7 anos. Cheguei a vender tudo. Tirava fio, comprava lençol de cama. Passava dois meses numa casa e mudava de novo. Eu fiquei todo esse tempo com o S. mudando... Trabalhava não, eu ia para a feira do estádio, de terça e quarta, durante 5 anos eu olhava carro, desmontava barraca, pegava coisas debaixo das barracas [...]. Comia pastel na feira com os meninos, levava os meninos na escola. Gastava tudo o que eu ganhava com droga. De noite, eu ia buscar os meninos na escola. E a gente tinha quase nada para comer. Eu pedia nas portas para comer. No outro dia, eu me sentia arrependida e chorava. Eu pensava: Meu Deus! Eu não quero essa vida. Eu olhava para os meus filhos e pensava: Eu não quero essa vida para mim. (SOL).

Os relatos de amor, a violência e as estratégias de sobrevivência sempre estiveram articulados na história de Sol.

Eu transava com o Sr. M. para ganhar dinheiro. Ele era muito, muito velho, então, ele não fazia nada. Ficava ali, em cima de mim... Eu cobrava R\$ 30,00. E ele me dava as coisas. Ele era muito velhinho (risos). E ele gostava muito de mulher, então, eram muitas mulheres. Eu transava com ele por mês, para ele me pagar no final de mês. Eu ia marcando. [...]. Eu falava para o S. que ia limpar a casa do Sr. M., mas eu transava com ele [...]. Sempre que eu ia no Sr. M., trazia as coisas (arroz, feijão). Nessa época, eu chegava em casa e nós brigávamos feio. Depois, comecei a brigar com o Sr. M. porque ele achava que eu estava saindo caro e não queria me pagar o dinheiro. O Sr. M. já morreu [...]. (SOL).

Os vários episódios de violência são marcados por contradições, ambiguidades, sentimentos de posse e dependência, que enredam as mulheres em situações difíceis de serem interrompidas. Posse e amor misturam-se, a ponto das mulheres não saberem bem o que sentem e como sair das situações. Esses sentimentos dificultam a procura de ajuda, além do julgamento e preconceito, tanto do meio comunitário como dos serviços de atenção.

Um dia, C. foi lá em casa e me beijou. Aí foi quando eu comecei a me envolver com ele. Nós ficamos um mês juntos. Depois de um mês, o S. saiu e o C. entrou na minha vida. Foi quando começou tudo de novo, o meu sofrimento [...]. Ele começou a comprar móveis novos para mim. Comprar as coisas. Não deixava faltar nada. Mas não me deixava trabalhar. Colocou um portão enorme, em frente de casa, para homem nenhum me ver. Eu fiquei três meses sem sair de dentro de casa. [...] Eu não podia sair porque ele tinha ciúmes. Eu ficava tipo uma prisioneira dele. Todo dia eu tinha relação com ele. E aquilo para mim era muito legal, porque eu gostava dele. Eu era muito apaixonada... [...]. Chegou um tempo que eu chorava muito. Já não comia. Quando vinha fazer coisa comigo, eu não queria mais nada com ele. E ele começava a me bater. Chegou um tempo, que ele começou a me queimar de cigarro. Ele me queimava e falava: Cala a boca, vagabunda! [...]. Eu trabalhava como diarista e todo o dinheiro era controlado por ele [...]. Eu sempre tinha que pensar em tirar algo dali e comprar algo mais para os meninos. Foi um tempo financeiramente muito bom. Não faltava nada para os meus filhos... Comecei a comprar as coisas para os meninos. Mas, sossego eu não tinha. [...] Apanhava a ponto de fazer isso aqui (aponta cicatriz no rosto). E ele me falava: Você não pode nem pensar em sair da minha vida. Você só sai da minha vida morta. Ou eu vou deixar o seu rosto todo defeituoso e homem nenhum vai te querer.[...]. Eu entendi que ele não me amava. Mas não conseguia entender porque não deixava a minha vida. [...]. (SOL).

Sol não viveu história de extrema pobreza na infância, mas refere sentimento de dor e sofrimento, em relação ao abandono e maus-tratos que sofria com a mãe. A história do carinho que tinha pelo pai e o episódio em que foi enviada para São Paulo sem conhecer ninguém. Apesar da vida marcada por tanta violência, verbaliza que o maior sofrimento foi o abandono dos pais e a traição dos companheiros.

O que foi mais difícil para mim foi a traição. [...] Teve um tempo, em que ele ficou preso. Eu fazia de tudo por ele... Eu deixei mais de 60 maços de cigarros lá dentro. Dinheiro, ele me ligava para eu depositar o dinheiro da droga para ele. Ele cheirava, fumava e colocava crédito no celular lá dentro. E eu pagava tudo aqui de fora. Eu era tão cega de amor por esse homem, que ele estava acima dos meus filhos. Eu esquecia o que ele fazia até com os meus filhos. Até porque ele fez isso com a minha filha, depois fez isso com a minha nora.³⁹ E eu passei por cima de tudo isso, porque eu amava muito, muito ele... Eu já falei pra M. (amiga): acho que o C. foi o único homem que eu amei acima de tudo. E eu não sei. Porque ele não tinha carinho. A gente ficou que só durante os primeiros dois anos tinha beijo na boca. Depois, não tinha beijo na boca. Ele não tocava no meu seio. Era de pronto. Ele só tirava a minha calcinha, tinha relação... Ele me tocava naquela hora e depois tirava a mão e pronto. Não tinha beijo, não tinha carinho, ele não falava uma palavra amiga. Eu não sei por que eu amava tanto esse homem. É tanto que eu não conseguia sentir orgasmo por ele. Mas, eu queria ele. Era tipo uma obsessão. Eu

³⁹ Relata episódio em que C. tentou abusar da filha adolescente e da nora.

queria ter ele acima de tudo. Quando ele me traiu, eu fui vendo que nada daquilo valia a pena. (emocionada) (SOL).

Relações forçadas fazem parte do cotidiano das mulheres e, de maneira geral, não são reconhecidas como forma de violência. No caso de Sol, identifica-se imbricação importante entre relacionamento amoroso, sexo e violência.

A relação de agressão e o sexo, segundo Schraiber (2005), revela que o entendimento desses homens, quanto ao recurso da violência contra as mulheres, é como um expediente que se integra na dinâmica de dominação-subordinação entre parceiros, em que a compreensão do prazer sexual da mulher implica total submissão.

d) Oyá – Gênero e abandono

A narrativa de Oyá é marcada pelo abandono e pela violência desde a primeira infância. Oyá viveu vários anos sendo “molestada” (expressão dela mesma). Diz que carrega muitos traumas em relação a isso, entre eles, a dificuldade de relacionamento com os homens, problemas de saúde e repercussões para a vida no trabalho. *“Devido ter sido molestada quando menina. Eu fiquei com isso na cabeça” (OYÁ).*

As histórias de violência são recorrentes, em sua narrativa - a violência sexual praticada pelo avô e os maus-tratos físicos da madrasta, a institucionalização e a negligência dos familiares, as diversas vezes em que foi expulsa da casa de parentes por suspeita de estar dando em cima do marido das mulheres, as ameaças, as traições dos companheiros, entre outros.

Quando minha mãe ficou grávida de mim, ela resolveu me jogar no lixo [...]. Fui criada pela minha avó até os 5 anos. Depois ela resolveu que eu deveria morar com o meu pai, em São Paulo. [...]. Eu ficava com a minha madrasta, que judiava muito de mim. Exigia que eu fizesse o trabalho de casa. Um dia, fui passar uma roupa e não passei direito. Ela foi lá e me queimou. Ela me batia e me maltratava demais (OYÁ).

Oyá sempre viveu de favor na casa dos familiares e pessoas conhecidas. As histórias de violência sempre definiram o seu destino - morou com a avó, depois foi morar com o pai e era maltratada pela madrasta, foi morar com a avó paterna e foi abusada pelo avô, voltou para a casa da avó materna e a mãe insinuou que ela ficava com o marido dela. Enfim, uma história recorrente de abandonos.

Eu sempre fugia de casa. Eu fugia, a polícia me trazia e eu voltava. Com 8 anos de idade, meu pai me mandou morar com a minha avó (paterna) lá na Pedreira [...]. Minha avó estava casada com outro homem. E eu fui molestada por ele. Era sempre de noite que ele vinha me ameaçar de me matar e matar a minha avó. Eu fui molestada por ele dos 8 anos até os 12 anos. Nessa época, eu não dormia. Como acontecia sempre à noite, eu não dormia. [...]. Mas, aqui, quando voltei, foi lugar de sofrimento, porque, ao invés de morar com a minha avó, eu fui morar com a minha tia, lá no Grajaú. E também tinha esse problema, que eu era mocinha, tinha 14 anos, minha tia tinha ciúmes do meu tio também. Começou um inferno. Ele me pegou e me jogou na rua. Eu estava de short, top e chinelo e foi assim que me mandou ir embora. Mandou-me ir embora porque estava dando em cima do meu próprio tio. Ela não acreditou em mim... Eu virei mendiga, então. Passei muitos anos morando na rua (OYÁ).

Também já viveu história de institucionalização, devido à suspeita de roubo de um pacote de bolacha em supermercado.

[...] Passei um ano e meio na Febem do Tatuapé. Eu sei que o meu aniversário de 15 anos foi lá. Eu nem me lembro direito onde era, porque não quero me lembrar. Aí, eu apanhava muito... (emocionada). Um dia, uma assistente social me viu muito quieta e me perguntou o que aconteceu. Eu falei e ela resolveu [...] Foi quando me tiraram de lá e me colocaram na casa de uma família, onde eu fiquei lá até encontrar um serviço e trabalhar. Foi uma família que me pegou – como se fosse uma madrinha, entendeu? Então, eu consegui um serviço em casa de família para dormir. Eu fiquei lá até arranjar um quatinho para mim. E assim, foi indo, minha vida. [...]. Com 19 anos, eu conheci um rapaz, me apaixonei por ele, mas não deu certo, porque eu o peguei com a tia dele. Com 20 anos, eu conheci o pai dos meus filhos. Resolvi casar. Tive a minha filha com 22 anos. Eu tive que fazer tratamento, porque eu não podia ter filho. [...]. Faz 10 anos que eu peguei meu ex-marido, pai dos meus filhos, com a mulher do irmão dele. A gente se separou e eu estou aí na luta. [...] (OYÁ).

Apesar de tantos infortúnios, expressa alegria e certo romantismo, na forma de contar sua própria história e na maneira como experimenta a esperança e possibilidade de outra vida. Diz que tem o desejo de escrever a própria história. E que, numa ocasião, escreveu 25 cadernos, que foram levados pela enchente. Manifesta muita força de realização, cita projetos e ações empreendedoras que já realizou, comenta com orgulho e satisfação as estratégias que precisou construir para sobreviver ao longo da vida.

Trabalhou em biqueira⁴⁰ e, por isso, sabe de muitas coisas. Não pode sair da comunidade de Paraisópolis porque é procurada nos outros bairros. A comunidade é o único lugar onde se sente protegida. “Aqui eles não mexem comigo, porque aqui é o comando” (OYÁ).

⁴⁰ Ponto de venda de drogas.

Oyá é espírita (candomblé) e a religião é uma dimensão importante da sua vida. A partir da religião, estabeleceu relações importantes de solidariedade e apoio. Parece conferir significado e entendimento para as suas vivências, muitas das quais atribui como missão.

Sua história de resistência explicita-se nas várias formas de movimentação, na luta pela sobrevivência e criação dos filhos, na busca de um amor.

Os vários episódios narrados têm um tom dramático, mas, como Sol, também revestido de um espírito de aventura. Especialmente quando conta as questões relacionadas ao trabalho com a venda de drogas. Atualmente, mora de aluguel e subsiste da ajuda de programas sociais e trabalhos eventuais.

As dificuldades relacionadas à saúde conformam um cenário de dificuldades para superar a situação de vulnerabilidades. Tem dificuldade para trabalhar e não consegue ficar nos empregos fixos. Os remédios são caros e acaba cuidando da saúde com dificuldade. *“Já trabalhei com cozinha [...]. Aqui, eu fiz os cursos de informática e artesanato. [...]. Agora, passei para fazer o curso de cozinha, mas estou com esse problema no pé e não posso usar sapato fechado” (OYÁ).*

Diz que passa com psiquiatra no Hospital das Clínicas e que já precisou fazer uso de remédio controlado porque tem depressão. Diz que já tentou suicídio cinco vezes. *“Era muito nervosa, roía as unhas, comia os dedos. Vivia cheia de ferida. Me mordo todinha. [...] Eu bebia, parei de beber. Eu só fumo. Não deveria fumar porque sou asmática, mas fumo.” (OYÁ).*

A vida cotidiana é marcada pelas contingências – a qualquer momento tudo pode acontecer. Preocupa-se bastante com o destino dos dois filhos – a filha, segunda ela, tem vários problemas psicológicos e o filho é envolvido com o tráfico de drogas. Recentemente, foi ameaçada pelo marido da filha, usuário de droga que, além de bater na adolescente (refere várias tentativas de homicídio), tem ameaçado matar a mãe e o irmão. Oyá resolveu dormir alguns dias na casa de uma amiga, como forma de se proteger. Também buscou ajuda nos contatos e mecanismos da comunidade para resolver o problema.

O círculo vicioso entre a vivência das violências, a persistência da pobreza e necessidade objetiva de construir alternativas de sobrevivência, inviabilizam, por vezes, a tomada de decisões, as possibilidades de construção de alternativas de vida.

Oyá não se considera uma mulher vítima de violência dos homens. Com exceção do abuso na infância, sua maior questão está relacionada à traição dos companheiros e ao abandono da família. Uma parte importante da sua narrativa diz respeito a essas questões.

2.5 As Diversas Formas de Violências a partir do Olhar das Lideranças Comunitárias⁴¹

Segundo as lideranças comunitárias, a violência doméstica, especificamente a física, é apenas uma das violências rotineiras e que, normalmente, ocorrem na comunidade. As demais violências são raramente nomeadas como tal.

Talvez em razão da formação e da participação em espaços coletivos, a violência é mais diretamente nomeada por esse grupo do que as outras mulheres em suas narrativas.

[...] As formas de violências são diversas (risos). A gente vive numa sociedade muito machista. Existe um padrão que a todo o momento é colocado para as mulheres. Que mulher é isso ou aquilo [...] é algo que fica no inconsciente da mulher. Isso de que a mulher é sexo frágil. É complicado julgar uma pessoa quando ela não tem direitos básicos assegurados. E as pessoas culpam muito as mulheres. Quando, na verdade, não tem estrutura. A gente está do lado do Morumbi, com padrões de vida e acesso totalmente diferentes. [...]. Violências psicológica, sexual e física – são diversas as formas de violência que a mulher da periferia sofre diariamente – ela é coagida sistematicamente (ELIZANDRA).

Elas se referem de forma recorrente às formas violências estrutural e simbólica, além da prática dos discursos em relação às expectativas do papel do homem e da mulher nas atribuições dos espaços público e privado, sobre o desempenho dos papéis sociais e ideologia que incute um papel de submissão das mulheres aos desejos de outro. Compreendem a violência como a relação de dominação – que é sócio-histórica – é sempre afirmada como uma diferença da ordem natural, representação da inferioridade do corpo e da mente feminina.

[...] pensando em Paraisópolis, 90% da população é composta de nordestinos, e a gente sabe que a cultura do nordestino é muito machista. Uma cultura que aflige diretamente as mulheres. Essa ideia tradicional – da mulher como dona de casa e mãe e o homem provedor – é muito forte. A gente vê isso aqui nos cursos, as mulheres desistem de fazer o curso porque os homens não deixam. [...]. Nós entendemos que esse é um tipo de violência psicológica. Fica uma coisa assim: Eu sou seu dono, eu digo o que você pode e não pode fazer. [...]. É um sentimento de

⁴¹ Para efeito da pesquisa empírica, foi realizada entrevista em grupo com lideranças comunitárias da Associação de Mulheres de Paraisópolis. Ver Capítulo III – Cotidiano, Luta e Resistência.

posse mesmo. A mulher é sexo frágil, porque isso é bom para o sistema (Rejane, liderança comunitária).

Identificam a violência estrutural como um dos elementos que dão sustentação às diversas formas de violação de direitos.

Paraisópolis é vítima da falta de atendimento nos serviços públicos básicos que atingem principalmente as mulheres. Vítimas das dificuldades da comunidade, mas também vítima de tudo. Quando não se tem uma educação de qualidade para as mulheres, tudo fica difícil. [...] A gente limita as mulheres quando não dá condições de ela se desenvolver. Ela é a pessoa que mais se prejudica quando não tem investimento na questão social. [...]. Por exemplo, a falta de creche que impede a mulher de trabalhar, estudar e se qualificar. Quando tira isso, você está violando o direito da mulher. Porque toda mulher tem o direito de ser mãe e em qualquer momento. E o Estado tem que dar condições para isso. Uma das maiores violências é a falta de política pública para as mulheres. [...] para ser mãe, ela precisa abrir mão de si como mulher e de sua vida pessoal, porque dedica 100% da vida aos filhos. [...]. Política pública é a base (Rejane, liderança comunitária).

Na discussão sobre questões relacionadas ao risco e à vulnerabilidade da violência e exploração sexual na comunidade observa-se dificuldade de se falar no tema. Quando perguntado, as lideranças ficaram em silêncio, com comunicação por meio de olhares. Até que uma delas teve a iniciativa de falar:

Lá perto de casa, quando eu mudei para cá [...]. Eu fui vendo essas crianças crescendo por ali. Elas pediam dinheiro, minha cunhada dava comida. Elas comiam e iam embora. E uma delas, nem bem cresceu direito, todos os dias à tarde se arrumava e no final de tarde uma mulher adulta vinha buscá-la. Eu observava que até sentiã ela colocava na menina sem peito. [...]. Mas, engraçado que ninguém falava nada. Tinha medo. Ninguém falava sobre esse assunto. Cada um entra na sua casa e não vê mais nada. Todos os dias, essa mulher, que não era vizinha, vinha buscar a menina. Isso aconteceu durante anos, até que aconteceu da menina engravidar. Ela tinha no máximo 10 anos. Até que deu uma grande confusão com o vizinho da frente, porque ela precisou chamar os manos para ele, por que ele tentou mexer com ela. E aí se desfez todo o negócio (TEREZINHA, liderança comunitária).

Elas entendem que a violência sexual, que não deixa de ser física e psicológica, atravessa a vida, ocasionando repercussões na saúde, na forma de ser como mulher e, inclusive, na forma como se relaciona com as outras formas de violência. A banalização e o pacto de silêncio, em relação a esse tipo de violência, é bastante comum no cotidiano da comunidade, especialmente nas falas em grupo, nos fóruns de articulação comunitária, entre outros.

Na forma de exploração sexual, as situações de risco e vulnerabilidade, como parte do cotidiano da comunidade, ocorrem às vezes de maneira mais explícita, por vezes de maneira mais velada, com a pactuação e o silêncio de vizinhos e familiares, muitas vezes por medo, outras por uma ideia do senso comum de que as meninas são “sem-vergonha”, fáceis, etc.

Temos um problema, hoje, que é o jovem da “ostentação”, e isso é um problema muito grave, porque você deixa de oferecer o que eles precisam de fato [...]. Os pais não conseguem dar o que os filhos querem. Hoje, para fazer parte dos grupos, precisa ter a calça e o sapato da marca tal. [...] Disputamos muito os nossos jovens com as coisas ruins e materiais. Então, quando você não tem... [...]. E quando chegam essas propostas indecentes, as adolescentes acabam indo mesmo. Às vezes, ela resiste. Mas, até quando consegue resistir? [...]. Também tem muito julgamento. Às vezes, as pessoas veem a menina fazendo isso e dizem: por que ela é “periguetete”⁴². Então, entra o moralismo. E você fica numa situação de que ela está indo porque gosta. Então, parece que não é violência. E não é bem por aí. Se você pegar a situação das meninas de Paraisópolis, em relação à sexualidade, realmente as pessoas têm mais informações, mas tem o desejo de independência, sai de casa e engravida muito cedo... A gente achava, por muito tempo, que esse era o maior problema. Mas, hoje, estamos perdendo os jovens para coisas muito piores. Aqui em Paraisópolis, temos lugares que são verdadeiras cracolândias. No grotinho, lá em outras regiões, está virando uma cracolândia – 7h, 8h da manhã – meninas perdidas, sem dentes e tudo. E chega uma hora que não tem mais dinheiro para a droga (REJANE, liderança comunitária).

2.6 Considerações Gerais sobre as Diversas Formas de Expressão e Manifestação das Violências

A violência contra as mulheres se apresenta como o *nó de contradições* que atuam de forma imbricada: gênero, raça/etnia e as classes sociais se articulam dialeticamente e constituem o eixo estruturante da violência; configura-se um tipo hierárquico que invade todos os espaços da sociedade. Configura-se nas suas diversas formas de expressão, manifestação importante da questão social na contemporaneidade.

O esforço no desvelamento dessas categorias, nas narrativas e na fala das lideranças, exigiu um exercício de aproximações sucessivas. Enquanto construções histórica e social, configuram-se como fenômeno complexo, saturado de múltiplas determinações e que tem nas classes a sua prioridade, ou seja, sua base material⁴³.

É possível constatar, a partir da análise das narrativas e da fala das lideranças, quanto a questão econômica é determinação consistente na trajetória de vida e cotidiano das mulheres - evidenciada nas relações que envolvem a dificuldade e discriminação em relação ao mercado

⁴² Um tipo de menina fútil, fácil, vulgar.

⁴³ Base material, circunscrita à base econômica da sociedade. Abarca o mundo da produção e organiza a gestão da força de trabalho em que ocorre exploração da força de trabalho humano no processo de produção e mais-valia (ABRAMIDES, 2006, p. 85).

de trabalho, a exploração sexual infantil das meninas, o abuso sexual e as relações amorosas fortemente marcadas pelas normatizações e padronizações de gênero.

[...] Todas nós vivemos algum tipo de violência. Lembro quando eu comecei a trabalhar, fazia propaganda na rua. [...] A gente é muito discriminada. Todos os representantes da empresa faziam uma fila e escolhia – as mais bonitas, as branquinhas, as sorridentes – para colocar na linha de frente. As meninas negras, nunca eram escolhidas. [...]. Eu sempre era escolhida e não passei por essa situação [...] mas eu me sentia desrespeitada por ver as minhas amigas que viviam a mesma situação que eu (moravam em Paraisópolis), ser discriminada por ter a cor da pele negra. [...] Eu ficava indignada! Além disso, tinha outras coisas pelas quais eu passava – meninas bonitas e novas – passam por isso. Tinham homens que me abordavam perguntando se eu não queria fazer um programa. Teve uma situação em que estava na Av. Faria Lima fazendo panfletagem e um carro parou, os homens saíram, e tentaram me forçar a no carro [...]. E eu vi muitas meninas que se sujeitaram a essa situação, uma forma de prostituição. [...]. O simples fato de eu estar trabalhando, fazia com que o cara se sentisse no direito. [...] Depois de muito constrangimento, eu decidi que não ia ter que trabalhar daquele jeito – exposta e desrespeitada [...] (ELIZANDRA, liderança comunitária).

Suas diferentes formas de manifestação, como a desigualdade social e a violência que dela resulta, são acontecimentos colocados no campo do *vivido*, ou seja, apesar de se expressarem, por vezes, de maneira corriqueira, naturalizada e como algo banal, a violência e a desigualdade de gênero atravessam o cotidiano e as várias mediações diante de valores da ética e da justiça.

Como questão de saúde, provoca vários agravos físicos, mentais e emocionais. É evidente, nas várias narrativas, mas especialmente no relato de Oyá. A vivência da violência desde a infância resultou em vários agravos de saúde, tentativas de suicídio, depressão, entre outros. A atribulação do cotidiano de Macabéa dificulta que ela hoje consiga cuidar dos problemas de saúde.

Antigamente eu cuidava. Agora não ando cuidando muito não. Eu cuidava, ia no medico, fazia aquele negócio do papa. Agora, faz mais de ano que eu não faço esse exame. Às vezes, eu esqueço de tomar o remédio de pressão. Minha cabeça dói demais aqui (frontal). Às vezes, eu corro tanto que não dá tempo de comer. E eu vou comer mais tarde. De tanto correr (MACABÉA).

A violência contra a mulher, como violação de direitos, é expresso nas dificuldades de acesso, enumeradas em todas as narrativas e especialmente na fala das lideranças, aos direitos essenciais que permitisse alguma condição de autonomia e cidadania.

Isso dificulta não apenas a sua conceituação, mas também as possibilidades de compreendê-las e enfrentá-las. Seja no cotidiano particular ou na construção coletiva de

experiências de enfrentamento das situações, mulheres vivenciam o jugo de terem suas demandas específicas colocadas em segundo plano, tendo em vista o conjunto das contingências, do enfrentamento e das estratégias de sobrevivência mais imediata.

O acesso à justiça também pode ser apontado como uma das evidências da dificuldade do reconhecimento da violência como violação – mulheres em situação de violência estabelecem uma relação com o sistema de garantia de direitos, muitas vezes, marcada por um tipo de discriminação, ofensas e negligência em relação ao atendimento. *“Eu não acho que as leis protegem não. Uma vez, fui à Delegacia da Mulher e não resolvi nada. Um dia, fui reclamar das surras, por que o pai dos meninos me batia demais, ela (delegada?) disse pra mim: Deixa esses meninos crescerem.” (silêncio) (MACABÉA).*

De forma que a população em geral não acredita nos serviços, busca alternativas para solucionar o problema pela “justiça pelas próprias mãos”. Questão presente em vários depoimentos, tanto das narrativas das mulheres como na fala das lideranças.

Também se evidencia quanto a violência sexual associada ao gênero é recorrente, e configura uma das vulnerabilidades a que estão submetidas todas as mulheres, de todas as classes, mas especialmente as meninas pobres vivenciam essa experiência, como jugo da falta de segurança, proteção, cultura, os valores simbólicos persistentes em relação ao corpo da mulher, além da pouca presença e ausência de serviços de proteção.

Tratada como questão corriqueira, comum e banal, a violência e o abuso sexual foi assunto comentado em vários momentos da entrevista com as lideranças e na narrativa das mulheres.

O abuso sexual e a exploração sexual infantil atravessam as quatro narrativas, tanto na vida das mulheres como nas gerações precedentes. Macabéa teve a filha envolvida com situação de suspeita de abuso por parte do namorado e também com a vivência de exploração sexual pelo vizinho.

Com a puberdade e a passagem para adolescência, D. manifestou dificuldades com a sexualidade [...] começou a se expor e se colocar em situações de risco, chegando tarde em casa e convivendo com homens adultos, entre eles um vizinho da mãe, inclusive havia circulado na viela boato de que D. fazia sexo oral para este homem Sr. M. (65 anos) [...] Na mesma semana, D. procurou a enfermeira para conversar, e relatou que mantém relações sexuais consentidas com o vizinho, Sr. M., morador antigo e muito respeitado na viela, desde aquela época, quando foi levantada a suspeita, também frequentava esporadicamente a casa de um aliciador de meninas chamado A. que oferecia R\$ 20,00 por relação sexual. Disse que foi poucas vezes a

esse lugar (Relato de assistente social ao fórum sobre denúncia de situação de risco dos filhos adolescentes de Macabéa).

Maria foi abusada, quando criança, pelo padrasto, e relata:

Sofri o pão que o diabo amassou na mão do meu padrasto. Eu vivi muita humilhação [...]. Meu padrasto tentou por várias vezes abusar de mim. Eu contava para minha mãe, mas ela não acreditava [...]. Quando eu tinha 12 anos, minha mãe pedia para ele vir me acordar e ele vinha direto nos meus peitos. Tanto lugar para ele pegar, mas ele vinha direto nos peitos. Eu falava para ela, mas ela não acreditava nisso (MARIA).

Sol, além da situação de abuso sexual na infância, ao longo da vida, precisou explorar seu próprio corpo para se manter. Oyá vivenciou abuso sexual durante o período da infância e início da adolescência. Trata-se de questão muito frequente na história e trajetória de vida das mulheres da periferia. É comum o depoimento das mulheres sobre a vivência do assédio ou abuso sexual pelos familiares ou homens e rapazes da casa onde trabalham. Elementos culturais, sociais e religiosos dão sentido a essa forma de violência.

O discurso e pensamento conservador naturalizam e atualizam crenças e mitos sobre o lugar da mulher na sociedade e na família, com centralidade e responsabilidades, atribuições, valores e padrões de comportamento, configurando, dessa forma, um solo fértil para diversas formas de opressão, banalização e naturalização da violência.

Cotidianamente, observa-se que, para muitos, a violência não é considerada transgressão e violação de direitos – familiares, vizinhos, colegas, profissionais de saúde ou de outros serviços, e até as próprias mulheres vítimas de violência, não reconhecem as diversas situações. Por não ser reconhecida como violência, não deve receber atenção ou suporte institucional, como as demais violências – fica no campo da invisibilidade⁴⁴, do problema individual de cada um.

Dar visibilidade à questão exige tomar a violência contra a mulher como violação de direitos, sob diferentes ângulos – como questões ética e política, das relações interpessoais e/ou afetivos na vida privada às relações do e no espaço público –, de uma perpetuação da desigualdade entre homens e mulheres como indivíduos sociais e sujeitos de direitos.

⁴⁴ Invisibilidade no sentido da falta de reconhecimento de certos acontecimentos como sendo da sociedade como um todo e, por isso, alvo de propostas de resolução de caráter público para todos, e não de cunho estritamente individual (SCHAIBER, 2005).

A violência de gênero constitui, assim, uma questão social bastante complexa e difícil, pois é uma violência, mas não qualquer violência; em certa medida, deve ser objeto das sanções que regem a violação de direitos e das leis; em outra medida, objeto de intervenções que melhorem o convívio social e privado das pessoas, que não dizem respeito apenas à ordem ou à ilegalidade do viver em sociedade, mas, sobretudo à ética da igualdade entre humanos, sejam quais pessoas forem, e a estímulo da ética da solidariedade tanto social quanto interindividual (SCHAIBER, 2005, p. 36).

No que diz respeito à violência perpetrada ao universo feminino, questões como nossa concepção de família, gênero, patriarcado e sexualidade, ocupam lugar importante nessa problematização como categorias históricas. Elas se configuram no bojo da sociedade capitalista como concepções que corroboram o estabelecimento de padrões de comportamento e formas de relações sociais marcadas pela diferenciação de acesso aos direitos, à desigualdade, intolerância e violência.

Geralmente, exprime-se no âmbito privado, e é perpetrado pelos parceiros íntimos e conhecidos, embora, como mostram as feministas, o âmbito privado seja político também (MINAYO, 2006, p. 95).

No domínio público, a violência se manifesta pelo assédio sexual e moral no trabalho, pelas agressões sexuais, pelo estupro, pelo tráfico sexual, pelo uso da mulher na pornografia, pela escravidão e pelas esterilizações forçadas, dentre outras. Todas essas expressões, frequentemente, são toleradas, silenciadas, desculpadas pela dependência das mulheres em relação aos homens ou por explicações psicologizantes inaceitáveis, tais como: os homens são incapazes de controlar os seus instintos, os estupradores são doentes mentais, as mulheres gostam de homens agressivos.

A partir dessa perspectiva, a discussão da violência e do gênero não pode ser deslocada da discussão da violência estrutural⁴⁵, da luta pelo fim das desigualdades e de toda e qualquer forma de exploração.

O contrário, corre-se o risco de reduzir essas categorias – gênero e violência – a questões de caráter cultural e/ou relacional. A violência torna-se questão vinculada às formas de relacionamento entre homens e mulheres, conflitos relacionados e relativizados a uma questão cultural de determinado grupo ou comunidade, como se fosse um problema dos

⁴⁵Minayo (2006, p. 81) denomina a violência estrutural como categoria que “ [...] se refere aos processos sociais, políticos, econômicos que reproduzem e ‘cronificam’ a fome, a miséria e as desigualdades sociais, de gênero, de etnia e mantêm o domínio *adultocêntrico* sobre as crianças e adolescentes. Difícil de ser quantificada, pois aparentemente ocorre sem a consciência explícita dos sujeitos, a violência estrutural se perpetua nos micros e macroprocessos sócio-históricos, se repete se naturaliza na cultura e é responsável por privilégios e formas de dominação”.

indivíduos, das famílias, patologias consequentes do alcoolismo, das histórias e dos traumas pessoais.

Trata-se da mais típica e tradicional ideia de gênero, em que o homem exerce o poder de ter seu próprio desejo e definir o desejo da mulher, sendo que esta, sob violência, não decide nada apenas se submete. Por essa razão, dissemos que relações de gênero são desiguais: não temos aqui duas pessoas que se consideram, e são consideradas, sujeitos de igual valor para decidir e agir (SCHRAIBER, 2005, p. 57).

A perspectiva da discussão do gênero associado à classe enfatiza, ainda, que se para qualquer das mulheres e homens essas determinações da sociedade patriarcal se colocam como *destino*, para a mulher pobre há ainda o ônus da luta pela sobrevivência, as diversas vulnerabilidades e contingências decorrentes da sua condição de classe e desigualdade social.

Por um lado, se existe a ampliação do mercado de trabalho e as várias conquistas do movimento feminista, por outro, existe ainda, à margem e nas expressões das situações de pobreza, a história daquelas que, além de vivenciar a falta de acesso aos direitos fundamentais, apresentam em suas trajetórias a vivência de várias violências e violações.

Para essas mulheres, a questão dos direitos e do engajamento nos movimentos está retratada no cotidiano da vida e na luta pela sobrevivência, na solução dos problemas imediatos, na relação com o cuidado dos filhos e da família, nas redes de solidariedade estabelecidas como alternativas de vida e resistência, nos limites e possibilidade da construção de novas escolhas.

Mulheres pobres da periferia têm o seu cotidiano atravessado pelas determinações da condição de classe e gênero, das dinâmicas dos territórios em que vivem e que, geralmente, são marcados pela ausência ou presença do Estado, no que se refere à garantia de acesso aos serviços básicos e direitos sociais, da violência cotidiana do espaço público, bem como dos espaços privado e doméstico.

Todo esse cenário complexo de determinações nos coloca diante do desafio de apreender como as mulheres atribuem significado a essas vivências, quais as mediações e alternativas tem sido construídas por elas próprias, qual o alcance do trabalho profissional e das políticas sociais na implementação de ações que contribuam para o fim, o enfrentamento e o combate das *violências*.

CAPÍTULO III

A ARTE DE SOBREVIVER NA ADVERSIDADE

É como se a cidade fosse o lugar das mais diversas, surpreendentes e brutais formas de violência, a despeito da promessa de que ela pode ser símbolo de civilização, reino da liberdade, obra de arte coletiva.
(IANNI, 2004, p. 154)

A violência contra as mulheres, apresenta interface com as questões colocadas nos territórios, entre elas, a forma de solução dos pequenos conflitos, a limitação e possibilidade de acesso à justiça, as estratégias de sobrevivência. Trata-se da arte de sobreviver na adversidade. E “*sobreviver na adversidade*” não tem nada a ver com as tradicionais “estratégias de sobrevivência” que tradicionalmente lançam mãos os sujeitos em situação de pobreza. Trata-se de uma expressão que circula no “mundo bandido”, e os moradores das periferias da cidade, de uma forma ou de outra, sabem o que quer dizer:

[...] saber transitar entre fronteiras diversas, deter-se quando é preciso, avançar quando é possível, fazer o bom uso da palavra certa no momento certo, calar-se quando é o caso. E, sobretudo, saber jogar com as diversas identidades que remetem a esses diversos universos superpostos e embaralhados nas coisas da vida. Em outros termos, como passadores que são entre as fronteiras do mundo social, saber transformar esses diversos territórios em recursos de vida, vias incertas de construção de outros possíveis que lhes permitam escapar seja da morte matada, seja da pobreza extrema (TELLES, 2007, p. 216).

Telles (2007, p. 217) ainda ressalta que “sobreviver na adversidade não é coisa fácil”, pois nem todos são conhecedores dessa versão muito peculiar do ‘saber circulatório’.⁴⁶ Não se trata simplesmente de sobreviver e levar a vida - saber sobreviver na adversidade supõe certa habilidade em transitar entre fronteiras. Uma “arte do contornamento”. Essa arte de contornamento “não é paralelo e não é à parte; o próprio dessa ‘arte de contornamento’ é justamente saber transitar entre fronteiras sociais, saber lidar com os códigos, jogar com as identidades” (TELLES, 2007, p. 218) passando de um lado e entre um mundo e outro (o mundo da “ordem” e o mundo “bandido”), e mais por entre todas as outras mediações sociais - a família, o trabalho, a igreja, os programas sociais, as associações comunitárias.

⁴⁶ Saber circulatório – potencialidade, recurso para inventar possibilidade de vida e formas de vida (TELLES, 2007).

Trata-se de um conjunto de potencialidades, renegadas no discurso comum, como se os moradores da periferia estivessem renegados simplesmente à condição de usuários e beneficiários dos programas sociais, vítimas ou perpetradores da violência.

Entende-se que essa seja uma chave fundamental para a compreensão do estatuto político das mulheres enquanto sujeitos e moradoras desses territórios – a identificação e o reconhecimento das possibilidades e potencialidades e o que, nos termos de Telles (2007), é caracterizado como a “capacidade de inventar outros possíveis”.

Entendemos que essas considerações são bastante relevantes quando da discussão da realidade das mulheres em situação de violência na periferia.

3.1 Violência Urbana

A desigualdade social é uma das formas mais contundentes de violência no Brasil, estrutural e estruturante, e por causa do seu grau de enraizamento, persiste historicamente como chão sobre o qual se assentam muitas outras expressões de violência (MINAYO, 2006).

Nos centros urbanos, caracterizada por alguns como violência urbana, manifesta-se de forma evidente no mercado do narcotráfico, no desemprego estrutural, na marginalização, no pauperismo, na brutalidade policial contra negros e pobres, na violência interpessoal e diversas formas de discriminação e exploração.

Segregação⁴⁷, criminalização da pobreza⁴⁸, a desresponsabilização do Estado na garantia de direitos, a responsabilização dos pobres e das famílias pela consequência do seu destino, são apenas algumas das expressões da ideologia que marca o contexto, cenário e a trama das grandes cidades.

As expressões da violência que ocorrem hoje no Brasil são bastante complexas e não se limitam à questão dos crimes que ocorrem nas áreas pobres das grandes cidades, tampouco

⁴⁷Segregação espacial – processo de ostensiva separação social que funciona para estigmatizar, controlar e excluir a parcela mais pobre da população o direitos de poder participar da paisagem da cidade. Discussão realizada em: CALDEIRA, Tereza. **Cidade e muros**. São Paulo: Edusp. 2000

⁴⁸Ato de tomar como crime as ações de determinados grupos sociais, geralmente os pobres considerados classes perigosas. Apresentam forte conteúdo ideológico, estigmas, contornos raciais e étnicos, na medida em que jovens pobres e negros são tidos como perigosos e ameaça para a sociedade (BRISOLA, 2012).

pode ser analisada somente sob a perspectiva dicotômica da luta do bem contra o mal, do mundo do crime e do mundo ordinário.

No entanto, é sobre as condições e circunstâncias da escassez de oportunidades e perspectivas – principalmente no caso da juventude bombardeada pelos apelos do consumo e pela falta de reconhecimento e de chances sociais – que se constroem as taxas de criminalidade e as consequências da violência particularmente, nas regiões metropolitanas (MINAYO, 2006, p. 36).

Não há, portanto, como problematizar a violência na cidade descontextualizada da desigualdade e injustiça social na qual tem sido produzida e reproduzida. Os distritos das cidades, assolados pela desigualdade, destacam-se como campos abertos onde se pratica a violência e violações de direitos humanos, de modo corriqueiro e cotidiano, por meio de execuções sumárias e detenções arbitrárias, desconhecem as regras da sociabilidade, da aceitação do outro e que classifica qualquer mínima diferença como sinal de suspeito e inimigo mortal.

A exacerbação das desigualdades sociais vem gerando o terreno propício para a disseminação da violência, numa sociedade em que poucos conseguem satisfazer todas ou quase todas as suas necessidades, mostrando que a distribuição das mortes violentas é apenas o reflexo da estratificação social (PAVEZ; OLIVEIRA, 2002).

Sem a intenção de aprofundar o debate, tendo em vista os limites e o objetivo deste objeto de estudo, entendemos ser importante destacar algumas marcações realizadas especialmente pelo campo da antropologia sobre a dinâmica e realidade da violência urbana na cena contemporânea.

A mudança ocorrida nos últimos 30 anos, em relação aos padrões de sociabilidade e à configuração da política, bem como a expansão do mercado globalizado do tráfico de drogas e as transformações do mundo do trabalho, configura as fronteiras e as tensões nos grandes centros e periferias da cidade.

Nas últimas três décadas, as periferias foram palco de mudanças importantes nos pilares da vida social das grandes cidades, especialmente “na etnografia das favelas e periferias da cidade tem sido possível reconhecer impactos causados tanto das mudanças na articulação e institucionalidade política, quanto no mercado de trabalho, na família, na religiosidade, no consumo e no projeto de mobilidade social” (FELTRAN, 2010, p. 208).

A luta política – marcada pela expansão dos movimentos sociais na década de 1980 e a luta pela conquista e legitimação de direitos, transfigurada pelos apelos da ofensiva neoliberal, nos anos 90, com as diretrizes de gestão social, expansão do terceiro setor, gerenciamento estatal e não governamental das populações, especialmente da periferia, conforma um cenário com repercussões importantes nas formas de vida, articulação política e social das populações (PAOLI, 2007).

A expansão das práticas de *gestão social* tem impacto na dinâmica de luta e mobilização política da população, especialmente aqueles que habitam as áreas periféricas das grandes cidades. Essa discussão permite colocar luz e mobilizar questionamentos sobre o debate de que, se por um lado, é evidenciada a diminuição da violência nas periferias da cidade resultado da atuação de organizações sociais, por outro lado, talvez essa mesma lógica mantenha o não direito e fetichização do público e privado, entre outros. O que se traduz nas dificuldades de articulação política na defesa de garantia e ampliação dos direitos sociais, na compreensão sobre o fenômeno da violência como expressão de uma questão política, e não apenas como um problema local. Sustenta círculos e pactos de silêncios, políticas e negociações realizadas em caráter privado, destituindo e desarticulando as potencialidades e a capacidade política da população.

Nos lugares em que praticamente inexistente a atuação do Estado⁴⁹ ou quando é muito precária na cobertura dos serviços básicos, essa situação parece ainda mais complexa; isto porque, na “ausência” do Estado, a presença das organizações e entidades assistenciais torna-se fundamental para o atendimento das necessidades da população e carrega consigo o terreno fértil para consolidar a cultura do assistencialismo e do clientelismo, mediadas por relações de favor e não a do direito (IAMAMOTO, 2001).

Trata-se de dispositivo de gestão social, mas, sobretudo, componente ideológico e de grande permeabilidade, que resulta no comprometimento e esvaziamento dos espaços de

⁴⁹ Importante esclarecer aqui que entendemos que sempre haverá a presença do Estado. A ausência de serviços públicos ou da dimensão pública dos serviços prestados às necessidades da população não significam ausência do Estado e sim uma forma de presença “às avessas” nos termos de Telles (2010). Cabe destacar ainda as considerações de Trindade (2011, p. 295) sobre o Estado na relação com os direitos humanos: “O Estado, em qualquer de suas formas igualmente históricas, não é ‘neutro’; existe por conta das contradições operantes nas sociedades cindidas em classes, e a classe economicamente dominante na ‘sociedade civil’ também não o é, politicamente, no Estado. Assim, o âmagio distintivo do Estado consiste em cumprir uma função que é, sobretudo, política: administrar a luta de classes, em favor da classe dominante – no limite, pela violência que monopolizou para si. Superada historicamente a sociedade fundada na divisão de classes essa função política terá se esgotado e, assim, o Estado terá perdido a sua razão de existir.

articulação e discussão de temas de interesse da população, participação e controle social, acesso aos direitos e à justiça.

Outra marcação importante é o uso da violência como forma de controle e de gestão da cidade, que se conforma especialmente a partir da expansão do mercado financeiro das drogas e se manifesta na repressão policial às periferias, regulada hoje, sobretudo, pelo próprio “mundo do crime”, em expansão nas periferias da cidade – apresenta-se como importante dispositivo que compõem as relações sociais e formas de viver da população – de maneira que *política, gestão e violência* são faces do mesmo conflito (FELTRAN, 2010).

O “estado de exceção”⁵⁰, discutido por Agambem⁵¹, reflete bastante a política de enfrentamento que tem sido utilizada como instrumento/dispositivo de controle e enfrentamento da violência nas grandes cidades – com uma ideia de suspensão temporária da ordem, tem sido utilizado como regra e como forma de controle e proteção de “vidas nuas” que crescentemente não conseguem ser inscritas na ordem, ideia de corpos cada vez mais expostos e matáveis – haja vista, as intervenções das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) no Rio de Janeiro e a Operação Saturação (ação da polícia militar nas favelas e periferia) da cidade de São Paulo. Um modo de gestão da vida coletiva, “que permite a associação do Estado gestor com o Estado policial: uma volta ao arcaico, produzida pelo abandono estatal das regulações sociais e pela completa liberdade do capital” (PAOLI, 2007, p. 256).

Do conjunto das transformações do mundo do trabalho e da economia – novas conexões relacionadas a uma redefinição do mundo globalizado redesenham os territórios urbanos e as formas de trabalho, cada vez mais precarizado e informal; o trabalho no domicílio e autônomo é reativado, ao mesmo tempo em que os mercados locais também são redefinidos na junção das circunstâncias da economia popular e solidária, com as máfias locais e o comércio clandestino de bens lícitos e ilícitos. Questões que estão imbricadas nos modos de viver, se relacionar e negociar as perspectivas de sobrevivência da população.

⁵⁰A ideia de exceção para entendimento do contornamento da gestão da segurança pública nas grandes cidades pode ser entendida a partir da existência de um contexto político marcado pela exceção e que “ [...] implica na exposição de pessoas a uma violência que a lei não pode conhecer o que requer tecnologias que fabriquem a plausibilidade da negação de direitos e da invisibilidade em que são jogados os deserdados do sistema. É possível ver com clareza essa ligação na virada radical que assume a questão social hoje, na cidade, tal como compreendida por alguns estudos que retratam o mundo dos excluídos como a forma de vida que se passa na exceção” (PAOLI, 2007, p. 253).

⁵¹Giorgio Agamben tem realizado discussão profícua sobre o tema que tem sido debatido por diversos autores (AGAMBEN, Giorgio. *Homo sacer*: o poder soberano e a vida nua I. Belo Horizonte: UFMG, 2002; _____. *Homo sacer II*. São Paulo: Boitempo, 2008; _____. *Estado de exceção*. São Paulo: Boitempo, 2004. Estado de Sítio).

[...]. Eu já fiquei na rua com os meus filhos também. Já morei no Jardim. Ângela, quando minha casa encheu de água. Achei que eu ia me afogar com os meninos lá dentro. Porque a minha casa daqui ele vendeu e eu não tive direito a nada. Já passei por muitas coisas. Já trabalhei em biqueira para poder sustentar os meus filhos. Eu não tenho condições de trabalhar de outro jeito. Porque estava doente. Aí trabalhei nisso (OYÁ).

O “mundo do crime”⁵² surge recentemente como atividade melhor remunerada e alta disponibilidade de postos e trabalho para os jovens da favela e passa a ser legitimado progressivamente como instância normativa e fiscal das regras de convívio e relações de poder.

Diversas investigações recentes entre jovens da periferia encontram mais frequentemente trajetórias de inserção ocupacional instável, sobretudo no setor de serviço ou empregos terceirizados. Nas franjas desse mercado de trabalho, aparecem os trabalhos liminares entre o formal, o informal e o ilícito (FELTRAN, 2010, p. 207).

Essas marcações são importantes para a reflexão sobre os desafios, as dificuldades de discussão da violência a partir e por dentro mesmo das periferias, pois na ausência de política de direitos, a dificuldade do acionamento de instrumentos que possam conferir outra lógica, favorece um celeiro fértil para a promoção das diversas formas de autoritarismo, violência, injustiças e o tradicional mecanismo de “justiça pelas próprias mãos”.

Por mais de um lado, pesquisadores da violência brasileira tem mostrado um a novo estatuto das agressões e dos crimes, que é descrito pela existência ‘de uma população marginalizada, que vive numa espécie de campo de concentração, isolada e sem perspectivas [...] um universo que pode ser descrito como ‘guerra civil não declarada’ que desenrola num contexto de violência crônica ao qual não escapa uma dimensão de justiça social direta de quem sempre foi vítima de várias violências e repressões. É também uma violência anunciada, inscrita na desigualdade distributiva do país, de modo que a ‘distribuição do bolo é feita à bala’: desse prisma, a regulação pela violência divide com a gestão monitorada dos indivíduos a manutenção da ordem (PAOLI, 2007, p. 255).

A história de segregação espacial⁵³, desenvolvimento e urbanização da cidade de São Paulo, bem como a sua estrutura e configuração de representação política, são elementos importantes para pensar a conformação dos principais impasses para intervenção em territórios marcados por situações de violência.

Caldeira (2000) enfatiza a segregação urbana contemporânea como complementar à questão da violência. Uma construção recorrente de muros que separam as pessoas de “bem”

⁵² Expressão colocada entre aspas para esclarecer que não se trata da divisão dicotômica, mundo ordinário e do trabalho e mundo do crime, visto que são questões amplamente implicadas.

⁵³ Segregação espacial – processo de ostensiva separação social que funciona para estigmatizar, controlar e excluir da parcela mais pobre da população os direitos de participar da paisagem da cidade. Discussão realizada em: CALDEIRA, Teresa. **Cidade e muros**. São Paulo: Edusp, 2000.

de um lado e as pessoas do “mal” de outro, muros construídos pelas barreiras geográficas – distância física entre a periferia e a cidade – pelo sentimento de medo e insegurança que justifica medidas de segurança e vigilância das “classes perigosas”, e pela presença recorrente de falas, estigmas e estereótipos em relação aos moradores da periferia.

É nesse campo de tensão que é recortada a particularidade das histórias e do cotidiano das mulheres da periferia. Essas são questões e marcações importantes para aqueles que atuam no atendimento das situações de violência, seja ela no campo público ou privado das relações.

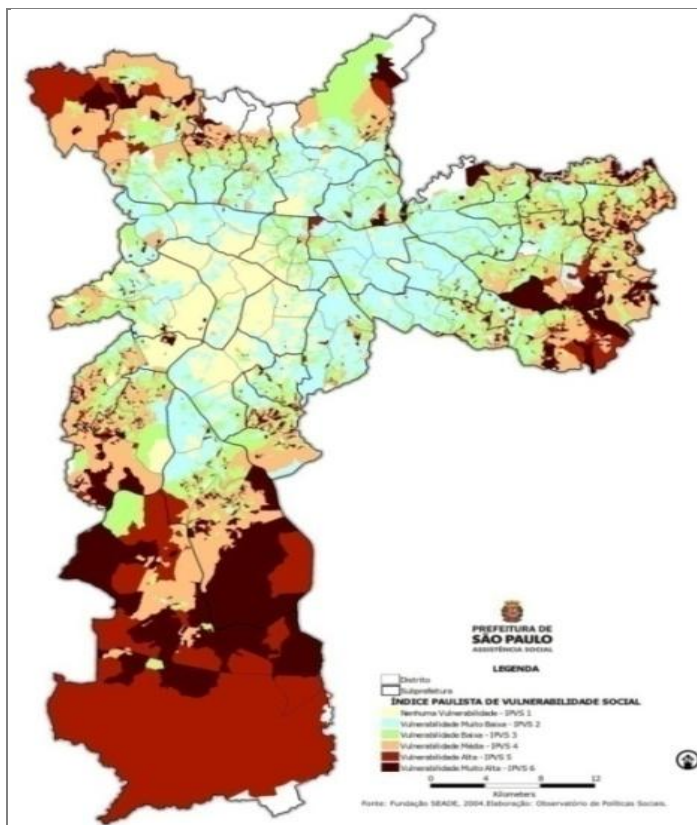
3.2 Favela Paraisópolis – Universo da Pesquisa

Paraisópolis é a segunda⁵⁴ maior favela da cidade de São Paulo, com cerca de 80 mil habitantes⁵⁵. Situada na região do Morumbi, Distrito da Vila Andrade, Subprefeitura do Campo Limpo, destaca-se, especialmente, por se caracterizar como um bolsão de pobreza em meio ao entorno rico (Fig. 3).

Figura 3 – Território de Paraisópolis, na região do Morumbi, Distrito da Vila Andrade

⁵⁴ A primeira favela é Heliópolis, localizada na região da Vila Prudente, com cerca de 120 mil moradores.

⁵⁵ Segundo as lideranças locais. Dados levantados pelo censo (2012) realizado pelas equipes de Saúde da Família indicam cerca de 60 mil. O IBGE não apresenta dados atualizados, e o último levantamento realizado em 2010 aponta para uma grande polêmica em relação aos dados que não caracterizam a comunidade como a segunda maior. (Disponível em: <<http://paraisopolis.org/ibge-divulga-levantamento-impreciso-sobre-populacao-de-paraisopolis/>>). O número de 80 mil foi estimado com base no número de domicílios levantados pelo Programa de Urbanização, em 2005, para cerca de 20 mil domicílios que, multiplicados pelo número médio de pessoas por famílias, totalizaria esse número aproximado.



Fonte: Prefeitura do Município de São Paulo.

Reconhecida como Zona Especial de Interesse Social (Zeis)⁵⁶, desde 2003, Paraisópolis caracteriza-se como espaço territorial que vem passando por uma série de mudanças e transformações, especialmente a partir das intervenções realizadas por um Programa de Urbanização⁵⁷, desde 2005. A Subprefeitura do Campo Limpo é referência nos serviços de assistência, saúde e educação.

⁵⁶ Territórios destinados, prioritariamente, à recuperação urbanística, à regularização fundiária e à produção de habitações populares de interesse social – incluindo a recuperação de imóveis degradados, a provisão de equipamentos sociais e culturais, espaços públicos, serviço e comércio de caráter local. Disponível em: <http://www.usp.br/fau/deprojeto/labhab/biblioteca/produtos/acesso_solo_zeis.pdf>. Acesso em: 29 set. 2013.

⁵⁷ Desenvolvido pela Secretaria Municipal de Habitação o Programa tem como foco a urbanização e a regularização fundiária da área e intervenções para melhoria de infraestrutura - pavimentar ruas, instalar iluminação pública, construir redes de água e de esgoto e criar áreas verdes e de lazer, além de espaço para escola, creche e posto de saúde, entre outros. Segundo a Prefeitura, o objetivo, é transformar favelas e loteamentos irregulares em bairros, garantindo a seus moradores o acesso à cidade formal, com ruas asfaltadas, saneamento básico, iluminação e serviços públicos. O programa também inclui o reassentamento de famílias – em caso de áreas de risco. Trata-se do maior Programa de Regularização Urbanística e Fundiária do País e abrange ainda loteamentos irregulares e precários (Disponível em: <<http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/habitacao>>. Acesso em: 11 abr. 2014). O Programa inclui recursos das três esferas do governo, incluindo recursos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Pesquisa documental refere a década de 1920 como o período de início do aparecimento das primeiras casas. A área em que hoje está situada a favela fazia parte da Fazenda Morumbi⁵⁸, que foi loteada para a construção de casas de alto padrão, cuja infraestrutura de loteamento não foi completamente implantada. Muitos dos que compraram essas residências nunca tomaram posse efetiva e nem pagaram os tributos devidos.

É possível identificar a região como marcada por forte conflito de interesses de ocupação, especialmente pelas questões relacionadas à especulação imobiliária, organização dos proprietários particulares do entorno e às propostas de intervenção por parte do poder público⁵⁹. Esses aspectos caracterizam a região como um território marcado por permanente pressão imobiliária (Fig. 4).

Figura 4 – Vista da Favela de Paraisópolis



Fonte: territorioativo.blogspot.com

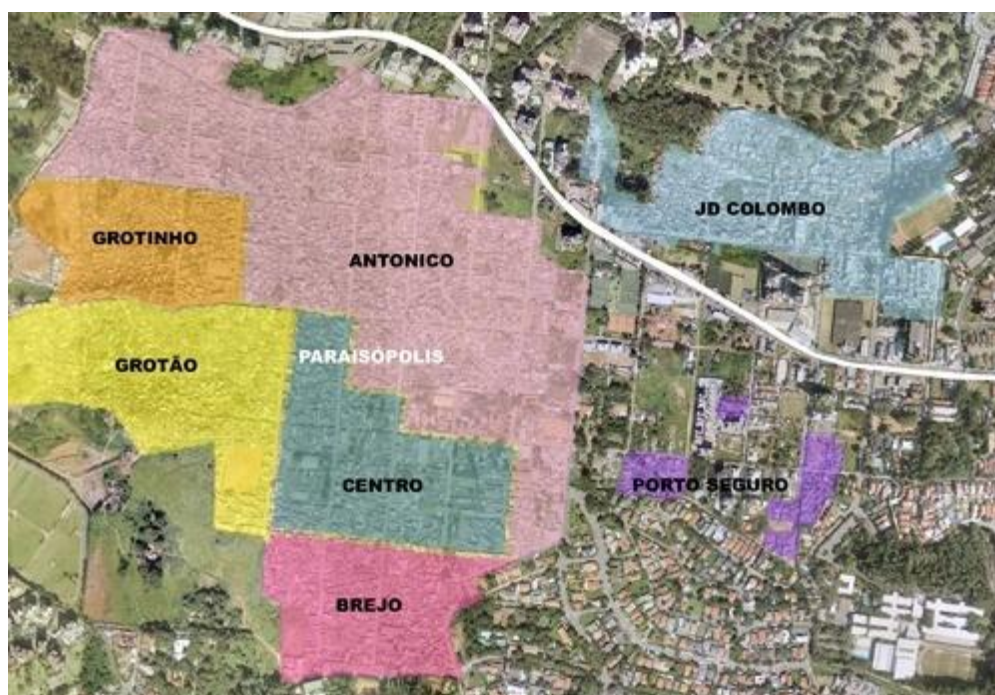
⁵⁸ “Aponta-se a Casa da Fazenda, na Av. Morumbi como a sede que está preservada historicamente e constitui polo cultural da região” (PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, Diagonal, 2002).

⁵⁹ Ver: Diagnóstico Socio-organizativo (PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, Diagonal, 2002).

O grande adensamento da região ocorreu com a expansão e o desenvolvimento urbanístico da cidade, a partir das décadas de 1960 e 1970, época da migração de nordestinos para trabalhar na construção civil, por exemplo, no Estádio do Morumbi, nas mansões e no Hospital Albert Einstein. O aumento do número de famílias foi espontâneo e se deu por relações de afinidade ou parentesco. Além disso, houve também o desalojamento de famílias que residiam em áreas que receberam obras públicas, nas regiões da antiga Avenida Águas Espraiadas – hoje Avenida Jornalista Roberto Marinho, do Brooklin e Real Parque.

Trata-se de grande área de intervenção, o que provocou a divisão em microrregiões⁶⁰, as quais são denominadas: Antonico, Brejo, Centro, Grotão e Grotinho. Essas microrregiões apresentam diferenças e desigualdades em relação às condições de pobreza, ao acesso das intervenções e à articulação comunitária (Fig. 5).

Figura 5 – Complexo Paraisópolis



Fonte: Prefeitura de São Paulo

⁶⁰ Na época (1997), foram nomeadas, desta forma, pela própria população no trabalho de territorialização realizado pelo PECP para fins de implementação própria.

Com população jovem – cerca de 50% da população tem entre 20 e 40 anos – as famílias apresentam renda média de até três salários-mínimos⁶¹.

A *comunidade* vive um significativo processo de desenvolvimento econômico, com a especulação imobiliária e forte comércio local. Há quem considere Paraisópolis a comunidade mais governamentalizada da cidade, em razão do número expressivo de organizações sociais na região, as recentes intervenções do Programa de Urbanização⁶² e outras características da dinâmica e articulação comunitária (Fig.6).

Figura 6 – Contrastes na Favela de Paraisópolis



Fonte: territorioativo.blogspot.com

⁶¹ PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO. Secretaria Municipal de Habitação. **Relatório programa de urbanização**, 2005.

⁶² O Programa de Urbanização deu início às atividades no ano de 2004, durante a administração municipal de Marta Suplicy. Mas, segundo o relatório *Diagnóstico Sócio-organizativo* (Diagonal, 2002), antes mesmo da formalização da União de Moradores, já em março de 1983, a Prefeitura Municipal havia constituído uma Comissão intersecretarial que incluía as Secretarias Municipais de Planejamento (Sempla), da Habitação e Desenvolvimento Urbano (Sehab) e da Família e Bem-Estar Social (Fabes) para buscar soluções para a área. Durante toda a sua história, a comunidade foi alvo de várias discussões e planos de intervenção pelo poder público.

O número de organizações do terceiro setor⁶³ na área é tão marcante, a ponto de configurar uma rede de relações comunitárias. Também é forte a presença do voluntariado, tanto o individual como o do corpo das organizações. Há diferentes tipos de vínculos: atuações beneficentes e filantrópicas, ações voluntárias baseadas na caridade e outros valores religiosos, iniciativa privada, isenção fiscal e participação em programas de transferência de recursos públicos do Estado, entre outros.

No que se refere à representação política, a favela possui uma União de Moradores, criada em 1983, organização legitimada como representativa dos moradores. Além disso, conta com outras formas de associação, como é o caso da Associação Movimento pela Moradia e da Associação Amigo do Povo, somente para citar algumas. No entanto, esse processo de representação é marcado por divisões de grupos, conflitos e disputas internas. Organizado na forma de evento mensal, o Fórum Multientidades é espaço de discussão, entre as organizações, das principais demandas e necessidades da comunidade. Foi criado em 1994, com o objetivo de articular e integrar ações em rede que contribuam para a melhoria da qualidade de vida como um todo⁶⁴.

Identifica-se uma história de luta e conquistas significativas, por parte da mobilização dos órgãos de representação e do Fórum Multientidades, especialmente no que diz respeito às áreas de educação e saúde.

Atualmente, uma questão relevante e que se coloca como prioridade das demandas, trata das discussões relativas à moradia (urbanização, infraestrutura), garantia de políticas públicas, especialmente nas áreas de educação, demanda ainda muito latente no cotidiano da comunidade.

A participação popular é tema recorrente nos fóruns de discussão; os limites e entraves, especialmente aqueles relacionados à participação direta dos moradores e ao

⁶³ Conjunto de organizações diversas – ONGs, empresas cidadãs, voluntárias e de responsabilidade social, entre outros. E no qual o Estado destaca-se com o papel de promoção tanto no plano legal como na esfera financeira. Segundo Montão (2005, p. 19), “o debate do terceiro setor desenvolve um papel ideológico claramente funcional aos interesses do capital no processo de reestruturação neoliberal, no caso, promovendo a reversão dos direitos de cidadania por serviços e políticas sociais e assistenciais universais, não contratualistas e de qualidade, desenvolvidas pelo Estado e financiadas num sistema de solidariedade universal compulsória”.

⁶⁴ Desde 1994, várias organizações desenvolvem atividade de forma integrada nas áreas comunitárias e sociais, de saúde e educação e na reivindicação de melhorias, sendo o PECP um participante ativo e envolvido nessas questões, desde o início de sua implantação.

envolvimento da comunidade no processo de discussão das questões que lhes dizem respeito⁶⁵.

É possível que seja reflexo do esvaziamento do campo de lutas dos movimentos sociais e de uma conjuntura maior, como a ofensiva neoliberal e a institucionalização dos movimentos sociais, a desresponsabilização do Estado, a expansão das organizações do terceiro setor, a transformação da noção de direito em benefício ou privilégios.

Castro (2009) aponta em estudo sobre Os Sentidos da Não Participação em Paraisópolis como questão importante que evidencia o processo de desigualdade social e a maneira como foi construída a relação entre os moradores e as organizações.

O que se viu na comunidade é que a participação como atitude que potencializa, construída a partir das necessidades do sujeito, muitas vezes é reservada somente aos membros das organizações. Os moradores, muitas vezes, permanecem somente na sua condição de usuários, que algumas vezes é cobrado por não querer contribuir com as tarefas que lhe são solicitadas, em troca do serviço oferecido. (CASTRO, 2009, p. 140).

O desemprego, a ausência de áreas de lazer e cultura, a falta de oficinas profissionalizantes com intervenção da economia solidária são questões apresentadas em 2002 e que ainda estão vivas na fala dos representantes das organizações sociais, lideranças locais e serviços públicos que atuam na comunidade hoje.

A despeito de todas essas demandas, a população, de um modo geral, percebe-se como organizada, e define-se a cada dia como bairro ou comunidade, pois o termo *favela* é tido como pejorativo pela população⁶⁶ (Fig. 7).

⁶⁵ Questões relevantes a respeito da discussão da “participação” na comunidade podem ser encontradas na dissertação de mestrado: CASTRO. **Uma análise dos sentidos da não participação para os moradores de uma favela de São Paulo nos serviços prestados por organizações do terceiro setor**. 2009.

⁶⁶ Apesar de favela ser, enquanto categoria analítica, termo mais adequado, justifica o uso da denominação *comunidade*, em razão da determinação feita pelos moradores e organizações locais.

Figura 7 – Vista de Paraisópolis



Fonte: <www.estadão.com.br>

Nos últimos 10 anos, Paraisópolis tem vivenciado mudanças significativas no que se refere às condições de infraestrutura. Isso pode ser considerado como fruto do Programa de Urbanização promovido pela Secretaria Municipal de Habitação e caracterizado, especialmente, pela construção de equipamentos públicos, ações de pavimentação, construção de prédios populares, intervenções em áreas de risco. Apesar da ampliação significativa dos serviços e equipamentos públicos na região, a favela vive um cotidiano marcado pela pouca presença da política pública.

Quanto à segurança e à política de Assistência Social, os serviços de proteção referenciados são de regiões diferentes: o Fórum de Justiça e a Vara da Infância são de Pinheiros e Santo Amaro; o Conselho Tutelar, da região do Campo Limpo; a Delegacia da Mulher, da região do Butantã; e, até o ano de 2012, o Centro de Referência para Atendimento às Mulheres Vítimas de Violência ficava localizado na região do Jardim Ângela (Casa Sofia). Apenas recentemente foi inaugurado o Centro de Referência para Atendimento de Mulheres Vítimas de Violência (Mulheres Sempre Viva), na região do Campo Limpo.

Apesar da ausência de estatística, segundo as organizações e os profissionais e lideranças locais, o fenômeno da violência é marcante, especialmente a violência doméstica contra as mulheres, crianças e os adolescentes. Com relação à história do fenômeno na região, os moradores referem a violência e a falta de segurança como problemas muito graves,

observados entre o final dos anos 1970 e o início dos anos 1990. Segundo a União de Moradores, o período da década de 90 até início do ano 2000 foi caracterizado como período de paz, sem grandes conflitos.

O ciclo de mudanças relacionadas à dinâmica dos conflitos, violência e a própria mudança no perfil das lideranças em Paraisópolis acompanham e sofrem influência dos processos de transformações que ocorrem nas grandes cidades. Segundo Telles (2010, p. 39), trata-se de uma dinâmica de acontecimentos que acompanha o conjunto das transformações do cenário urbano e nas periferias da cidade de São Paulo, reflexo da expansão do mercado financeiro da cidade, e do comércio e consumo de drogas.

São Paulo apresenta hoje um cenário urbano muito alterado e redefinido por formas contemporâneas de produção e circulação das riquezas, que ativam os diversos circuitos da dita economia informal [...] e se processam nas fronteiras incertas do informal e do ilegal, também do ilícito.

As situações de violência *orquestradas* nas periferias das grandes cidades como São Paulo trazem a marca do processo de deslocamento das histórias e figuras míticas do *justiceiro* e chefe da favela. No contexto atual, essas situações fazem interface com a ampliação e articulação do comércio varejista de drogas na cidade, com a organização do Primeiro Comando da Capital (PCC)⁶⁷ e pequenos grupos em disputa nesses territórios⁶⁸.

[...] a expansão da economia da droga e suas capilaridades no mundo urbano acompanham a aceleração dos fluxos de circulação de riquezas, ao mesmo tempo em que a potência econômica de São Paulo se confirma como centro econômico e financeiro de primeira grandeza, com seus espaços, serviços de ponta e equipamentos conectados nos circuitos globalizados da economia (TELLES, 2010, p. 40).

⁶⁷ Primeiro Comando da Capital (PCC) – Principal facção criminosa de São Paulo que se expande e ganha visibilidade a partir dos anos 2000 como grupo que se origina nas prisões do Estado de São Paulo e que se organiza no lado de fora do sistema. Nos termos de Hirata (2010, p. 287), “A existência do PCC e uma organização em nível menos localizado e pulverizado do crime tornaram-se evidente, como evento midiático, após mega rebelião de 2001 e os eventos de maio de 2006, ainda que todo o histórico de rebeliões ou outras manifestações mais sutis e internas e externas ao universo carcerário já apontassem nessa direção. A força e organização do PCC e o medo da facção é concomitante a ideia de crime organizado, que passou a ocupar um lugar de destaque no debate público, acadêmico ou não, e neste sentido o PCC passou a figurar como um dos principais inimigos da ‘ordem construída’, da ‘democracia’ e do Estado de Direito”.

⁶⁸ Entendemos território na perspectiva de Milton Santos (2003, p. 96), como espaço vivo e dinâmico. “O território não é apenas o resultado da superposição de um conjunto de sistemas naturais e um conjunto de sistemas de coisas criadas pelo homem. O território é chão e mais a população, isto é, uma identidade, o fato e o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é a base o trabalho, a residência, das trocas materiais e espirituais e da vida, sobre as quais ele influi. Quando se fala em território deve-se, pois de logo, entender que se está falando em território usado, utilizado por uma dada população.”

A dificuldade de discutir a segurança pública nos fóruns e espaços próprios em Paraisópolis perpassa várias questões, a saber: a dinâmica do comércio de drogas na cidade, a dinâmica interna de guerra pelo poder e as normas como justiça pelas próprias mãos. Isso tudo coloca a questão como um campo complexo de relações.

A expansão da violência interpessoal e sua especialização recente nas favelas de São Paulo, nas quais os tribunais conduzidos pelo ‘mundo do crime’ são legitimados como operação de justiça, parece-me, pois intimamente relacionados à frustração do projeto de inscrição dos ‘trabalhadores’ no mundo do direito [...]. Na virada do século a corda estica de um lado por políticas compensatórias e de gestão da segurança, dos territórios e das populações em geral na forma de convênios e implementação de projetos sociais e de outro, repressão nas fronteiras, tensionamento as margens de filiação social e política e fazendo emergir nelas, mais e mais suspeitos [...] (FELTRAN, 2010, p. 209).

O discurso de garantia de acesso aos direitos fundamentais, associado a um cenário de governamentalização e filantropização da questão social, parece favorecer certo obscurecimento da realidade, dificultando a nomeação da violência no território, suas perspectivas de enfrentamento e combate.

A atuação do Estado, ou sua ausência, se dá por meio de ações de repressão e/ou incentivo às medidas assistenciais e à filantropização:

[...] ao revés de uma suposta anomia e desordem derivada da pobreza em condições de ausência ou precariedade da presença do Estado, é o caso de se perguntar [...] por ordenamentos sociais que se fazem não às margens do Estado, mas no próprio modo como se realiza a experiência do Estado, justamente nessas pontas em que a presença afeta as formas de vidas. E circunscreve um terreno no qual a experiência com a lei e as forças da ordem se constitui na sua intersecção com outros modos de regulação que surgem das circunstâncias de vida das populações, também em seus sentidos de justiça, de ordem, inclusive de necessidade de segurança (TELLES, 2010, p. 25).

Outro aspecto importante de se destacar é a localização de Paraisópolis, caracterizada por um bolsão de pobreza em meio a um entorno rico (Morumbi). Essa localização faz com que a favela vivencie uma situação de enclave⁶⁹, no qual a disparidade econômica e ações de contenção e controle do entorno tenham impacto direto no cotidiano da vida da população.

Observa-se, no território, o esvaziamento do caráter político das ações, pois, isolada do contexto maior, a comunidade não dialoga com as principais questões que envolvem a mobilização e articulação política dos problemas da cidade. É como se as demandas do

⁶⁹ Enclave – termo utilizado por Tereza Caldeira para se referir às formas de segregação espacial nas grandes cidades. Sobre o tema ver: CALDEIRA, Tereza Rios. **Cidade de muros**. Crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: 34, 2011.

território pudessem ser apresentadas pela “sociedade civil”⁷⁰ representada pelas organizações sociais.

Na perspectiva de Telles (2010), o debate sobre a violência, as disputas e os crimes na periferia está para além do “crime organizado” e da ideia também bastante difundida de anomia e ausência do Estado.

[...] a presença do Estado afeta as vidas e formas de vida, circunscreve um campo de práticas no qual os sujeitos fazem (e elaboram) a experiência da lei, da autoridade, da ordem e seu inverso, em interação com outros modelos de regulação ancorados nas condições práticas da vida social (TELLES; HIRATA, 2010, p. 44).

Como aponta Telles (2010), a cidade de São Paulo é caracterizada, hoje, como cenário urbano muito alterado e redefinido por formas contemporâneas de produção e circulação da riqueza, que ativam diversos circuitos processados nas fronteiras incertas do informal, ilegal e ilícito.

Se é verdade que a cidade oferece todos os ingredientes que alimentam os discursos e o imaginário da ‘cidade global’ com os seus artefatos sempre presentes e sempre iguais em todas as grandes metrópoles do planeta, também é verdade que a vida social é atravessada por um universo crescente de ilegalidades que passa pelos circuitos da expansiva economia (e cidade) informal, o chamado comércio de bens ilícitos e o tráfico de drogas (e seus fluxos globalizados), com suas sabidas (e mal conhecidas) capilaridades nas redes sociais e nas práticas urbanas (TELLES, 2007, p. 196).

O “mundo da ordem” e “mundo dos bandidos” são termos que podem sugerir ordens normativas diferentes com intersecções eventuais e episódicas.

Trata-se de um mesmo mundo social, um mesmo ordenamento crivado internamente por relações de poder consteladas nesses pontos em que se entrelaçam a lei (seus modos de operação), os ilegalismos e as formas de vida. É nesse registro que se podem apreender mecanismos de uma gestão local da ordem que não se faz à margem da lei e do Estado (TELLES, 2010, p. 48).

Nesse cenário, ganham formas figuras contemporâneas - o trabalhador urbano que transita nessas fronteiras, lançando mão de formas descontínuas, precárias e intermitentes das oportunidades do mercado de trabalho e expedientes de sobrevivência. São indivíduos que transitam nas fronteiras incertas, sabem lidar com os códigos de ambos os lados, mas sabem, sobretudo, exercitar algo como uma ‘arte de contornamento’. É preciso tecer lealdades e

70 A expressão sociedade civil foi apresentada em aspas para marcar tendência em interpretá-la como um conjunto de organizações sociais desprovida da dimensão política. “Chama-se atenção a tendência de estabelecer identidade entre terceiro setor e sociedade civil. Esta passa a ser reduzida a um conjunto de organizações sociais – as chamadas entidades civis sem fins lucrativos -, sendo dela excluídos os órgãos de representação política, como sindicatos e partidos, dentro de um amplo processo de despolitização” (IAMAMOTO, 2001, p. 25).

garantir acordos, transitar nos terrenos incertos. São trabalhadores que seguem os percursos de ‘mobilidades laterais’⁷¹ (TELLES, 2010).

A partir dessa perspectiva, a face política dos ilegalismos torna-se elemento fundamental, quando se quer entender as dinâmicas urbanas de nossas cidades.

Os ilegalismos não como imperfeições ou lacunas na aplicação das leis, mas jogos de poder, espaços dinâmicos e de exceção⁷² em que a lei pode ser violada, ignorada ou sancionada.

Equilíbrios instáveis que muito frequentemente desandam em práticas de extorsão acompanhadas por chantagem, ameaça de prisão, violência física. Isso faz parte das rotinas não apenas do ponto de drogas: compõe a vida de um bairro de periferia, insere-se nos cenários locais, alimenta histórias que circulam no repertório popular, está, enfim, incrustado na ordem das coisas, nas formas de vida. O que não quer dizer que tudo isso seja banal ou que esteja banalizado: é uma experiência peculiar com a lei, que termina por embaralhar e inverter os sentidos da ordem e se avesso (TELLES; HIRATA, 2010, p.43).

Nas fronteiras incertas entre o informal, ilegal, ilícito, fica desativada a diferença entre o cumprimento e a transgressão da lei. “Quer dizer: a própria diferença entre a lei e o crime fica anulada. É isso o que permite acionar uma espécie de licença para matar, sem que seja considerado um crime” (TELLES; HIRATA, 2010, p. 43).

Trata-se de uma gestão da ordem que se desdobra em uma negociação nos limiares de vida e morte, espaços de exceção, pontuados pela experiência da morte violenta (e sua ameaça), da violência policial e da violência implicada em ‘negócios do crime’ - “tramas urbanas em que os fluxos de dinheiro, de mercadorias, de bens, de produtos ilegais e ilícitos se superpõem e se entrelaçam nas práticas sociais e nos circuitos da sociabilidade popular” (TELLES; HIRATA, 2010, p. 46).

Os sujeitos circulam como indivíduos que ora acionam os espaços públicos, ora serviços de proteção local. Existe porosidade dos mecanismos e dispositivos legais e extralegais, muitas vezes, escampam fóruns, Organizações Não Governamentais (ONGs), partidos políticos, de participação e de direitos humanos.

⁷¹ Mobilidades laterais - reposição da ‘viração’ própria das sempre conhecidas situações de pobreza (TELLES, 2010).

⁷² Telles (2007, p. 199) fundamenta-se no conceito de “Estado de exceção” em Agamben e a situa como “categoria analítica que acusa o esfacelamento da política agora transformada na administração das urgências – um permanente estado de urgência que derroga as regras dos direitos, implode contratos, desestabiliza os acordos e, sobretudo, desativa o espaço da política, já que o movimento dos atores perde qualquer previsibilidade num cenário em que tudo transita para além de qualquer medida que, justamente, deixou de existir”.

Um mundo que escapa às codificações dos operadores do Estado. Mecanismos que conformam limite dos instrumentos formais para o seu enfrentamento diante da realidade real e vivida no cotidiano da população.

Quando eu conversei com a assistente social e ela me disse que poderia ir para um abrigo, pensei comigo: e onde vou deixar os filhos? Como é isso de ter que me separar dos meus filhos [...]. Eu pedi várias vezes ajuda da polícia, e eles olham para mim como se eu não fosse nada [...] uma vez, estava toda ensanguentada na viela, encontrei um policial e pedi ajuda para eles e eles disseram: Não podemos fazer nada precisamos ajudar a salvar a criança, você já é adulta, pode resolver, procura a 89. Eu não acredito na polícia, nem nisso de Lei Maria da Penha. Nunca me ajudou em nada (SOL).

Entendemos que essas são considerações importantes, quando da discussão ou de qualquer forma de aproximação para compreender o fenômeno da violência e como ela atinge o cotidiano da população, dos moradores da periferia. Especialmente, quando se trata do cotidiano das mulheres que vivenciam situação de violência.

3.3 A Arte de Sobreviver na Adversidade e a Narrativa das Mulheres

A pobreza associada às questões de violências nos territórios incide diretamente na vida das mulheres de uma maneira peculiar, dificultando as possibilidades de autonomia, formação e possibilidades da organização coletiva, conformando um cenário complexo e propício a vários tipos de vulnerabilidades.

As narrativas e histórias cotidianas nos permitem aproximar a reflexão sobre as tramas em que essas mulheres que sofrem violência estão emaranhadas – se, por um lado, são histórias enoveladas com o forte componente de gênero, aparentemente restrito ao âmbito doméstico, por outro, também entrelaçadas nas tramas dos ilegalismos, margens e dobras da produção da riqueza e na reconfiguração do mundo do trabalho, na interface com o narcotráfico, entre outros.

Saber sobreviver na adversidade nesse espaço significa transitar entre fronteiras, lidar com códigos, saber usar as palavras e jogar com as diversas identidades, passar de um mundo para o outro (bandido e ordinário) e pelas outras mediações sociais (família, trabalho, programas sociais), fazem parte do universo das narrativas de mulheres que vivem no limite

das diferentes formas de violência e que transformam os territórios em recursos de vida e construção de outros possíveis.

Nas narrativas pesquisadas, evidenciam-se alternativas e estratégias de sobrevivência, associadas ao estabelecimento de redes de solidariedade e relação com as organizações sociais, não raras vezes, relações paralelas com as organizações e necessidades de negociação com o crime local. Na dinâmica do espaço comunitário, circulam as próprias leis com as quais as mulheres também se relacionam de alguma forma. Diante disso, é preciso saber transitar, como forma de manter e defender a própria vida ou não colocá-la em risco.

Trata-se de uma forma de sobreviver na adversidade, versão muito peculiar de conhecimento e saber circulatório, diante de um cenário com diversas formas de autoritarismo, violência, injustiça e o tradicional mecanismo de justiça pelas próprias mãos.

a) Macabéa

Moradora antiga da comunidade, Macabéa é bastante conhecida e articulada com o cotidiano da comunidade, lideranças e organizações locais. Mora em uma região de difícil acesso, segundo ela, “complicada”. Já trabalhou como catadora, hoje faz vários arranjos para garantir a sobrevivência e cuidado dos filhos. Tem o PECP como referência de atenção, cuidado e proteção. Os filhos são envolvidos com situação de crime e conflito com a lei (roubos e pequenos furtos). O filho mais novo ameaça os colegas de morte e verbaliza circular entre a malandragem.

A vida cotidiana é muito tomada pelo papel de mãe. Em nossas conversas, sempre traz elementos do contexto comunitário e o receio e apreensão pela situação de risco dos filhos.

Logo que chegou aos atendimentos, não tinha, ao menos, documentos. Hoje, diz se sentir mais segura, confiante e tendo mais conhecimento sobre os direitos e formas de acessá-los.

O que me ajudou, foi aqui. Eu não sabia como resolver os problemas. Agora consigo correr atrás das coisas. Antes era mais difícil. Sempre que eu preciso, é aqui que venho. Mas nem todo mundo é igual a vocês, de ajudar a gente a resolver os problemas (MACABÉA).

A despeito de várias dificuldades (não ser alfabetizada, condições e contexto de vida), Macabéa precisou aprender e desenvolver atitude resolutiva, especialmente em relação à

mediação de acesso dos direitos dos filhos – acesso ao BPC da filha adolescente, regularização de documentação, garantia de vaga nas escolas, acompanhamento dos adolescentes em conflito com a lei, inserção e acompanhamento nas atividades nos programas sociais, entre outros.

Macabéa tem medo de questões que envolvem a polícia e o conflito com tráfico de drogas. Medo de ser presa. Envolvimento com o pessoal do crime. Demonstra ter muito conhecimento por onde transitar e o que falar. Em relação às situações de violência, já precisou, por mais de uma vez, acionar os recursos locais para resolução de problemas de violência dirigida a ela ou às filhas.

A gente sabe que aqui tem as formas de resolver [...]. Um dia, precisei chamar os meninos daqui, aí eles falaram: Bater em mulher não se bate. Bater em mulher é covardia. E eles pegarem ele (ex-companheiro) no cacete [...]. E também precisei chamar outra vez para o marido da minha filha (Bia) que queria me furar. Eu chamei e levou ele para o Palmeirinha e quase mataram. Eu é que não deixei. Pedi para parar (MACABÉA).

Em vários momentos do acompanhamento pelo programa, manifesta medo e receio em relação à possibilidade de acionar a justiça, chamar a polícia para a comunidade.

Macabéa tem um dos filhos preso (J.) e ele mantém a comunicação por meio de cartas às quais, mesmo sem saber ler e escrever, responde com a ajuda da assistente social. Ela tem a assistente social como personagem para fazer a ponte. Muitas vezes, solicita ajuda, inclusive sobre as formas de manifestar seus sentimentos e ideias e também na compreensão dos desejos e necessidades dele. Os momentos em que ele esteve em casa, sempre foram marcados por muitos conflitos – agressivo com a família – especialmente com as irmãs e a mãe. Quando está em casa, ocupa lugar de autoridade masculina.

Macabéa, às vezes, comenta sobre a possibilidade dos filhos menores terem sido iniciados no crime por influência de J. Mas logo muda de ideia, e acredita que os filhos não são envolvidos no crime, apesar de um deles cumprir medida socioeducativa na Fundação Casa e o outro estar sempre envolvido com a história de roubos e furtos.

Tem medo que não voltem para casa, que aconteça algo com eles. Também demonstra medo que os filhos menores apanhem da polícia. Não gosta de se meter em confusão, nos assuntos relacionados à justiça.

Na ocasião em que teve a situação da filha adolescente notificada ao Fórum, em razão da suspeita de abuso sexual, ela comentava, em tom consternado: “Vocês não sabem como

funciona essa comunidade. Vocês não sabem de nada” (MACABÉA). Compareceram às audiências, mas logo resolveu que não iria mais, pois se sentia humilhada pela promotora de justiça.

Sempre comenta quanto o PECP é referência importante na resolução de vários problemas da vida e já participou de diversas atividades.

Atualmente, demonstra cansaço em relação ao convívio e à ausência de amigos (mudaram, morreram ou se afastaram), não tem desejo mais de frequentar a igreja, e muito medo do dia a dia na comunidade. No entanto, diz que gosta de morar em Paraisópolis.

Tem hora que eu gosto, tem hora que eu não gosto. O que eu gosto é que as coisas são tudo perto, mercado, feira, padaria – é tudo perto. Mas, agora, tem muita bagunça aqui. É muito agitado aqui dentro. O povo vive trubicando⁷³. Não tem nem lugar para andar direito. É tanto carro. Eu quase não saio daqui. Só saio quando vou trabalhar lá na Giovanni (MACABÉA).

b) Sol

Sol tem muitos amigos e uma rede de relacionamentos na comunidade. O estabelecimento de redes de solidariedade e amizade permeia vários momentos da sua história de vida.

Desde que chegou a Paraisópolis, tem uma história de relacionamento amoroso com homens, de alguma maneira, envolvidos com o crime local ou de posição de prestígio nesse campo.

Tinha um cara que queria ficar comigo. Eu não sabia que ele era bandido. Eu fui e fiquei com ele. [...]. Voltei a curtir baile. Um dia, estava com um cara e ele viu, veio e me deu um tiro no pé. E falou que iria me matar. Enfim, resumindo, eu fiquei com ele. [...] Eu acho até que eu me envolvi com ele por isso. Quando eu era "nóia", os caras diziam assim: Vou te dar uma pedra e depois vou te comer. Mas, depois que eu fiquei com o C., todo mundo me respeitava. Era um jeito... (SOL).

Sabe transitar entre fronteiras. Já teve trabalho fixo e de longo prazo como cozinheira no Palácio do Governo e também refere história de empregos de confiança. Durante algum tempo, foi usuária e dependente de *crack*, diz que nunca comercializou, mas foi envolvida com homens que comercializavam.

Também refere vários episódios em que precisou se utilizar da prostituição como moeda de troca e sobrevivência. “*Não sou prostituta, prostituta é quem sai de casa para isso,*

⁷³ Se batendo.

fica na rua. Eu não, eu ajudo o Sr. M. e ele me ajuda. Faço isso para cuidar dos meus filhos e pagar o aluguel. Isso não é prostituição” (SOL).

Em nossas conversas sobre o cotidiano na comunidade, Sol comenta várias vezes sobre os vários arranjos e alternativas para manter a sobrevivência.

Gastava todo o que eu ganhava com droga. De noite, eu ia buscar os meninos na escola. E a gente tinha quase nada para comer. [...]. No outro dia, eu me sentia arrependida e chorava. [...]. Depois, eu comecei a comprar droga com o C. E pagava ele com o dinheiro do Programa Renda Mínima⁷⁴ [...]. Um dia, ele não quis receber, disse para eu guardar o dinheiro e comprar comida para mim e para os meninos. Disse assim: Você é tão bonita para ficar se estragando com isso aí. A gente vê os meninos chorando e esse cara te batendo direto.[...] Eu pensei comigo: Ôxe! Tá ficando doido? Ele disse que não ia me vender mais droga. Esconde o dinheiro e fala que foi o seu Sr. M.. Sr. M. era um velhinho que me ajudava. Eu transava com o Sr. M. para ganhar dinheiro. Ele era muito, muito velho, então ele não fazia nada. Ficava ali em cima de mim... Eu cobrava R\$ 30,00. E ele me dava as coisas. [...]. Eu transava com ele por mês, para ele me pagar final de mês. Eu ia marcando. [...]. Eu falava para o S. que ia limpar a casa do Sr. M., mas eu transava com ele (SOL).

Solicitar ajuda e apoio do pessoal do crime para resolver questões do cotidiano, configura-se uma das alternativas de garantir a própria vida. Esse mecanismo é citado em grande parte das suas histórias.

Era tanto problema - em casa, no serviço... Mas, eu tinha força para trabalhar. [...] Aí eu resolvi conversar com os “meninos”⁷⁵ [...]. Eles disseram: Olha, você vai em casa retirar as coisas. E se ele tentar alguma coisa com você, deixa o 9090 e o meu número. Você só me dá um toque que a gente vai descer lá. [...]. Logo na esquina, quando eu vinha chegando, ele me viu e já veio correndo... Eu disse para ele: Olha, não dá mais para a gente viver. [...]. Eu vou embora de casa. Minha patroa me deu R\$ 800,00 para pagar carro e aluguel [...] (SOL).

Foi envolvida com S. e C. durante muitos anos. C. trabalhou com o negócio de tráfico em Paraisópolis e no Brooklin e também era protegido de P⁷⁶. Em razão disso, Sol acreditava que ele tinha muita “moral com os caras”. Segundo ela, esse era motivo para lhe bater e ficar por isso mesmo. S. era vendedor de crack.

Sol precisou recorrer aos “irmãos” várias vezes, para tomada de providências em relação à violência, ameaça e risco de morte pelos ex-companheiros. Já foi para o debate⁷⁷ sete vezes, por razões que não se sente à vontade para falar. Transita como forma de manter a

⁷⁴ Programa de Transferência de Renda do governo federal.

⁷⁵ Modo popular de se referir a determinado escalão do crime – irmãos, meninos.

⁷⁶ Líder do PCC, atualmente preso, morador com fama e prestígio na comunidade.

⁷⁷ Espécie de julgamento do crime.

própria vida, comenta sobre situações em que precisou fazer negociações e acordo com os “meninos”.

Também estabelece vínculo com amigos e organizações sociais para resolver problemas da vida prática.

Teve uma época que eu trabalhei no Palácio do Governo e depois 8 anos na casa de uma mulher judia [...]. Ela faliu. Era depressiva... Ela me ajudou muito [...]. Depois trabalhei no estádio do Morumbi, como cozinheira [...]. Foram eles que construíram a minha casa. Tudo bonitinho, esse barraco que eu tenho, foram eles que construíram. Fez sete cômodos. O meu patrão fez tudo direitinho para mim. Já apareceram muitas pessoas boas na minha vida. E várias oportunidades (SOL).

Sobre relacionamentos importantes, rede de apoio, pessoas com quem pode contar, Sol comenta:

Eu já tive o apoio de gente bem legal [...]. Eu conheço muito gente... Mas, para confiar, eu só confio na M. É como se ela fosse da minha família. Eu e ela aprontamos muito e adoramos aventura. O baile funk. A gente tem um amigo homossexual o J., ele é usuário de crack. [...]. Se um dia eu ficar bem, eu vou ajudar ele. Ele sempre me emprestou a casa dele para transar [...]. Eu gosto daqui. Das pessoas daqui. Eu já pensei em mudar, mas não quero ficar longe dos meus filhos. Eu acho que as pessoas aqui ajudam muito. Tem pessoas muito companheiras. Aqui tem várias ONGs para ajudar a gente. As pessoas aqui têm muito falsidade, mas também tem muita gente que ajuda as pessoas (SOL).

c) Maria

Única das mulheres da pesquisa que mora na comunidade desde criança. Ela e a família são bastante conhecidas na comunidade. Tem amigos e conhecidos envolvidos com o crime. Os filhos estão em situação permanente de risco e vulnerabilidade – fugas de casa, uso de drogas, suspeita de abuso sexual e envolvimento com pequenos furtos. Teve um dos filhos assassinado pelo poder paralelo.

Trabalha como auxiliar de serviços gerais em uma escola pública da comunidade e faz uso do expediente para resolver os problemas e as urgências da vida. Maria desenvolveu, ao longo da vida, formas de transitar e se relacionar com os episódios de conflitos e a violência que sempre esteve muito presente em seu cotidiano – seja na infância e adolescência (tentativas de abuso sexual do padrasto), seja na relação com os parceiros íntimos, nas relações comunitárias e na relação com os filhos.

Percebemos em suas falas e nas questões trazidas ao cotidiano do trabalho profissional que, apesar de estabelecimento de vínculo e confiança, bem como acompanhamento de muitos anos, ela não sente segurança em contar as histórias por inteiro, é como se sempre tivesse algo por dizer, falas entrecortadas, muitas vezes incompletas ou silenciosas. Por exemplo, a filha adolescente procurou a assistente social para pedir ajuda e abrigo antes do irmão ser assassinado. Ela tende a evitar as visitas domiciliares dos profissionais, diz que no lugar onde mora, às vezes, as coisas ficam complicadas e fica difícil conversar.

Eu vi esse homem, segunda-feira (hoje é quarta). [...]. Quando me ligaram dizendo que a polícia pegou ele, eu disse, graças a Deus! Eu sei que é pecado. Mas só assim para eu ficar livre um pouco. Mas, depois, já vieram me falar que ele estava passando por aí. Perguntam dele para mim e eu sempre digo que não sei. Porque aqui é assim. Por isso eu disse para você não ir lá em casa. Porque as coisas lá estão feias. E ele está lá em casa agora – deitado, dormindo – como se nada estivesse acontecendo (MARIA).

Já foi atendida por vários serviços e organizações locais, além de rede socioassistencial (Conselho Tutelar, fórum, Creas, Cras, entre outros).

Maria acredita que poderá ter uma vida melhor com os filhos “no caminho certo” (palavras dela).

[...] eu não tenho nada de bom para contar dessa vida. [...]. Mas eu acredito que logo terei... eu acredito muito em Deus que logo a vida será muito diferente – eu e meus filhos guerreiros – estudando, trabalhando. Porque hoje meus filhos estão todos separados [...]. (MARIA).

O decorrer da narrativa de Maria é marcado por um ciclo de muitas histórias envolvendo violência, seja pelas ameaças e conflitos em casa, seja pelo medo da morte matada e/ou vingança.

Uma vez, precisei chamar polícia para A. porque ele queria me queimar em casa, com meus filhos. Queria que nós entrássemos para colocar fogo no colchão. Revirou minha casa toda. Chamei a polícia e veio um monte... Mas as coisas aqui também estavam diferentes, por que os caras não se importavam tanto com isso de chamar a polícia. Agora, eles não querem de jeito maneira. Porque se, agora, eles encontram ele, hoje eles matavam. Porque hoje é assim. Se o cara mata a mulher – eles falam a primeira vez, falam a segunda vez e aí eles matam. [...]. Quando as polícias vieram, ele tinha quebrado tudo [...]. Depois disso ele sempre falava: Eu te pego amanhã. Amanhã você não vai trabalhar. Você sai de casa e eu te pego. [...]. (MARIA).

d) Oyá

Formas de trabalho informal e precarizado são redefinidas na junção das circunstâncias da economia popular e solidária, com as máfias locais e o comércio clandestino de bens lícitos e ilícitos. A narrativa de Oyá é bastante significativa nesse sentido - ela tem escolaridade, já fez muitos cursos, mas precisou trabalhar em uma biqueira durante um tempo.

Para me manter, eu faço aí umas coisas... (silêncio). Tem uma amiga minha, o marido dela viajou para o Nordeste e ela é dona de um bar. Ela estava precisando de ajuda e aí eu a ajudo por R\$ 60,00 por semana. [...]. Também já trabalhei na biqueira. Aqui (Paraisópolis) me chamaram, porque quando você vai para uma você cria fama... Lá, era eu e uma amiga, ela não me deixou ir sozinha, porque eu não conhecia droga e ela já conhecia [...]. Eu disse para ela que não precisava, porque eu estava indo por necessidade. Mas, como você vai saber o que é pedra o que é farinha? Aí a gente dividiu, ela ficava com as drogas e eu ficava com o dinheiro. Porque, de duas, é bem melhor. Um dia, um dos "nóias" perguntou por que eu estava nessa vida. Eu disse: Porque eu sou sozinha, tenho dois filhos para sustentar e não tem quem me ajude. [...] Eu saí. Meus filhos estavam crescendo e eu acho que não era exemplo para dar para eles. [...]. Assim que eu mudei para cá, o rapaz daqui perguntou se eu não queria tomar conta da biqueira dele e eu falei não... Como eu não consumo, eu só vendia, então (expressão de como se fosse mais tranquilo). [...]. Um dia, um rapaz perguntou: Tia! Essa farinha é boa? Eu disse: Não sei. Eu vendo e você compra. [...]. Eu tinha uma boa relação com eles. Um deles tinha um sacolão, ele sempre deixava uma cesta de frutas para mim [...]. E assim eu ia me relacionando com eles. [...] (OYÁ).

Por ter trabalhado em biqueira, diz que é procurada pelo pessoal do crime, pois sabe de “muitas coisas”. Em razão disso, precisou mudar várias vezes de bairro, diz que, em Paraisópolis, se sente segura. “E aqui em Paraisópolis eu posso ficar. Porque aqui é o comando⁷⁸ que toma conta e com eles ninguém mexe” (OYÁ). Além disso, tem muitos amigos e o apoio de pessoas conhecidas.

Oyá é mãe de santo, atualmente, não tem mais o Centro⁷⁹ na comunidade. Mas, diz que, ainda sim, tem muito convívio, apoio e solidariedade dos “filhos de santo” que a procuram quando precisam de ajuda e que também a ajudam.

Aqui ainda tem centro de umbanda na comunidade, mas dizem que, igual ao meu, não tem. Porque o meu era como uma casa de caridade. Eu não fazia as coisas por dinheiro. Porque, onde eu fui iniciada na religião espírita, o principio é que a gente tem que ajudar o próximo. Eu acho que é daí que sai a minha força. Acho que sim (OYÁ).

Articulada e inteligente, sempre encontra alternativas de sobreviver e manter-se viva. Sabe jogar com as diversas identidades. Como “mãe de santo”, estabelece muitas relações de

⁷⁸ Primeiro Comando da Capital (PCC).

⁷⁹ Centro de Candomblé.

convívio e influência na comunidade. Além da rede de solidariedade, estabelece relação com as organizações locais e o poder local.

Eu gosto e não gosto de morar aqui. Mas estou aqui porque não tenho outra opção. Eu não gosto dessas bagunças. Na casa que eu moro, é o tempo todo o cheiro de maconha... É moto, é barulho. É tiro, é polícia. Mas a gente não tem outra opção. [...]. Minha filha precisou vir morar comigo, porque o marido dela estava agredindo ela. Batia nela, a estuprava. [...]. E ela passou por tudo isso sem me falar nada. Até o dia em que pegou as coisas e foi lá para casa. Eu ajudei, dei apoio e a recebi em casa, mas, mesmo assim, ela voltou para ele. [...]. No início, ela foi aguentando, aguentando... Então, resolveu colocar ele para fora. [...]. Ele deu um murro nela e aí resolveu voltar para casa. O pai dela resolveu levar ela para fazer BO. Lá (delegacia) eles a encaminharam para fazer corpo delito. E ela foi ao fórum para tentar resolver as coisas. Mas, ele vem, ele ameaça. Está ameaçando me matar e matar ela. E, diante disso, a gente precisou pensar em um jeito. Tem uma amiga minha que tem apartamento perto da UBS⁸⁰, então, combinei com ela, um dia a gente fica aqui e outro dia fica lá na casa dela. Porque ele é perigoso, ameaça, chega e quebra tudo. Eu também já falei com os “meninos” aqui e foi quando eu fiquei sabendo que ele está pedido aqui também, por que agrediu alguém aqui em cima que é parente deles lá (OYÁ).

A partir das narrativas, evidencia-se que nesses territórios circulam formas de saber, mobilidades, sujeitos que potencialmente, nos ardis da vida prática, articulam formas de sobreviver na adversidade.

A vida é dura e não obedece aos protocolos e fluxos normativos, vive-se uma dinâmica cheia de arranjos, combinados, interações e articulações, como uma arte de aprender a viver pensando apenas neste dia. Enredadas por múltiplas histórias, as populações buscam as alternativas de sobrevivência, formas de resistência cotidiana por melhores condições de vida, pela garantia mínima de acesso aos direitos.

Mulheres, enquanto sujeitos que vivem a vida cotidiana nos limiares de vida e morte e se utilizam da “arte de contornamento” para lidar com os jogos de poder, relações de força, consteladas nas dobras do legal e do ilegal.

Vistos pelo ângulo das práticas cotidianas, todos esses fios se misturam e se entrelaçam nos agenciamentos práticos para lidar com a vida, e as urgências da vida. Num cenário de incertezas, quando não de aleatoriedade dos lances do destino, essas microcenas podem ser vistas como evidências de práticas e arranjos sociais que, nesse jogo de luz e sombra entre o lícito e o ilícito, são feitos e refeitos numa sempre reaberta negociação da vida e das formas de vida. Por certo, é desse entrelaçado social que o tráfico de drogas também se alimenta e é por essa via que se podem apreender suas capilaridades nas redes sociais, ao mesmo tempo em que nesses fios entrecruzados da vida social se confirmam situações de violência entre pares nas quais os acertos e os desacertos da vida cotidiana se misturam com lealdades mafiosas e as circunstâncias de disputa de territórios. Mas por isso mesmo (mas não só) esses

⁸⁰ Unidade Básica de Saúde.

arranjos sociais ainda precisam ser mais bem compreendidos (TELLES, 2007, p. 215).

Segundo Ianni (2004), as grandes cidades são celeiros abertos de toda sorte de contradições. Como fenômeno complexo e reflexo da ordenação do próprio sistema socioeconômico, as tramas, dinâmicas e os enredos das histórias dos sujeitos retratam, de alguma maneira, a universalidade da vivência da pobreza e desigualdade.

E na cidade que se manifesta, sintetiza, multiplica e explode tudo que são as criações, frustrações e tensões da sociedade. Ela é um laboratório excepcional, no qual se expressam, desenvolvem, resolvem ou explodem os problemas sociais, econômicos, ecológicos, culturais, étnicos, de gênero, sexuais, religiosos, e linguísticos (IANNI, 2004, p. 159).

No repertório do dia a dia e no enfrentamento do trabalho cotidiano com a população, as assistentes sociais deparam-se com histórias diversas – enredos comuns, complexos, tramas com variados nós - histórias que mobilizam e também imobilizam os profissionais e as famílias, um verdadeiro jogo de claro e escuro e com vários pontos cegos, círculos contínuos de histórias longas que parecem intermináveis. Falta de confiança nos operadores da lei, descrédito na própria lei, na rede de proteção que não confere segurança. Observam, no cotidiano do trabalho, certo aprofundamento do sentimento de impotência e insegurança dos profissionais e das famílias usuárias dos serviços.

Mulheres em situação de violências, geralmente, são desqualificadas de suas potencialidades, habilidades, conhecimento e perspectivas de mudanças. Observamos ainda uma leitura equivocada e posicionamentos complicados acerca do verdadeiro potencial de enfrentamento das situações, do papel dos sujeitos nesse processo.

É sob essa perspectiva que pretendemos vislumbrar a apreensão do fenômeno da violência contra a mulher - algo que apenas “aparentemente” se vincula apenas ao espaço privado e circunscrito às relações interpessoais, pois está carregado de determinações sociais, sejam de gênero, raça e etnia.

Viver violência de gênero nas periferias é também ser atingida frontalmente pelo conjunto das outras violências – a de classe, em que a pobreza é constitutiva; a de acesso a recursos; a de gestão da ordem local com seu conjunto de normas e regras próprias; mobilidades e estratégias de sobrevivências construídas nesses espaços, reflexos da violência urbana em suas diferentes formas de expressão.

Sobreviver na adversidade significa, no cotidiano dessas mulheres, além de manterem a sobrevivência, acionar mecanismos que garantam a própria vida e a vida dos filhos. Saber se relacionar e encontrar alternativas para a mediação do acesso aos direitos. Também se traduz na luta por melhores condições de vida, associada à possibilidade de ampliação das condições de trabalho e renda.

Diante das adversidades do território e da dinâmica de violência instauradas nos espaços público e privado, há que se encontrar e construir estratégias de sobreviver, lutar e resistir.

CAPÍTULO IV

COTIDIANO E POSSIBILIDADES DE RESISTÊNCIA

*A vida cotidiana é a vida de todo indivíduo.
O indivíduo é sempre, simultaneamente, ser particular e genérico.*
(HELLER, 2008, p. 34).

As diversas formas de violência, bem como a desigualdade de gênero, atravessam as várias esferas do cotidiano – a violência doméstica e, nos espaços públicos, a falta de acesso aos direitos essenciais, entre outros – de forma rotineira e banalizada.

E, nesse sentido, a questão da liberdade⁸¹ cumpre papel fundamental para a autonomia das mulheres, o que concretamente deve traduzir a construção de alternativas na condução da própria vida e da ampliação das possibilidades de escolhas.

Discutir a questão da violência contra a mulher como aspecto dos direitos humanos é relevante em tempos de clara desumanização, banalização e coisificação do humano.

A “ontologia da desumanização” (TRINDADE, 2011), largamente difundida pelo neoliberalismo e pelo pensamento conservador, recusa conceber o homem como ser genérico universal⁸² e permite tomar como “natural” a inferioridade da mulher, a interdição dos direitos políticos dos pobres, o extermínio de etnias, homossexuais e opositores políticos. Trindade (2011, p. 55) enfatiza:

A persistência dos preconceitos, das muitas formas de discriminação e da revigorada xenofobia, são indicativos de que, longe de desconstruída, essa ontologia da desumanização segue sendo ideologicamente realimentada neste século XXI, malgrado alguma dissimulação cínica.

A partir desse cenário, nos colocamos vários desafios.

⁸¹As alternativas de escolhas se configuram como gênese da liberdade. “Pois a liberdade, para Marx, não consiste na consciência da liberdade ou das escolhas, mas na existência de alternativas e na possibilidade concreta de escolha entre elas. Assim, a liberdade não é apenas um valor ou um estado de perfeição absoluta, mas uma capacidade historicamente desenvolvida e inseparável da atividade que a objetiva” (BARROCO, 2010, p. 26).

⁸²Nos termos de Trindade (2011, p. 76), “ [...] Marx destaca que o ‘homem’ considerado na Declaração dos Direitos do homem e do cidadão não é o ser humano em si, ente genérico e universal, mas, apenas o ‘membro da sociedade burguesa’, o ‘homem egoísta’ voltado aos seus próprios interesses e, por isso, ‘separado dos outros homens e da comunidade’. Igualdade perante a lei não passa de uma quimera luzente face à desigualdade real rege a sociedade”.

Como construir estratégias e alternativas concretas em direção à liberdade no cenário contemporâneo? Como pensar alternativas e possibilidades de resistência?

A liberdade é produto da própria atividade humana, “que responde a necessidade e as recria, instaurando novas possibilidades de liberdade. A liberdade é – simultaneamente – *capacidade de escolha consciente dirigida a uma finalidade e capacidade prática para que novas escolhas sejam criadas*”. (BARROCO, 2010, p. 27, destaque nosso).

Objetivar a liberdade envolve a construção de práticas em que valores como justiça, liberdade, igualdade e respeito não sejam apenas valores idealizados, mas que possam concretamente superar relações autoritárias e conservadores.

4.1 Serviço Social, Violência e Cotidiano – Possibilidades de Resistência e Projeto Ético-Político da Profissão

O Projeto Ético-Político (PEP)⁸³ da profissão tem diretrizes, princípios e uma direção política crítica que permitem a apreensão da realidade e a possibilidade do exercício profissional com posicionamento ético diante das situações de exploração, opressão, preconceito, violência e discriminação. Estão, explicitamente apontados em nosso Código de Ética (CE), os seguintes princípios:

- I. Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes - autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais;
- II. Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo [...] (CFESS, 2012, p. 23).

A defesa dos direitos humanos é uma prerrogativa dos princípios fundamentais da profissão. Princípios que implicam os profissionais na responsabilidade por suas ações e na reprodução de valores resultantes de suas práticas.

⁸³ Projeto Ético Político (PEP) da profissão “emergiu de forma organizada na década de 1980, no contexto de redemocratização da sociedade brasileira, de reorganização política dos movimentos sociais, partidos e entidades dos trabalhadores e de organização político-sindical da categoria profissional (ABRAMIDES; CABRAL, 1995), contando com a participação de setores profissionais vinculados a diferentes partidos de esquerda e movimentos democrático-populares, com diversas referências teóricas e políticas, especialmente as apoiadas na tradição marxista e as vinculadas ao pensamento católico progressista, oriundo de correntes da Teologia da Libertação (BARROCO, 2012, p. 41).

Violência é uma transgressão ética e uma violação de direitos. No caso do posicionamento diante das situações de violência, podemos entender que a omissão ou negligência pode repercutir de forma severa e irreversível na vida de indivíduos e coletividades. “[...] ações cotidianas dos assistentes sociais produzem um resultado concreto que afeta a vida dos usuários e interfere potencialmente na sociedade e que nessas ações se escrevem valores e finalidades de caráter ético” (BARROCO, 2012, p. 32).

Ética⁸⁴ e política⁸⁵ articulam-se como mediações fundamentais no processo de trabalho e exercício profissional do (a) assistente social. A sociabilidade do capital dissemina a ideia de que todos são responsáveis pela crise societária e avança na universalização da coisificação e da mercantilização das relações sociais. Dessa forma, violência, fome, banalização do humano, mercantilização de direitos essenciais são considerados fenômenos naturais e passa a dominar todas as esferas da vida social, penetrando a totalidade das atividades e dimensões sociais, subjetiva e objetivamente (BARROCO, 2010, p. 35).

O CE é um instrumento educativo e orientador do comportamento ético-político do assistente social: representa a autoconsciência ético-política da categoria profissional em dado momento histórico. Assim, é mais do que um conjunto de normas, deveres e proibições; é parte da ética profissional: *ação prática mediada por valores que visa interferir na realidade, na direção da sua realização objetiva, produzindo um resultado concreto* (Grifos do autor).

No cotidiano do exercício profissional, as questões relacionadas às violências nos convocam a ler e interpretar a realidade para além do senso comum e do campo normativo e moral. Compreender o cotidiano como uma perspectiva de ativação do campo político e da

⁸⁴ “[...] ética deve ter como suporte uma ontologia do ser social: os valores são determinações da prática social, resultantes da atividade criadora tipificada no processo de trabalho. É mediante o processo de trabalho que o ser social se constitui, se instaura como distinto do ser natural, dispondo de capacidade teleológica, projetiva, consciente; é por esta socialização que ele se põe como ser capaz de liberdade. Esta concepção já contém, em si mesma, uma projeção de sociedade – aquela em que se propicie aos/às trabalhadores/as um pleno desenvolvimento para a invenção e vivência de novos valores, o que, evidentemente, supõe a erradicação de todos os processos de exploração, opressão e alienação. É ao projeto social aí implicado que se conecta o projeto profissional do Serviço Social - e cabe pensar a ética como pressuposto teórico-político que remete ao enfrentamento das contradições postas à profissão, a partir de uma visão crítica, e fundamentada teoricamente, das derivações ético-políticas do agir profissional.” (CFESS, 2012, p. 22)

⁸⁵ “[...] o enfrentamento do neoconservadorismo, sob ponto de vista profissional, é de caráter político em dois aspectos articulados. Por um lado, é preciso que nossa organização política esteja fortalecida e renovada com novos quadros, supondo o trabalho de base, junto à categoria, com as entidades de representação, as unidades de ensino, os profissionais e os alunos. Por outro lado, só conseguiremos consolidar politicamente o nosso projeto, na direção social pretendida, se tivermos uma base social de sustentação; logo, é fundamental a articulação com os partidos, sindicatos e entidades de classe dos trabalhadores com os movimentos populares e democráticos, com as associações profissionais e entidades de defesa de direitos. E o avanço político do nosso projeto está articulado ao avanço dessas forças sociais mais amplas.” (BARROCO, 2011, p. 212).

resistência, pressupõe a premissa de que o exercício profissional se dá em um campo de tensão e possibilidades que emanam das contradições dessa realidade.

Nessa tensão entre a produção da desigualdade e produção da rebeldia e da resistência, é que trabalham os assistentes sociais, situados nesse terreno movido por interesses sociais distintos, os quais não é possível abstrair ou deles fugir, porque tecem a vida em sociedade. Exatamente por isso, *decifrar as novas mediações através das quais se expressa a questão social hoje é de fundamental importância para o serviço social em uma dupla perspectiva: para que se possa tanto apreender as várias expressões que assumem na atualidade as desigualdades sociais - sua produção e reprodução ampliada - quanto projetar e forjar formas de resistência e defesa da vida. Formas de resistência já presentes, por vezes de forma parcialmente oculta, no cotidiano dos segmentos majoritários da população que dependem do trabalho para a sua sobrevivência. Assim, apreender a questão social é também captar as múltiplas formas de pressão social, de invenção e re-invenção da vida construída no cotidiano, pois é no presente que estão sendo recriadas formas novas de viver, que apontam um futuro que está sendo germinado (IAMAMOTO, 1997, p. 14. Destaque nosso).*

Nessa perspectiva, pode-se entender a importância de discutir *cotidiano e resistência* a partir das formas de vida e cotidiano da vida da população usuária dos serviços, por um lado, e das possibilidades de resistência no cotidiano do trabalho profissional, do outro.

A compreensão da complexidade que envolve o cotidiano como categoria social, as histórias e as possibilidades de resistência dos sujeitos, bem como a leitura crítica da realidade, a partir da perspectiva da totalidade e das contradições que dela emanam, conformam as possibilidades e estratégias de intervenção livre das armadilhas e ardis do pensamento conservador. Pensamento, modos de ser, bastante presentes no cotidiano do trabalho - revitimização, preconceito e julgamento de valor – se traduzem em consequências importantes no cotidiano e na vida das pessoas.

Realizar a discussão do cotidiano e as possibilidades de resistência do cotidiano de mulheres em situação de violência exige considerar duas questões e aportes teóricos importantes. A primeira diz respeito às considerações de Heller (2008) - cotidiano como categoria social vislumbra a possibilidade de entender a complexidade da realidade social, considerando a dimensão da totalidade, o cotidiano e seu caráter contraditório e as perspectivas contidas nesse mesmo cotidiano de suspensão e condução da vida. A segunda refere-se a uma aproximação com o debate da categoria resistência, a partir das considerações de Chauí (2011) que trata sobre o significado da fala dos sujeitos ativos e do repertório popular como elemento importante imprescindível para a compreensão da realidade.

A vida cotidiana é a vida do homem inteiro, ou seja, o homem participa da vida cotidiana com todos os aspectos da sua individualidade, de sua personalidade. Nela, colocam-se em ‘funcionamento’ todos os seus sentidos, todas as suas capacidades intelectuais, suas habilidades manipulativas, seus sentimentos, paixões, ideias, ideologias. (HELLER, 2008 p. 31)

Enquanto sujeitos políticos, mulheres da periferia percorrem o dia a dia na busca da afirmação dos seus direitos e de seus filhos, formas de sobreviver às consequências perversas da desigualdade, das violências e dificuldade de acesso a direitos.

Imediatividade e heterogeneidade implicam muitas vezes precisar responder levando em conta o somatório dos fenômenos, sem considerar as relações que a vinculam (NETTO, 2011) – a organização em relação às estratégias de sobrevivência, os “contornamentos” advindos da dinâmica do território, da vida afetiva e dos episódios de violência. As demandas são diversas e, dada essa diversidade, a vida cotidiana ocupa integralmente a atenção.

A vida cotidiana é, em grande medida, heterogênea; e isso sob vários aspectos, sobretudo no que se refere ao conteúdo e à significação ou importância de nossos tipos de atividade. [...] Mas, a vida cotidiana, tal como seu conteúdo, não é apenas heterogênea, mas igualmente hierárquica. Todavia, diferentemente da circunstância da heterogeneidade, a forma concreta da hierarquia não é eterna e imutável, mas se modifica de modo específico em função das diferentes estruturas econômico-sociais. [...] (HELLER, 2008, p. 32).

O cotidiano é propício à alienação⁸⁶, mas não é necessariamente alienado. Como espaço das ações imediatas e sem reflexão crítica, é também na realidade do cotidiano que se coloca a possibilidade de transgressão, reflexão, crítica e resistência, possibilidades de suspensão.

É a partir das possibilidades de suspensão do cotidiano que, mesmo que episódicas, permitirão ao sujeito se transformar, potencializar suas descobertas sobre si e sobre o seu meio, configuram elemento fundamental de objetivação e construção de alternativas de escolhas.⁸⁷

As escolhas não são fruto apenas da tomada de decisão dos sujeitos individualmente, mas sim a partir das relações sociais que estabelece a partir da forma como as singulariza.

86“Deve-se afirmar, antes de mais nada, que a alienação é sempre alienação em face de alguma coisa e, mais precisamente, em face das possibilidades concretas de desenvolvimento genérico da humanidade” (HELLER, 2008, p. 57).

87 “As escolhas entre alternativas, juízos, atos, tem um conteúdo axiológico objetivo. Mas os homens jamais escolhem valores, assim como jamais escolhem o bem ou a felicidade. Escolhem sempre idéias concretas, finalidades concretas, alternativas concretas” (HELLER, 2008, p. 27).

Trata-se de uma dimensão totalmente prática do cotidiano na relação entre as diferentes esferas desse mesmo cotidiano e do comportamento humano nele, na relação entre a individualidade/coletividade e singularidade/genericidade, o que pressupõe a realização de escolhas (que são condicionadas/influenciadas pelas condições objetivas e subjetivas), pois sempre resulta em consequências ao indivíduo e a coletividade (CARDOSO, 2013, p. 42).

As suspensões que engendram essas objetivações permitem aos indivíduos assumirem-se como seres humanos genéricos – estabelecem um circuito de retorno à cotidianidade e ao efetuar esse retorno, pode percebê-la como espaço de humanização, enriquecimento e ampliação do ser social.

O cotidiano segue sempre uma hierarquia espontânea, que ordena as várias e heterogêneas atividades da vida. A construção dessa hierarquia da cotidianidade pelo sujeito consciente é o que Heller (2008, p. 60-61) denomina como ‘condução da vida’.

[...] ‘Condução da vida’, portanto, não significa abolição da hierarquia espontânea da cotidianidade, mas tão somente que a muda coexistência da particularidade e da genericidade é substituída pela relação consciente do indivíduo com o humano genérico e que essa atitude – que é, ao mesmo tempo, um ‘*engagement*’ moral, de concepção do mundo, e uma aspiração à auto-realização e à autofruição da personalidade ‘ordena’ as várias e heterogêneas atividades da vida. *A condução da vida supõe, para cada um, uma vida própria, embora mantendo-se a estrutura da cotidianidade; cada qual deverá apropriar-se a seu modo da realidade e impor a ela a marca de sua personalidade.* É claro que a condução da vida é sempre apenas uma tendência de realização mais ou menos perfeita. E é a condução da vida porque sua perfeição é função da individualidade do homem e não de um dom particular ou de uma capacidade especial (Destaque nosso).

Ainda nos termos de Heller (2008, p. 61),

[...] a condução da vida não pode se converter em possibilidade social universal a não ser quando for abolida e superada alienação. Mas *não é impossível empenhar-se na condução da vida mesmo enquanto as condições gerais econômico-sociais ainda favorecem a alienação.* Nesse caso, a condução da vida torna-se representativa, significa um desafio à desumanização [...]. Nesse caso, a ‘ordenação’ da cotidianidade é um fenômeno nada cotidiano: o caráter representativo, ‘provocador’, excepcional, transforma a própria ordenação da cotidianidade numa ação moral e política (Destaque nosso).

Podemos entender que as mulheres, ao percorrerem caminhos de suas histórias e no jogo das contradições e ambiguidades inerentes à sua condição, muitas vezes, adotam atitudes propositivas diante e a partir do momento em que tomam consciência dos danos causados para si e suas crianças diante do contexto de violência e maus-tratos, nas lutas cotidianas por melhores condições de vida - entenda-se não apenas o acesso à subsistência -, mas o acesso aos direitos, especialmente na relação com os filhos; melhores condições de formação, na gestação de sonhos e nas esperanças de outra condição de vida.

As considerações sobre *resistência* visam aproximar e entender a complexidade e as determinações que compõem as possibilidades de escolha das mulheres diante de um cotidiano marcado por tantas iniquidades.

Com aporte nas discussões de Chauí sobre cultura e democracia⁸⁸ podemos entender resistência a partir da perspectiva dos sujeitos e de como constroem suas formas de vida, independentemente dos valores e das normativas dominantes. Nos termos de Chauí (2011, p. 57),

Assim, por um cruel paradoxo, nossa imaginação forja um dominado ‘ideal’, mescla de asceta (não reivindica reformistamente qualquer bem-estar, educação para os filhos, condições mínimas de saúde e conforto) e de lucidez vigilante durante 24 horas por dia, 365 dias por ano [...], de tal modo que toda aspiração a condições de vida *humanas* que não estiver articulada à clara compreensão do movimento internacional do capital surge como prova irrecusável de alienação. [...]. Tal cegueira impede a visão de toda uma esfera de cultura do povo que poderíamos designar como cultura de resistência (Destaque do autor).

Chauí realiza essa discussão no contexto de crítica e considerações acerca da elite autoritária diante da cultura e da sabedoria popular, bem como as contradições e ambiguidades contidas no processo de conformismo e inconformismo da população a respeito de sua situação⁸⁹; aponta a categoria *resistência como forma de experiência do poder e como coisa pública* e nos provoca a refletir sobre a importância de ouvir e considerar como os próprios sujeitos interpretam suas vidas em determinado contexto histórico e realidade social. Podemos encontrar resistência no popular, entendido como aquilo que se organiza à margem do oficial.

Segundo Chauí (1986), as formas de resistência são marcadas por contradições, ambiguidades, conformismo e inconformismos⁹⁰, o fio que perpassa a cultura popular é a ambiguidade, nas tramas de um tecido de ignorância e saber, de atraso e desejo de emancipação, capaz de conformismo, ao resistir e resistência ao se conformar (CHAUI, 1986,

⁸⁸CHAUI, Marilena. **Cultura e democracia**: o discurso competente e outras falas. 13. ed. São Paulo, 2011.

⁸⁹ Ver CHAUI, Marilena. **Cultura povo e autoritarismo**. 2011, p. 49-91; _____. **Conformismo e resistência**. 1986, p. 121-179.

⁹⁰ “O que é surpreendente, visto que a maior parte dos pobres do mundo, acredito, ‘tem medo de meter-se em política [...]’. O conceito de ‘mobilização’ (ou de desmobilização) não serve para captar atitudes políticas do proletariado [...] Não se pode dizer que os operários estão conformados ou inconformados: de um lado, acreditam-se impotentes para mudá-la e, em vez de assumir essa falta de força, confessar seu medo e tratar de superá-lo, muitos preferem tomar uma atitude fatalista e manifestam receio dos militantes que pretendem tirá-los dessa inatividade; de outro lado, apesar de calma aparente, há um inconformismo profundo, às vezes, é difícil perceber sob a capa do fatalismo, até onde possam ir na ação, depende da repressão e da persistência do medo. Portanto, é errôneo tomar a ‘despolitização’ como um dado, pois pode desaparecer de um momento para outro” (CHAUI, 2008, p. 79).

p. 158). *Conformismo e resistência* coexistem o que significa, em termos de consciência criada pela cultura popular, que

[...] interpretações ambíguas, paradoxais, contraditórias que coexistem no mesmo sujeito, criando aparência de incoerência, na verdade exprimem um processo de conhecimento, a criação de uma cultura ou de um saber a partir das ambiguidades que não estão na consciência dessa população, mas na realidade onde vivem.

Podemos entender a resistência no cotidiano e nas formas de viver o dia a dia, na religião, nas formas de se relacionar com a sexualidade, na maneira de não se deixar violar e a defesa de alguns direitos, na forma ou modo como transitam entre as redes de solidariedade e o poder local, há resistência na esperança do amor e na possibilidade de dias melhores.

No caso das mulheres em situação de violência, as perspectivas de suspensão no cotidiano podem ocorrer, seja pela vivência coletiva e participação em espaços de reflexão, seja na participação política da vida comunitária, seja pela iniciativa e estabelecimento de redes de solidariedade, o acionamento dos serviços para denúncia e proteção.

Diante dessa perspectiva, se faz fundamental a articulação das discussões sobre promoção de direitos nos diversos espaços do campo institucional, influenciando e mobilizando, inclusive, o conjunto de outras categorias profissionais por meio de espaços de formação e discussão coletiva, supervisão externa, estratégias que permitam a discussão do cotidiano, pensar alternativas e outros campos de possibilidades. Construção de estratégias que convocam a criatividade, capacidade propositiva e de articulação – desde a formatação de campanhas, a discussão nos fóruns de participação com lideranças e representantes locais, a realização de debates das violências, suas formas de enfrentamento, encorajamento para romper com o pacto de silêncio e incentivo à denúncia.⁹¹

A perspectiva de organização coletiva perpassa ainda os impasses da construção de uma rede intersetorial que possa configurar um sistema de proteção e atenção dos usuários – construção de alternativas concretas de mobilidade, interrupção, denúncia e segurança – destinadas especialmente àquelas situações que envolvem risco iminente.

É evidente que as situações de violência vêm acompanhadas de uma série de outras questões dramáticas que envolvem o cotidiano da vida das classes subalternas – a pobreza, a ausência do trabalho e de garantias de sobrevivência, os poucos anos de estudos, a saúde precária, entre outros.

⁹¹ Ver anexo sobre Programa Einstein na Comunidade de Paraisópolis – Serviço Social – CPAS.

As práticas de trabalho em grupo contínuo e persistente favorecem o diálogo e a construção coletiva de alternativas se faz fundamental nesse processo, como uma perspectiva de subverter a ordem dos discursos cotidianos “de que só Deus, para resolver tudo isso”, ou seja, da violência entendida como fatalidade.

A compreensão da pobreza e das histórias de pertencimento das mulheres que participam dos espaços em grupo, a releitura cotidiana das perspectivas de trabalho e a proposição de novas alternativas se apresentam como estratégia fundamental e nos desafia cotidianamente.

A construção de alternativas do trabalho profissional passa necessariamente pela compreensão da leitura crítica sobre os diferentes aspectos que conformam a dinâmica das violências na interface com uma conjuntura e a configuração de respostas por parte do Estado a essas demandas, bem como a dinâmica dos interesses institucionais do espaço sócio-ocupacional ao qual está vinculado.

A materialização do projeto ético-político se dispõe como possibilidade de resistência - na construção de espaços de reflexão coletiva, no posicionamento crítico e na construção de ações em direção à liberação das formas de violência e opressão. “[...] o conhecimento crítico ou a falta dele e o comprometimento político ou a sua ausência podem ampliar ou limitar a materialização da ética profissional no âmbito de suas possibilidades históricas” (BARROCO, 2012, p. 33).

O assistente social convive com a exigência ética de fazer escolhas que permitirão ir em direção ao projeto ético-político, consciente ou inconscientemente, reproduzirá valores, atitudes e conceitos nesse sentido.

4.2 Possibilidades de Luta e Resistência no Cotidiano das Mulheres

Como exigência teórico-metodológica importante - as “violências” nos convocam a saber ler, compreender, interpretar suas formas de expressão e manifestação para além do senso comum, do imediato e aparente - como complexo saturado de contradições e

determinações - atravessa as várias dimensões e a totalidade da vida social, a vida cotidiana de indivíduos e coletividades.

A violência não pode ser pensada a descolada do “chão vivo” da vida cotidiana. É no cotidiano que se evidenciam as expressões contundentes da questão social, atravessado pela conjuntura e estrutura das relações sociais.

No caso da violência contra as mulheres, considerar a perspectiva do cotidiano e das possibilidades de resistência compreende a aproximação das suas histórias e trajetórias, território, correlação de forças e mediações que constituem a vivência das situações.

Um debate que se coloca a partir dos estudos sobre a violência contra a mulher é saber quais são as perspectivas de luta e resistência de mulheres submetidas a uma série de violações e iniquidades.

Saffioti (1994) realiza importantes considerações sobre a ideologia e a desigualdade da construção social de gênero como legitimadoras da assimetria de poder dos homens sobre as mulheres.⁹² Mulheres em situações de violências costumam *ceder* diante de determinadas circunstâncias, especialmente das violências concretas (física e sexual) e/ou ameaça de morte.

Através da inversão provocada pela ideologia de gênero e de violências factuais nos campos emocional, físico e sexual, a mulher **aparece** como consentindo com sua subordinação, enquanto categoria social, a uma outra categoria social constituída pelos homens. O problema, portanto, não se põe ao nível do indivíduo, mas de toda uma categoria de gênero. O consentimento não representa senão a aparência do fenômeno, na medida em que a consciência das dominadas é distinta da consciência dos dominantes. Esta assimetria não autoriza nenhum cientista a falar em consentimento das mulheres com sua dominação pelos homens. As duas categorias de gênero falam a partir de posições hierárquicas e antagônicas, ao passo que o conceito de consentimento presume que os co-partícipes falem a partir da mesma posição ou de posições iguais. Portadoras de uma consciência de dominadas, as mulheres não possuem **conhecimento** para decidir: elas cedem diante de ameaças ou de violências concretas'. Menciona-se, ainda uma vez, a recusa veemente da posição vitimista, posto que não se concebe a vítima como passiva. O excerto que se segue expressa, simultaneamente, a passividade da vítima e o equívoco de pensá-la como capaz de **consentir**. A violência deseja a sujeição consentida ou a supressão mediatizada pela vontade do outro que consente em ser suprimido em sua diferença. Assim, a violência perfeita é aquela que obtém a interiorização da vontade e da ação alheias pela vontade e pela ação da parte dominada, de modo a fazer com que a perda da autonomia não seja percebida nem reconhecida, mas submersa numa heteronímia que não se percebe como tal. (SAFFIOTI, 1994, p. 445-446) (Destques do autor).

⁹² Discussão importante sobre a diferença entre ceder e consentir consta em Saffioti (1994).

Essas considerações são importantes diante de uma questão muito presente no cotidiano - a polarização das mulheres como pactuadoras das situações de violência ou simplesmente como vítimas, não sendo, desta forma, possível decidir como ou sobre o próprio destino. Tratar a questão nesses termos seria simplismo, tendo em vista a complexidade do fenômeno.

A rotina e persistência da violência e outras diversas variáveis, com medo, vergonha, impotência, questões econômicas e financeiras, questões relacionadas à dinâmica dos próprios territórios, dependência afetiva, entre outros, podem conformar um cenário no qual as mulheres tenham dificuldade de romper ou mesmo acionar serviços de denúncia ou proteção. O que corrobora para essa aparência de mulheres vítimas e desprovidas de potencialidades.

Mulheres também reproduzem a desigualdade social do gênero e não raras vezes também respondem com violência a diversas circunstâncias. No entanto, a maioria das vezes, os perpetradores das violências, especialmente aquela que ocorre dentro de casa por parceiros íntimos, são homens. Os homens são legitimados socialmente a reagir com violência contra as mulheres.⁹³

Não se está, de forma alguma, afirmando que as mulheres são santas. Ao contrário, elas participam da relação de violência, chegando mesmo a desencadeá-la. Nem por isto, porém, a mulher detém o mesmo poder que o homem, não podendo, por conseguinte, consentir com seus desmandos ou com ele acumpliciar-se. Trata-se de uma correlação de forças, que muito raramente beneficia a mulher (SAFFIOTI, 1994, p. 446).

Partimos do pressuposto de que mulheres em situação de violência são sujeitos da própria história, portadoras de potencialidades pouco ou quase nunca reconhecidas por elas mesmas ou pela sociedade como um todo.

A violência atravessa as diversas dimensões e relações sociais, seu caráter central encontra sua representação em um conjunto de relações simbólicas.

A violência simbólica impregna corpo e alma das categorias sociais dominadas, fornecendo-lhes esquemas cognitivos conforme a esta hierarquia, como já havia, há muito revelado. É exclusivamente neste contexto em se pode falar em contribuição de mulheres para a produção da violência de gênero. Trata-se de um fenômeno situado aquém da consciência, o que exclui a possibilidade de se pensarem em cumplicidade feminina como os homens no que tange ao recurso à *violência* para a realização do projeto masculino *atravessa todas as relações sociais, transforma-se*

⁹³ Ver debate sobre “Masculinidades” - Campanha do Laço Branco, SOS corpo, Coletivo feminista, grupos de reflexão entre homens, entre outras. Iniciativas têm sido tomadas como estratégia de combate e enfrentamento das violências.

em algo objetivo, traduzindo-se em estruturas hierarquizadas, em objetos, em senso comum (SAFFIOTI, 2001, p. 119). (destaque nosso).

As condições de gênero, associadas às condições precárias de vida e de fragilidade relativa aos direitos e à cidadania resulta em um cenário ainda mais complexo.

Agrega-se ao debate o fato da violência contra a mulher ser tratada como questão naturalizada e banalizada pelos operadores da lei, pela mídia e pelos diversos meios de comunicação, entre outros.

Podemos entender que mulheres concedem muitas vezes a violência como forma de resistir e contornar o seu cotidiano, como forma de sobreviver.

A partir das narrativas das mulheres pesquisadas, conseguimos perceber que agregadas às diversas formas e estratégias de sobrevivência, mulheres constroem alternativas e pequenas formas de resistência participando de espaços coletivos de formação e discussão, no estabelecimento de redes de solidariedade e apoio mútuo, arranjos familiares, cultivo de sonhos e esperanças. Pode-se dizer que mecanismos e estratégias de resistência estão sempre presentes, alcançando maior ou menor êxito.

Uma parcela das mulheres consegue romper com a relação dominada/dominante, saindo do estado de não conhecimento para o de conhecimento. Sua consciência perde as características de dominada e passa a ter uma visão de conjunto das relações de gênero. Mais do que isto, muitas lançam-se na luta pela ampliação da cidadania feminina, fazendo uma leitura dos direitos humanos a partir da óptica de gênero. Tais movimentos podem dar, e frequentemente o fazem, origem a políticas públicas compensatórias, visando a reduzir e até mesmo a eliminar as discriminações contra a mulher. (SAFFIOTI, 1994, 453).

As mulheres constroem alternativas e estratégias de sobrevivência associadas ao estabelecimento de redes de solidariedade e com as organizações sociais. As perspectivas de luta e resistência são incipientes, considerando o conjunto das determinações sociais e diversas variáveis que envolvem as situações de violência. Mas existem, podem e devem ser potencializadas.

4.3 Possibilidades de Resistência nas Narrativas das Mulheres

A conquista da resolução de pequenas questões que, antes, não conseguiam ou entendiam como possibilidade, a participação em atividades em grupo e a perspectiva de troca com outras mulheres possibilitam o reconhecimento de novas potencialidades e habilidades, antes desconhecidas. *“As coisas começaram a melhorar quando comecei a participar dos grupos [...]. Quando eu comecei a participar, eu era muito nervosa. Muita agitada. Não gostava de conversar e era fechada. Agora sou bem diferente.” (OYÁ).*

Podemos ainda identificar uma forma muito particular de ver e se relacionar com a vida – o desejo de encontrar um grande amor e construir a vida melhor, de Macabéa. O desejo de, quem sabe, um dia escrever um livro da própria história, de Oyá. Cenas e imagens que parecem se apresentar como transfiguração da realidade necessária para se manter vivendo, mas também como alternativa de construção de outra forma de vida. Vida que não está apenas contornada pelos ditames da ideologia dominante e do consumo, mas também pela esperança e experimentação de uma forma peculiar de liberdade.

Já trabalhei com cozinha [...]. Aqui eu fiz os cursos de informática e artesanato e culinária [...]. Já ganhei um prêmio de um bolo de café que eu inventei. Eu já fiz curso de enfermagem, mas não cheguei a concluir. E agora quero cuidar de mim, quero trabalhar... (OYÁ).

Trabalhei em casa de família. Não deu muito certo. Trabalhei em firma como limpadora, em firma com carteira assinada. [...]. Passa rápido. Daqui até eu me aposentar, quero me casar. Uma amiga minha está arranjando um cara para mim. Um cara que trabalha em firma. Ela diz que ele ficou besta comigo. Ai, meu Deus! (risos) [...] Quero colocar os meus dentes. Fico com vergonha... (risos). [...]. Estou animada (suspira). Minha esperança é arrumar alguém ainda. A esperança é a última que morre. [...]. Minha amiga diz que ele é solteiro e é um homem muito bom para agradar as mulheres. Estou um pouco apaixonada (risos). [...]. Minha vizinha vive me criticando porque eu tenho vontade de ter um namorado. Cada um tem seu jeito... Ela não quer saber de homem, mas eu quero sim. (MACABÉA).

A construção social do gênero atravessa as diversas dimensões da vida social, objetivas e subjetivas – afetando inclusive a forma como as mulheres se veem a si próprias e como são vistas. Mitos, crenças e estereótipos sobre o que é ser mulher legitimam várias formas de violência. Além de conformar várias ambiguidades e contradições.

Os ciclos contínuos de violência também estão no enredo de histórias afetivas; vínculos de amor; dependência econômica; ambiguidades e contradições, questões que dificultam perspectivas de enfrentamento e resistência.

Maria sempre conviveu com os conflitos e contradições dos relacionamentos – o desejo da vivência da sexualidade e a concepção de que tinha sobre “mulher direita”; a possibilidade de trabalhar e o desejo de encontrar um homem provedor, que represente segurança e proteção; o desejo do amor, o medo do abandono e os vários episódios de violência. Casou-se com o primeiro companheiro porque estava grávida, tinha esperança de manter uma vida com alguém que pudesse lhe conferir segurança e apoio. Tinha medo que a filha pudesse passar fome. Logo vieram mais dois filhos e os conflitos. Maria diz que o companheiro a tratava mal (xingava e batia), por ela não andar direito – andava com roupas curtas e parecia uma mulher vulgar.

O tempo que eu vivi com ele, fome ela não passou. Depois de certo tempo começou as brigas, o ciúme. E aí eu comecei a conhecer mais ele. As amigas e a bebida. Os amigos dele me ofendiam com palavras que não falavam para mim, mas falavam para ele. Porque eu andava com roupa vulgar. Porque hoje, eu digo, uma mulher que anda vestida como eu andava era uma mulher vulgar. Andava quase pelada [...]. Mas, eu só pude enxergar isso agora. Eu acho que se eu tivesse enxergado isso lá atrás, estaria com ele até hoje. Mas, ia muito pela cabeça dos outros - usava roupa curta, saía e bebia... (MARIA).

Em outra ocasião, refere que o motivo era o fato de ela não trabalhar. A partir da sua narrativa, evidencia-se quanto a identidade de gênero faz com que as mulheres sempre se sintam culpadas e responsáveis pela situação.

Mais uma vez engravidei e no começo foi bom. Mas, depois, ele a me bater, me batia tanto e me xingava de nome feio. Eu ficava imaginando que era porque eu não trabalhava que eu passava por aquilo, porque se eu trabalhasse... Jamais ele iria me chamar de nome feio. Eu poderia ter uma cabeça como eu tenho agora. [...]. E aí continuou – as bebidas, ele saía para as baladas com os amigos, para os bingos... E coisa que eu também comecei a não aceitar. Então, eu também brigava e ele me batia, minha mãe tentava me acudir. [...]. Fiquei com ele nessa vida quatro anos. Vivi isso baseadamente por causa dos meus filhos. [...]. Eu tinha certeza de que ele gostava da irmã do amigo dele. Ele não me ajudava. Ele dava o dinheiro e eu tinha que ir ao mercado e carregar o peso sozinha. Ele nunca me ajudava e se o outro chamava, ele ia. Então, chegou o momento em que eu disse: Não quero mais. Comecei a sair, comecei a beber. Comecei a fumar maconha. Tudo para ofender ele. Mas acabou que a cabeleira estragando a minha vida. Ai chegou uma hora que eu disse: Chega, não dá mais. Cansei de apanhar [...]. (MARIA).

Maria já viveu vários momentos de conflito em relação a como proceder em relação ao atual companheiro. Sempre refere esperança de que vai melhorar. Às vezes, tem o desejo de que ele morra. Mas, de modo geral, tem pena e se sente responsável. Diz que é como se fosse uma mãe para ele.

Foram 12 anos da minha vida, de nada de bom, apenas sofrimento [...] quando não é cadeia, é confusão... Agora que ele parou de vir para cima de mim. Porque ele, qualquer coisa, vinha para cima de mim. Até que um dia minha filha chamou os

caras para ele e eles disseram: Se você não quer viver com sua mulher, que você saia, porque, se ela precisar trazer polícia para a favela, sua vida está acabada. Não dá certo, separa. [...]. Eu até já dei dinheiro para ele viajar para que ele não morresse aqui, porque ele estava roubando [...]. Os caras pegaram e bateram tanto [...]. Eu cheguei lá e disse: Moço, pelo amor de Deus! Eu não peço por ele não, porque ele é safado, peço por esse menino, faça pelo filho dele. [...] Eu gostava do A. Ele era carinhoso, mas sempre soube que ele não valia nada. Eu não acredito como tudo isso pode ter acontecido com ele. Ele pode trabalhar e ser um marido de verdade. Sabe que é aquela pessoa carinhosa, que dá flores... É uma pessoa boa. [...] Eu não entendo porque ele não muda. Quer dizer, eu sei que ele precisa de ajuda. [...] parece que o A. se apega a mim como se eu fosse a mãe dele. Eu explico para ele que sou a mulher dele e não mãe. Mas, talvez pelo fato de não ter mãe, ele se apega com quem dá atenção para ele. Em casa, ele fica me adulando, fica até fazendo massagem no meu pé. [...] (MARIA).

A despeito de todas as dificuldades, se acha uma mulher lutadora. Acredita que os filhos são a sua principal motivação.

Eu me acho uma mulher guerreira. Corro atrás do que eu quero. [...] Se posso ajudar alguém, eu ajudo. [...] Pelos meus filhos, eu sou o que sou e vou para frente. Mostrar para eles que a gente tem de correr e ir atrás. Hoje em dia, tem os cursos, tem a lei do aprendiz. Eles podem correr atrás (MARIA).

Poder se reconhecer de outro modo, de forma a ampliar a consciência sobre a própria condição e das demais mulheres, pode se configurar como forma importante de resistência expressa nas formas de proteção própria e das demais gerações. “*Gosto de participar de atividades que envolvem mulheres e essa discussão da violência [...] se conversar sobre, vai ajudar outras mulheres, faço questão de ajudar!*” (SOL).

Mulheres pobres são impelidas pela vida a priorizar a luta pela sobrevivência e as questões relacionadas à autonomia, formação e ascensão profissional tornam-se secundárias. Existe diferença das formas de autonomia e emancipação das mulheres pobres daquelas inseridas nas camadas médias da população.

De fato, as esferas públicas e privadas têm sido ocupadas pelas mulheres pertencentes às camadas médias de forma bastante diferenciada em relação às pobres, pois para as mulheres dos setores médios, além da motivação econômica, há com maior frequência, outras razões que vão impulsionar a busca por profissionalizarem-se, como questões ligadas à liberdade e a autonomia, além da importância atribuída a terem identidade própria, não mais sendo consideradas como apêndices do marido e da casa, questões distantes para as camadas mais empobrecidas, em face de outras prioridades a que são impelidas a sobrevivência (COELHO, 2001, p. 16).

Sol, atualmente, demonstra e comenta ter mais clareza sobre suas possibilidades de decisão e autonomia. Não sabe se quer ficar com o atual companheiro, pois não quer mais ser controlada ou prestar conta da vida para ninguém. Tem trajetória de vida profissional na

realização de trabalho doméstico, mas hoje não quer mais trabalhar para os outros. Diz que não quer mais ser “*usada, explorada e abusada*”.

Percebe-se como uma mulher forjada por uma história de muita luta. “*Não entendo porque as pessoas acham que podem dizer como devo criar os meus filhos*” (SOL). Diz que a vida é difícil, pois teve que trabalhar muito para cuidar dos filhos, com todo mundo interferindo e sem ajudar. “*Cuido dos meus filhos do meu jeito*” (SOL).

Comenta porque se percebe lutadora:

Eu me acho uma mulher lutadora. Todo mundo fala que eu sou guerreira. E eu sou mesmo... Imagina. Criei meus filhos sendo usuária de crack. Fiz meu barraco com madeira de guarda-roupa. Eu mesmo indo no lixo pegando as madeiras. Eu fazia o que fosse preciso. [...]. Os meus filhos, hoje, eles são tudo. [...]. Eu penso em trabalhar, mas não quero mais trabalhar por mês. Eu quero ter três dias trabalhando e dois para eu poder cuidar de mim. Eu não quero mais me matar de trabalhar, porque eu já trabalhei demais. Já trabalhei para dormir. Já trabalhei semanas e semanas sem folga... Hoje, os meninos já estão todos grandes. Acho que já não tem precisão. A única coisa que está precisando é eu ter minha casa. Porque, depois que eu tiver minha casa, a minha vida vai mudar. Eu não quero mais ficar trabalhando para ninguém não. [...] (SOL).

Na narrativa de Sol, há vários momentos de “reorganização” da vida, no sentido do formalmente estabelecido, do que seja “normal”, esperado pela sociedade. Ela trabalhou durante oito anos como cozinheira do Palácio do Governo. Além de, em vários momentos, estabelecer relações de confiança, com pessoas que deram oportunidade oferta de ajuda e orientação. Sua narrativa expressa uma forma de vinculação com redes necessárias, entendimento dos cenários e das perspectivas de enfrentamento e mobilidade social,

Minha caligrafia é bonita. Eu adorava pão de queijo. Pedia nas ruas e comprava pão de queijo. Um dia, a Dona S., uma senhora que eu lembro o nome até hoje, falou: Sol, faz um favor para mim? – Eu era uma mendiga, ficava muito suja na rua. E ela pediu para eu ir à casa lotérica e comprar uma quantidade de pão de queijo e o dinheiro trazer para ela – eu escrevi a quantidade, ela gostou da minha letra, perguntou se eu sabia escrever. Eu contei toda a minha história para ela. Então, ela resolveu me ajudar, deixou eu dormir na casa lotérica à noite. Ela disse que não era para eu deixar ninguém, porque se o marido dela soubesse, iria brigar com ela. Ela deixava todo mundo sair e me deixava dormir no quatinho dos empregados da caixa lotérica e, pela manhã, chegava cedinho para deixar sair. E nisso eu fui ficando, até que eles arranjaram emprego para mim. Eu fui caixa da casa lotérica. Trabalhei 1 ano e 7 meses. [...]. Depois, eu arranjei o serviço de lanchonete, lá no Brás. Eu fui trabalhar e estruturando minha vida (SOL).

Apesar do reconhecimento dos próprios recursos e estratégias, Sol comenta quanto a dificuldade em interromper as situações de violência estava relacionada ao medo (de morrer, de apanhar ainda mais), a dependência e o sentimento de amor, a esperança que a pessoa um dia pudesse mudar. Um núcleo duro de contradições que envolvem subjetividade, afetividade

e condições objetivas de vida. Uma situação complexa que não admite respostas simples e nem descontextualizadas.

Para enfrentar as situações de violência, que foram muitas. Comecei a dizer que eu não estava a fim. E quando eu decidi que ele não ia me tocar mais. foi quando eu comecei a apanhar de verdade. Apanhar a ponto de fazer isso aqui (aponta cicatriz no rosto), fazer cicatriz (SOL).

Discutir as possibilidades de escolha, bem como oferecer oportunidade de construção e ampliação das possibilidades é uma chave importante, quando da discussão das questões de violência e dos direitos humanos das mulheres.

As dificuldades que envolvem as transformações e tomada de decisões com vistas a interromper as situações de violência chancela a ideia (senso comum) de que as mulheres optam, livre e conscientemente, por permanecer na situação.

Com relação à classificação dos direitos em civis e políticos de um lado, e sociais, culturais e econômicos de outro, ao focar os direitos das mulheres, percebe-se a interdependência ou complementaridade: as escolhas ‘livres’ em termos de sexualidade e reprodução, por exemplo, bases dos direitos reprodutivos e sexuais, nunca são apenas individuais. Feitas num contexto relacional, as escolhas sempre implicam em apoios, oposições, disputas, tensões com outras pessoas próximas e importantes para a mulher, bem como as possibilidades de escolha que estão dadas pelas condições econômicas, sociais e culturais. Pode-se falar em escolha livre e individual neste contexto? Ou melhor, o que significa escolha livre? Para que os direitos sejam realizados, é necessário, portanto, que sejam garantidas as condições mais gerais para sua implantação, que são públicas, e não apenas as condições individuais de ‘livre’ escolha (SCHAIBER, 2005, p. 114, destaque nosso).

A narrativa de Sol traduz uma cena comum no cotidiano de atendimento de mulheres em situação de violência que percorrem os dias em busca de - se manter viva, proteger os filhos – o que se vincula às possibilidades e oportunidades de melhores condições de vida – trabalho, renda, moradia, entre outros. O campo de escolhas se amplia, a partir da perspectiva de oportunidades que são oferecidas nesse sentido. O que não significa que as mulheres sejam meramente vítimas, mas sujeitos na elaboração e construção de outras possibilidades.

Eu não acho que as leis protegem, não. Uma vez eu fui à Delegacia da Mulher e não resolvi nada. Um dia, fui reclamar das surras, por que o pai dos meninos me batia demais, ela (delegada?) disse para mim: Deixa esses meninos crescerem. (silêncio). Eu acho que, o que me ajudou a resolver os problemas foi aqui. Eu não sabia como resolver os problemas. Resolver as coisas. Agora consigo correr atrás das coisas. Antes era mais difícil (MACABÉA).

Das quatro narrativas, três se vinculam à religião como espaço importante de força, conforto e esperança. Além de uma relação com um mundo possível e que explica, justifica e conforma muitas coisas sem explicação.

Sol pertence à religião de umbanda e diz que, no centro, vive a experiência de paz e sentimento de irmandade. Diz também que na comunidade tem muito preconceito com os umbandistas. Segundo ela, os umbandistas acabam vivendo muito escondido e às margens.⁹⁴

Oyá realiza bicos, trabalhos eventuais como acompanhante, já trabalhou algum tempo em supermercado na área de alimentação, recebe ajuda eventual das organizações locais e também dos amigos. Outra fonte de referência importante são os “filhos de santo”- ela sempre está envolvida no ciclo de dar e receber ajuda. Gosta de contar as histórias dos “santos” que recebeu – sempre figuras de sofrimento e de muita força – uma escrava, um capataz, uma prostituta – ela diz que gosta de pensar que são sempre imagens que, ao mesmo tempo, são meigas e fortes.

Fico pensando de onde tiro a minha força acho que é Deus. Sou do candomblé. Hoje eu acabei fechando tudo. Mas, já tive 117 filhos de santo. Eu dava comida para mendigo uma vez por mês, no centro. Meus filhos de santo sempre me ajudaram. [...]. Ajudava muita gente [...]. Eu tinha o meu centro⁹⁵ aqui, mas, depois que eu me separei, precisei parar com tudo. [...]. Aqui ainda tem centro de umbanda na comunidade, mas dizem que igual ao meu não tem. Porque o meu era como se fosse uma casa de caridade. Eu não fazia as coisas por dinheiro. [...]. Eu acho que é daí que sai a minha força. [...]. Às vezes, eu choro e peço para Deus me ajudar, ele me manda um problema para eu resolver... (risos). Os evangélicos falam que eles têm um terreno lá no céu. Eu fico pensando que eu não tenho nada. Mas, lá no céu, eu devo ter uma fazenda. (risos). E assim vai indo minha vida. Acho que minha vida dá para escrever um livro (OYÁ).

A religião representa, exceto no caso de Macabéa, que diz não mais se envolver com essas questões, significado importante de reconhecimento de potencialidade e apoio.

4.4 Redes de Solidariedade e Organizações Locais

A narrativa de Oyá também é marcada pela relação das redes de solidariedade e das estratégias de sobrevivência. Em uma ocasião, a filha de Oyá escreveu uma carta sobre a história da mãe, solicitando ajuda ao PECP. O recorte dessa carta apresenta vários momentos em que os arranjos e a configuração das redes de solidariedade foi fundamental para forjar as estratégias de resistência.

⁹⁴ Anotações do diário de campo. Nessa ocasião, deu um problema no gravador e conversamos livremente. O registro foi feito em forma de anotações.

⁹⁵ Centro de Umbanda.

[...] mudamos de novo para o Paraisópolis, e passando também uns problemas pessoais veio morar com a gente a V. [...] Não achamos casa para alugar, então fomos morar na Vl. Natal só que nisso a J. voltou a morar com a gente, ficamos uns três meses lá, e novamente “problemas”⁹⁶. [...] Depois precisamos desocupar a casa, pois atrasamos o aluguel, água e luz, e o dono da casa desligou a luz e a água, disse que só ia ligar se a gente fosse desocupar a casa dele. Então ligamos para uns conhecidos do Paraisópolis para ver se achávamos casa para alugar, mas estava muito difícil casa e então a V. foi morar com a mãe biológica dela, o J. também foi morar com a sua mãe biológica, eu e o meu irmão (L.) fomos morar com os meus tios, a J. foi para a casa da minha prima, e a minha foi para a casa de uma amiga [...] (Recorte de carta anexada à ficha de atendimento social).

Oyá tem muitos problemas de saúde – diabetes, hipertensão, suspeita de reumatismo, entre outros – diz que, por isso, tem dificuldade de trabalhar em lugar fixo e por muito tempo. Sempre que tem oportunidade, refere-se ao PECP como fonte de grande apoio sobre os diversos aspectos da sua vida – em relação ao trabalho, às conversas, a relação com o Cras e com a prefeitura (habitação).

Maria comenta que melhorou a relação com os filhos a partir da participação nos grupos e que também se sente mais ativa para a solução dos próprios problemas.

4.4.1 Associação de Mulheres de Paraisópolis⁹⁷ – perspectiva de resistência coletiva

A Associação de Mulheres de Paraisópolis é a única expressão, oficialmente legitimada, como forma de organização coletiva das mulheres na favela de Paraisópolis.

Criada em 2006, e constituída como pessoa jurídica em 2010, elas realizam várias atividades destinadas ao público feminino, além da defesa e levante de algumas bandeiras, como a construção de um hospital público, creches e políticas públicas.

⁹⁶ Em uma das ocasiões de entrevista, Oyá comenta que os problemas, era a persistência com que o pessoal do Jardim Ângela a procurava. Uma forma de ameaça por ela ter trabalhado para o tráfico de lá.

⁹⁷ A história da Associação de Mulheres de Paraisópolis foi registrada em 2010, por Fernando Freitas, no livro *As Donas de Paraisópolis*. O material fotográfico está disponível na rede social Facebook: <<https://www.facebook.com/media/set/?set=a.583124798413614.1073741832.364785740247522&type=3>>. Acesso em: 3 jun.2014. Vídeo sobre o livro: *As Donas de Paraisópolis*, disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=xnMYx96T4Z0>>. Acesso em: 3 jun. 2014. Chamadas dos eventos e atividades realizadas pela associação disponíveis em: <<http://jornal.paraisopolis.org/associacao-das-mulheres-de-paraisopolis-realiza-caminhada-neste-sabado/>>, acesso em: 3 jun. 2014; em: <<http://paraisopolis.org/rejane-santos-eleita-presidente-associacao-mulheres-paraisopolis/>>, acesso em: 3 jun. 2014; em: <<http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/habitacao/paraisopolis/>>. Acesso em: 3 jun.2014.

O grupo, de modo geral, é formado por mulheres muito jovens⁹⁸, participantes anteriormente da União de Moradores e/ou do grêmio estudantil das escolas públicas. Também compõem a associação mulheres com história de liderança e participação nas questões da vida comunitária.

Nossa conversa amistosa ocorreu depois de várias tentativas de conciliação de horários. As dificuldades relacionadas ao trabalho, aos cuidados e ao acompanhamento dos filhos, também faz parte do cotidiano das lideranças.

Participaram da entrevista em grupo seis mulheres colaboradas da Associação. A atual casa da Associação era a ampla sede de uma instituição de caridade construída numa área antiga e arborizada. Tem uma entrada estratégica, pois as pessoas que vêm de fora, não necessariamente precisam passar por dentro da favela. A fachada é ampla, com vista panorâmica. O lugar é iluminado, silencioso e agradável. Elas não demoraram a chegar para a conversa. Não era dia de reunião oficial, mas se organizaram individualmente para participar da conversa. Antes que todas conseguissem chegar, travaram uma discussão sobre a cor da sede (rosa ou lilás). Elas se reconhecem como uma expressão de luta e resistência na comunidade.

A associação nasceu a partir dos jovens. Jovens que inicialmente fizeram parte da União de Moradores e que depois entenderam que era importante um espaço que fosse para tratar as questões das mulheres. [...]. Existia uma demanda muito grande de mulheres – aparecia de tudo – as mulheres pediam cesta básica, problemas ligados à casa, à violência... Então, resolvemos criar a associação, e a União acaba funcionando como uma subprefeitura; e a associação tem um papel de espaço para as mulheres. Porque outra coisa que a gente percebeu é que as mulheres muitas vezes precisavam de um espaço só para conversar. Um lugar onde ela possa sair de casa e vai fazer uma conversa com outra. Tomamos a decisão de montar a associação. [...]. Faz pouco tempo que a gente conseguiu o nosso espaço. Um lugar para atender as mulheres e que não quer dizer que não recebemos os homens. Mas o foco é a mulher. [...]. Tudo está ligado à dependência financeira, então, começamos a montar projetos ligados à qualificação profissional, porque, inclusive, oferece várias alternativas.[...]. Nossas bandeiras políticas estão relacionadas à educação, moradia, renda e ao trabalho, à saúde – temas ligados diretamente à mulher. Temos nossa luta por um hospital, aqui na comunidade – especialmente pela demanda relacionada à maternidade. As nossas mulheres são muito traumatizadas com atendimento prestado nas maternidades que atendem a região – varias companheiras tiveram problemas com o parto. A gente se preocupa em fazer bem o pré-natal, mas depois nada funciona. [...] (Rejane).

⁹⁸ Todas são muito jovens, com exceção da professora e da auxiliar de serviços gerais, as demais tem menos de 25 anos; quatro se denominam como negras e duas como brancas. Todas são casadas. Quatro não têm e nem desejam ter filhos no curto prazo. Essa última questão parece ser alvo das discussões entre elas.

Nossa percepção é que se organizam como a estrutura de uma ONG com oferta de atividades e projetos para as mulheres. Quando pergunto sobre a questão das bandeiras políticas e de resistência, referem-se à intenção de formar pessoas para participação política, além da representação das suas demandas em espaços de decisão do governo.

Quando eu comecei o trabalho na União. E percebi que podia contribuir mais do que estava fazendo. E pensei no que realmente eu queria. [...] quero me formar politicamente. Eu tenho muito que aprender. Tem que participar de alguns movimentos de mulheres. Tem que ter gente forte que te represente dentro da política. [...]. Eu conheço o pessoal da Confederação das Mulheres do Brasil e a Federação das Mulheres Paulistas. [...] É importante estudar muito, porque quando assume um trabalho como esse você tem mais responsabilidade, porque está representando quase 50% da população [...]. Eu decidi ter essa responsabilidade com o compromisso de que forma poderia representar cada mulher, cada uma com o seu jeito. Tem que aumentar a participação das mulheres na política. As mulheres não conseguem preencher a cota na política.[...] Temos que nos organizar e temos que nos fortalecer. A batalha que precisa ser vencida é a batalha contra o preconceito, contra a discriminação, contra a intolerância, etc. Pois, a única diferença entre o homem e a mulher é apenas física. [...]. Nós temos tanta condição quanto os homens. Precisamos sair da zona de conforto, não somos coitadinhas e precisamos mostrar isso para as outras companheiras. Nós não somos sexo frágil. Nós movimentamos o País, hoje. [...]. Estamos ganhando espaço e para isso precisamos estar preparadas. Quero deixar uma marca importante aqui na associação – que é trazer as mulheres para cá e discutir políticas públicas com elas. [...]. Não é fácil, mas que vem crescendo. Também é importante buscar experiência de outros lugares. [...]. Então, é muita coisa... (Rejane).

Em relação à violência contra a mulher, compreendem a questão como muito importante e presente no cotidiano da comunidade; enfatizam a relação da violência com a ausência da política pública, que consideram a principal necessidade da mulher, especialmente da mulher da periferia.

Paraisópolis é vítima da falta de atendimento nos serviços públicos básicos que atingem principalmente as mulheres. Vítimas das dificuldades da comunidade, mas também vítima de tudo. [...]. A gente limita as mulheres quando não dá condições dela se desenvolver. Ela é a pessoa que mais se prejudica quando não tem investimento na questão social. [...]. Por exemplo, a falta de creche que impede a mulher de trabalhar, estudar e se qualificar. Quando você tira isso, está violando o direito da mulher. Porque toda mulher tem o direito de ser mãe e em qualquer momento. E o Estado tem que dar condições para isso. Uma das maiores violências é a falta de política pública para as mulheres. [...]. As outras formas de violências são diversas. A gente vive numa sociedade muito machista. Existe um padrão que a todo momento é colocado para as mulheres. Que mulher é isso ou aquilo. Por mais que a sociedade, de maneira direta não faça, é algo que fica no inconsciente da mulher. Isso de que a mulher é sexo frágil. É complicado julgar uma pessoa quando ela não tem direitos básicos assegurados. E as pessoas culpam muito as mulheres. Quando, na verdade, não tem estrutura. A gente está do lado do Morumbi, com padrões de vida e acesso, totalmente, diferentes. [...]. (Rejane).

Violência psicológica, sexual e física – são diversas formas de violência que a mulher da periferia sofre diariamente – ela é coagida sistematicamente (ELIZANDRA).

Apesar de tudo, tudo evolui muito. Graças ao movimento de mulheres e às várias ações mais coletivas, diminui um pouco esse drama, essa sensação. A gente tem um papel – as mulheres que tem um pouco mais de conhecimento e que conseguem se libertar um pouco da situação tem o dever de tentar abrir os olhos das outras mulheres. Que não precisam ser contra os homens, mas que podem andar lado a lado. É uma questão também de reeducar os homens, porque eles foram educados assim. Temos um problema cultural e enraizado [...] (Rejane).

As histórias pessoais retratam a experiência da violência, bem como as dificuldades de enfrentamento e interrupção das situações.

[...] penso que é muito importante não se excluir, porque uma coisa que não falei, mas importante é que eu – já estava na associação das mulheres – vivi situação de violência. Sou casada hoje com um cara que é super companheiro. Temos uma relação de muito respeito. Mas, antes dele, eu fui envolvida com um relacionamento muito conturbado. Mesmo tendo acesso a informação e às minhas ideologias, eu também vivi violência doméstica - violência psicológica e violência física. [...]. A vida da mulher na periferia é muito comum. É comum e não deveria ser normal. O número de mulheres que é atingida é muito grande. Eu tinha tanta vergonha e não sabia como contar para as pessoas, especialmente para a minha família. Eu tinha vergonha também por participar da associação de mulheres e estar passando por isso. Eu procurei ajuda como deve ser e não fui bem atendida. Aí eu conversei com a Rejane e consegui resolver. Todas estão sujeitas. Então, se a gente não se junta e não se comove em ajudar a pessoa que vem falar, que está aqui do nosso lado [...]. A mulher, muitas vezes, não sabe o que fazer. E quando tem informação, fica constrangida. Como vou encarar as pessoas? [...]. O coletivo é muito importante, porque você tem pessoas que estão te enxergando... Eu ainda tive informação porque tive muita gente para apoiar. Eu precisei sair de casa e não estava interessada em ser mãe. Trabalhava, estudava e fazia faculdade. Então, não fiquei tão dependente. Mas, eu fico pensando em quantas mulheres não têm a condição que eu tenho. Então, sempre penso que minha missão é assegurar que as mulheres possam ter mais condição, como as condições que eu tenho (ELIZANDRA).

Demonstram ter clareza da relação da violência com as categorias classe social e raça.

[...] todas nós vivemos algum tipo de violência. Lembro quando eu comecei a trabalhar e que fui trabalhar com vendas, fazia propaganda na rua. E eu via muitas coisas, de todos os tipos. Todos os dias eles faziam uma fila e escolhiam – as mais bonitas, as branquinhas, as sorridentes – para colocar na linha de frente. As meninas gordinhas, negras, nunca eram escolhidas. [...]. E tinham clientes que colocavam restrição: Não quero menina negra, não quero menina gorda. Eu sempre era escolhida e não passei por essa situação – eu era branquinha de cabelo liso – mas eu me sentia desrespeitada, por ver as minhas amigas, que moravam e viviam a mesma situação que a minha, mas que eram discriminadas por ter a cor da pele negra. [...] Eu ficava indignada! Além disso, tinha outras coisas pelas quais eu passava - meninas bonitas e novas passam por isso. Tinha homens que me abordavam perguntando se eu não queria fazer um programa. Teve uma situação que estava na Faria Lima fazendo panfletagem e um carro parou, os homens saíram do carro e tentaram me forçar a entrar no carro – eu gritava tanto, gritava e chorava para que eles não fizessem aquilo comigo. E aí eles falaram que era brincadeira. [...]. E eu vi muitas meninas que se sujeitaram a essa situação, uma forma de prostituição. Era um convite para o almoço, não deixava de ser um convite para a prostituição. O simples fato de eu estar trabalhando, fazia com que o cara se sentisse no direito. [...] Depois de muito constrangimento, eu decidi que não ia ter que trabalhar daquela jeito – exposta e desrespeitada. Lembro-me de um cara que deu um tapa na minha bunda. Isso é uma coisa muito comum, que acontece com as

mulheres, e não acontece nada com as pessoas. Essas pessoas não são punidas. Porque é tido como normal [...] (ELIZANDRA).

As mulheres negras sofrem muito mais na pele a discriminação. Até porque a gente vive no país do futebol e que as mulheres, especialmente as negras, são apenas perna, peito e bunda. Tomam a mulher brasileira como prostituta. E quando a gente escolhe fazer alguma atividade, também é discriminada por isso. A mulher negra é mais vulnerável (Rejane).

O Brasil tem uma dívida grande com a mulher, com o povo negro. O desemprego é maior para a mulher negra, o analfabetismo [...]. É uma questão histórica. [...]. Os quilombos foram formas de resistências e nas cidades, as favelas – essas foram formas que se encontrou para manter a própria vida, uma forma de sobreviver. E é claro que tudo isso se reflete hoje na realidade das periferias. Porque hoje o índice maior de analfabetismo é nas periferias? Trata da dívida histórica [...]. As cotas são medidas provisórias, mas são necessárias. Porque as pessoas não tem a mesma oportunidade [...] As mulheres foram violentadas, privadas dos seus direitos, desde sempre. [...] E o Brasil é um país muito racista. E damos pouca importância para isso. [...] (ELIZANDRA).

Sobre a naturalização e banalização da violência:

Apesar de a gente estar no século XXI, a gente vive com um número grande de mulheres que aceitam a situação de violência por achar normal. Minha mãe, por exemplo, ela acha que deve fazer tudo pelos filhos, as vontades, o serviço de casa, tudo é responsabilidade. Ela entende que as coisas são assim. Meus irmãos não ajudam e ela não permite que eles e meu pai ajudem em qualquer coisa. Inclusive ela tem resistência com o meu discurso (ELIZANDRA).

[...] em muitos casos, o que a gente vê é o seguinte: a mulher fica em casa com o marido falando que ela é feia, é isso, é aquilo – ele mexe com a questão da autoestima da mulher. E, na verdade, é uma desculpa do tipo: tem mulher que apanha por que gosta, ou o negro tem preconceito consigo mesmo. Uma forma de fazer com que a gente acredite nisso [...]. Coloca na cabeça da mulher que ela é uma pessoa doente, uma pessoa difícil, não deixa o seu marido fazer as coisas. Ela não me deixa em paz! Não deixa eu sair com os meus amigos [...]. Vira um monte de defeitos. [...]. Uma vez, atendemos uma mulher numa situação muito grave, tudo roxo e machucada. Conseguimos um contato com uma ONG em parceria com o governo do Estado. Eles ficaram com ela, pegaram as crianças. Mas, depois, voltou pra casa. Porque o cara estava ameaçando a família dela. Então, é muito difícil. É muito difícil porque toda a sociedade coloca isso nas mulheres (Rejane).

No que se refere às formas de luta e resistência, citam as práticas do cotidiano, a esperança de que daqui a algum tempo a comunidade estará ainda melhor do que é hoje.

Mesmo a minha mãe tendo conseguido fazer tantas coisas, ela não consegue se ver como a verdadeira conquistadora de tudo aquilo – minha mãe cuida de tudo sozinha, conseguiu construir a casa dela do nada, criou todos os filhos – mas ela não consegue conhecer a capacidade que ela tem. Ainda se coloca como sexo frágil. Mal sabendo ela que e é muito mais forte do que muitos homens que se dizem os grandes donos da casa e da família. [...] A realidade da minha mãe é a realidade de muitas mulheres, inclusive das mulheres da comunidade. [...] Cuidando de casa e de filhos não sobra tempo para mais nada. É a tal da jornada tripla (mãe, dona de casa e esposa) (ELIZANDRA).

[...]. Sempre que tem uma brecha, a gente tem que colocar essas coisas no cotidiano [...]. Mas, a gente não faz milagre, porque a situação é muito enraizada.

Plantar uma semente já é algo muito importante. (...). Já atendi uma pessoa com dois filhos, eu apanhava para caramba, a mãe dela também apanhava – como um ciclo – ela tem uma autoestima super prejudicada, porque se acha uma merda, porque acha que não vai conseguir um marido melhor. [...] A gente senta e conversa, orienta, dá informação. E ela aos poucos começa a questionar (ELIZANDRA).

A gente percebe que, aqui em Paraisópolis, as pessoas são muito guerreiras, porque se esforçam tanto para trabalhar, sair cedo. [...]. Trabalhamos para mudar a realidade da comunidade. [...]. Importante trazer as mulheres [...]. E fazer os nossos dias menos difíceis do que eles já são. [...]. E as mulheres participam. Não se resume ao curso de culinária, a partir do curso, elas se envolvem em muitas outras coisas. As pessoas sentem muita necessidade de fazer outras coisas. A partir do curso algumas já estão envolvidas com a cooperativa e isso é muito bom. [...] (ELIZANDRA).

Referem mudanças em relação a elas mesmas, por influência do coletivo.

Eu, depois da associação, mudei muitas coisas na minha cabeça. Descobri, por exemplo, que filho para mim, é para quem tem vontade. Ocupa muito tempo e é muita responsabilidade. [...]. A vida das mulheres é muito exigente, sendo pobre. Muito complicada. Com quem deixar as crianças? Como vai cuidar? [...]. Aqui na comunidade, a gente tem muita cobrança em relação a ter filho. Todos os dias as pessoas me perguntam: cadê meu filho. Se eu não vou ter um filho. (risos). E eu tendo que explicar que vou ter filho quando eu quiser e que não vai ser presente para ninguém, nem pra marido, nem para sogra. [...]. Minhas convicções foram afirmadas aqui na associação. Essa convivência faz a gente pensar e pensar soluções. A gente passa a não julgar mais [...]. Cresci muito com a vinda para cá (TEREZINHA).

Demonstram ter conhecimento e leitura crítica sobre as situações das mulheres. As ações desenvolvidas pelo coletivo parecem ser uma estratégia para agregar as mulheres. Referem participação das mulheres na comunidade, especialmente, nas atividades propostas de cursos e projetos relacionados à qualificação profissional. A Associação disponibiliza cursos nas áreas de culinária, construção civil e mantém cooperativa de alimentos. Comentam o estabelecimento de convênios com o governo do Estado e a perspectiva de formatar os projetos para capacitação de recursos e patrocínios.

Acreditamos nos projetos relacionados à geração de renda, porque, quando uma mulher começa, contribui dentro de casa. O esposo começa a ver ela de outra forma. Ela passa a ter poder de decisão dentro de casa. Algo importante para conseguir decidir, fazer escolhas [...]. A ideia é poder oferecer oportunidade de decisão [...]. Criamos o projeto de Mãos de Maria. Esse nome porque a maioria das alunas chamava-se Maria. A ideia é criar uma cooperativa de doces e salgados. Uma mulher poderia fazer uso melhor do tempo ou vender a mão de obra em casa. [...]. Criamos um bufê por enquanto, para atender a uma parte das mulheres que fizeram o curso e que estão aptas a servir um serviço de qualidade. Então, hoje, temos Bradesco, Santander, Samsung, TIM, [...] como clientes do bufê e isso gera renda para as mulheres. Algumas mulheres que participaram dos cursos já tem pequenos empreendimentos, negócios na comunidade – lanchonete, casa de trufas, etc. A ideia é dar autonomia para que as mulheres possam gerar o seu negócio (Terezinha).

Sobre envolvimento e participação da comunidade, referem a necessidade de envolvimento e divulgação das iniciativas da associação para a população.

Agora que temos divulgado mais os cursos, as pessoas têm procurado mais e quando a gente pergunta, eles comentam que nunca tinham ouvido falar. [...]. Algumas pessoas vêm com a ideia da assistência. A identidade é uma coisa importante, porque as pessoas sempre relacionam a associação com a União de Moradores. [...]. Por isso pintamos a nossa fachada de rosa. Era importante que as mulheres identificassem que aqui é um espaço para as mulheres. [...]. Agora tem mais gente procurando. A gente precisa investir bastante na divulgação [...]. Nosso foco são mulheres, jovens e adultas. Ah! Também as idosas. [...]. A gente associa a ideia do homem lado a lado com a mulher como peça fundamental. Os homens têm maior influência com as mulheres do que a gente. Se a gente ganha o homem, é muito fácil conseguir alguma coisa com a mulher. Um não tem que estar à frente do outro, os dois devem estar lado a lado, para a construção de uma nova sociedade. Não é atrás. Atrás só as periguetes (risos) (TEREZINHA).

Elas identificam as feministas como mulheres contra os homens – não querem ser relacionadas como feministas. E sim como “femininas”. No que se refere à organização política, não referem envolvimento partidário, e não há, pelo menos no plano mais imediato e aparente, visibilidade de organização mais coletiva das mulheres da comunidade na reivindicação de políticas públicas.

Apesar da percepção e compreensão de vários aspectos relacionados às diferentes formas de expressão e manifestação das violências no cotidiano da comunidade, a Associação parece deixar em aberto o desafio de formação política das mulheres.

As lideranças têm clareza e conhecimento sobre a questão da violência contra a mulher, articulada às questões da violência estrutural. E se reconhecem como as protagonistas de uma iniciativa importante de organização das mulheres e com potencial protagonista para influenciar as transformações necessárias do espaço comunitário.

Discutimos sobre a importância de conhecimento de experiências e coletivos de resistência na região como, por exemplo, a União de Mulheres do Campo Limpo, centro de defesa de direitos, entre outros.

Elas demonstraram interesse, mas referem não se sentir confortáveis com as discussões feministas e vinculação com projetos relacionados, pois entende o feminismo como expressão de luta das mulheres contra os homens.

Entendemos que apenas o descortinar desses elementos possibilitará um salto das lutas imediatas para lutas mais coletivas, mudanças estruturais necessárias em relação ao gênero. Tirando as mulheres do lugar de vítima e reconhecendo o seu lugar de sujeito nas lutas.

Potencializando ações concretas de mudança e transformação. Influenciando a construção de políticas públicas mais condizentes.

A partir da entrevista em grupo com as lideranças, foi possível perceber que, a despeito dos movimentos coletivos recentes de luta e resistência, inclusive nas periferias⁹⁹, As mulheres pobres estão engajadas em lutas mais imediatas no sentido de se manterem vivas, manterem vivos os filhos e com melhores condições de vida. As contradições que se revelam, talvez possam traduzir a necessidade de formação e ampliação do debate das mulheres, especialmente, no que se refere às discussões sobre gênero, direitos humanos, feminismo e as possibilidades de resistência enquanto categoria política.

⁹⁹ Por exemplo, Marcha Mundial das Mulheres; Marcha das Vadias, Geledés, Mulheres da Periferia, Associação de mulheres, outros movimentos culturais e de resistência nos bairros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A desigualdade e construção social do gênero atravessam as diversas dimensões da vida social – objetivas e subjetivas – afetando, inclusive, a forma como as mulheres se veem a si próprias e como são vistas. Mitos, crenças e estereótipos sobre o que é ser mulher legitimam várias formas de violência. Além de conformar diversas ambiguidades e contradições.

Como fenômeno complexo, saturado de determinações e contradições, a violência contra a mulher, na interface com os direitos humanos, tem demandado respostas para além das normatizações de caráter sociojurídico e tem convocado a sociedade por inteiro, para o debate da promoção de direitos e a construção na perspectiva da ampliação da autonomia e de emancipação das mulheres.

Entrelaçadas por um “nó” (SAFFIOTI, 2004), classe, gênero e raça se apresentam como realidade compósita reafirmando quanto as relações de gênero não podem ser vistas isoladas de suas macrodeterminações. A desigualdade de gênero atinge a todos, na sociedade, mas especialmente as mulheres pobres, de maneira incisiva e na determinação de diversas outras formas de violência.

O que foi possível vislumbrar, a partir dessa pesquisa, é a intensidade com que a violência se manifesta nas variadas formas de expressão – inter-relacionadas com a violência estrutural – se apresentam no cotidiano com aparência reificada, como fenômenos naturais e absolutos. De modo geral, as mulheres não identificam parte significativa das suas vivências como violências.

As narrativas retratam, em alguma medida, mulheres vivendo no limite da sobrevivência, cotidianamente construindo pequenas formas de resistência, com pouca ou quase nenhuma expressão de protagonismo no sentido de interromper as situações de violência vivenciadas com os parceiros íntimos e/ou pessoas próximas.

Diante da imediaticidade e heterogeneidade da vida cotidiana, desdobram-se na resolução de problemas imediatos, com recursos e repertórios construídos a partir da própria

história, da sabedoria popular, da leitura e trânsito, eu que realizam dentro de suas próprias realidades.

Desigualdade social e de gênero mitifica a possibilidade do exercício da liberdade de escolhas e a ampliação das condições de direito e cidadania. A persistência e o ciclo contínuo de diversos tipos de violação favorecem consequências perversas e repercussões severas para a saúde, o trabalho, entre outros; comprometendo inclusive a capacidade de proteger o desenvolvimento das gerações futuras.

A pobreza, associada às questões relativas a violências nos territórios, incide diretamente na vida das mulheres de maneira peculiar, dificultando as possibilidades de autonomia, formação e organização coletiva, conformando um cenário complexo e favorável a várias formas de violência, autoritarismo e vulnerabilidades.

Como questão política, as violências não se referem a um problema local, mas sustenta círculos e pactos de silêncio; políticas e negociações realizadas em caráter privado, destituindo as potencialidades e a capacidade política da população.

A despeito de todo esse cenário, circulam, entre as mulheres, formas de saber circulatório, formas de vida e mobilidades. Mulheres que potencialmente, nos ardis da vida cotidiana, articulam formas de sobreviver na adversidade.

A partir das narrativas e da entrevista em grupo com as lideranças, foi possível evidenciar clara diferença quanto à percepção e nomeação da violência por parte das lideranças diante das narrativas das mulheres. A perspectiva de organização confere possibilidades de ampliação, não apenas de conhecimento, mas de trocas que viabilizam o reconhecimento de potencialidades e possibilidades de luta entre as mulheres.

A violência, como violação de direitos, é expressa, especialmente, na fala das lideranças, pelo precário ou pela falta de acesso aos bens e direitos essenciais.

Como força produtiva do sistema do capital, a violência produz e reproduz, se metaboliza com alta permeabilidade, nas diversas instâncias das relações sociais, o que se traduz em banalização e desumanização.

Fica colocada para o debate e para estudos posteriores a compreensão das possibilidades de ampliação efetiva da capacidade política da população para a defesa de

garantia e ampliação dos direitos sociais, diante de um cenário marcado por potencialidades e resistência, mas também pela barbárie e alienação.

Entendemos que, no horizonte das lutas imediatas, as possibilidades de resistência estão colocadas mediante a ampliação de acesso a direitos essenciais, condição necessária e fundamental para a efetiva organização coletiva e de resistência.

Do ponto de vista do exercício profissional, é importante ressaltar que, como questão importante de saúde pública, a violência contra a mulher, por ser um fenômeno complexo, exige reorganização dos serviços e avaliação ampliada e multiprofissional. É de vital importância a perspectiva de investimento para formação e capacitação para compreender o fenômeno e garantir atendimento de qualidade, bem como ações de promoção de direitos que incidam sobre o cotidiano da população, criando possibilidades coletivas de enfrentamento e combate; o desafio da prática intersetorial, articulação e do envolvimento de toda a sociedade. É importante ressaltar que as ações devem ser dirigidas não apenas aos sintomas e consequências da violência, mas como perspectiva de prevenção.

O discurso que justifica as práticas de violência articula elementos culturais, sociais e religiosos que, associados, transformam em capital simbólico que dá sentido à cotidianidade dirigida às mulheres; legitima a misoginia, o racismo, a homofobia, xenofobia, etc. E constitui obstáculo importante para o enfrentamento e combate das violências. Por isso a importância dos profissionais se apropriarem das discussões relativas aos direitos humanos e da perspectiva de construção de espaços de reflexão coletiva e posicionamento crítico como possibilidade de construção concreta de alternativas que possam incidir sobre o cotidiano, criação e ampliação de valores vinculados à ética e cidadania.

Discutir as possibilidades de escolhas, bem como oferecer oportunidade de construção de alternativas é uma chave importante na discussão das questões de violência e dos direitos humanos das mulheres.

No caso das mulheres em situação de violência, nas periferias, as diferentes formas se articulam, como as expressões da violência estrutural e das desigualdades de classe, e nos desafia, inquieta e mobiliza ainda um conjunto de diversas indagações.

Como dar estatuto político às histórias dessas mulheres, o saber e o conhecimento que delas são sujeitos? Como pensar possibilidades de resistência?

Como as mulheres, de fato, lidam com o conjunto das determinações – disputas e jogos de poder – que incidem sobre o seu cotidiano?

Como todos esses fios se misturam e se entrelaçam nas possibilidades, nos modos de vida, nas urgências e contingências do cotidiano?

Fomentar a capacidade política e de representação das mulheres enquanto sujeitos de direitos, pressupõe entender a violência contra a mulher para além das singularidades, na perspectiva de construção de políticas públicas sociais articuladas com as ações que fortaleçam a dimensão coletiva – seja na construção de ações afirmativas e de ampliação das condições de cidadania das mulheres, seja pela garantia de atendimentos de qualidade e efetivos, com vistas à promoção de direitos.

A luta pela emancipação das mulheres é a luta contra as desigualdades sociais de gênero, estruturadas pelas determinações sócio-históricas (sociais, econômicas) – condições objetivas e subjetivas de vida. E por resultarem, fundamentalmente, de uma construção social, essas relações são mutáveis.

As perspectivas de resistências das mulheres nas periferias são contornadas por inúmeras variáveis, determinações e com muitas mediações que estão por ser desveladas.

Diversas razões dificultam a tomada de decisão de interromper as situações, bem como a construção de projetos relacionados à autonomia e às possibilidades de escolhas – a compreensão da identidade de gênero; as imbricações com a subjetividade; as relações de amor e carência afetiva; a banalização e naturalização das violências, não compreendidas como violação de direitos humanos, seja pelos serviços de referência, seja pelas próprias mulheres.

Por fim, ampliar o campo de escolhas e possibilidades, nesse sentido, significa ampliar as possibilidades de acesso aos direitos essenciais, promover mudanças no campo da violência contra a mulher, o que exige mudanças estruturais na conformação das relações de gênero, mas, sobretudo, no campo da própria conformação do sistema patriarcal de dominação e exploração.

REFERÊNCIAS

ABRAMIDES, Maria Beatriz. **O projeto ético-político profissional do serviço social brasileiro**. Tese (Doutorado)- Programa de Estudos Pós-graduados em Serviço Social. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), 2006.

ASSIS, Mabel Isabel. **Mulheres negras: violência e resistência no distrito da Vila Brasilândia**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais)- Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). 2005

ASSUNÇÃO, Diana; D'ALTRI, Andrea (Orgs.). **Lutadoras**. História de mulheres que fizeram história. São Paulo: Edições ISKRA, 2009.

BARROCO, Maria Lucia S. **Ética e serviço social**. Fundamentos ontológicos. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

_____. **Ética: fundamentos socio-históricos**. 3. d. São Paulo: Cortez, 2010. Biblioteca Básica de Serviço Social, v. 4.

_____. **Código de ética do assistente social comentado**/ Maria Lucia Barroco, Sylvia Helena Terra; Conselho Federal de Serviço Social (Cfess), 2012.

BAPTISTA, Miriam Veras; BATTINI, Odária (Orgs.). **A prática profissional do assistente social, teoria, ação, construção do conhecimento**. São Paulo: Veras, 2009.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social, fundamentos e história**. Biblioteca Básica Serviço Social, v.2, São Paulo: Cortez, 2010.

_____. **Brasil em contrarreforma, desestruturação do estado e perda de direitos**. São Paulo: Cortez, 2008.

BRAVO, Maria Inês Souza (Org.). **Saúde e serviço social**. São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: UFRJ, 2004.

BRASIL. **Política nacional de promoção da saúde**. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Brasília, 2006.

_____. Ministério da Saúde. **Impacto da violência na saúde dos brasileiros**. Brasília-DF. 2005.

_____. Ministério da Saúde. **Violência faz mal à saúde**. Brasília-DF. 2006.

_____. Presidência da República. Lei 11.340. Lei Maria da Penha. Presidência da República. Brasília. 2006b

_____. **Prevenção e tratamento de agravos resultantes da violência sexual contra mulheres e adolescentes: norma técnica** /Ministério da Saúde. 3. ed. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas 2012.

_____. Presidência da República. **Plano nacional de políticas para as mulheres**. Brasília. Secretaria de Políticas para as mulheres, 2013.

_____. **Relatório final**. Comissão Parlamentar Mista de Inquérito Violência contra a Mulher, 2013, Brasília, jun. 2013.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de muros**. Crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: Edusp. 2000.

CARDOSO, Priscila Fernanda Gonçalves. **Ética e projetos profissionais**: os diferentes caminhos do serviço social no Brasil. Campinas, SP: Papel Social, 2013.

CARNEIRO, Sueli. **Enegrecer o feminismo**: a situação da mulher negra na América Latina a partir da perspectiva de gênero. São Paulo: Instituto da Mulher Negra.

CASTRO, Leticia Oppido. **Uma análise dos sentidos da não participação para os moradores de uma favela em São Paulo nos serviços prestados por organizações do terceiro setor**. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), São Paulo, 2009.

CFESS. **Código de ética do/a assistente social**. Lei 8.662/1993 de regulamentação da profissão. 10. ed. rev. e atual. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2012.

CISNE, Mirla. **Gênero, divisão sexual do trabalho e serviço social**. São Paulo: Outras Expressões, 2012.

CFESS/ABEPSS. **Serviço social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília, DF, 2009.

CHAUÍ, Marilena. **Conformismo e resistência**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

_____. Ética e violência. **Revista Teoria e Debate**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.

_____. **Cultura e democracia**. O discurso competente e outras falas. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

COBRAPE. **Relatório programa de urbanização**. Secretaria de Habitação e do Desenvolvimento Urbano, Prefeitura Municipal de São Paulo, São Paulo, 2005.

COELHO, Virginia Paes. **Visitando a história a partir de memórias femininas: Mudanças e permanências na socialização da mulher. 1960-1990**. Tese (Doutorado em Serviço Social)- Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), São Paulo. 2001.

COUTO, Berenice Rojas. **O direito social e a assistência social na sociedade brasileira: uma equação possível?** São Paulo: Cortez, 2010.

CYTRYNOWICS, Roney. **História do voluntariado do Einstein**. São Paulo: Narrativa Um. 2004.

DIAGONAL URBANA. **Diagnóstico organizativo**. Prefeitura do Município de São Paulo, Secretaria da Habitação e do Desenvolvimento Urbano, 2002.

ENDO, Paulo Cesar. **A violência no coração da cidade: um estudo psicanalítico sobre as violências na cidade de São Paulo**. São Paulo: Escuta/Fapesp, 2005.

GAMA, Andrea Souza. As contribuições e os dilemas da crítica feminista para a análise do estado de bem-estar social. In: **Ser Social**, Brasília,DF, v.10, n. 22, p. 41-68, jan./jun. 2008

FELTRAN, Gabriel de Santis. Margens da política, fronteiras da violência: uma ação coletiva das periferias de São Paulo. **Lua Nova**, 79: 201-233, 2010.

_____. **Fronteiras de tensão**: um estudo sobre política e violência nas periferias da São Paulo. Tese (Doutorado)- Universidade de Campinas (Unicamp), Campinas, SP, 2008.

FREDERICO, Celso. **O jovem Marx**: 1843-1844 as origens da ontologia do ser social. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular. 2009.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar**: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais. 12. Rio de Janeiro: Record, 2011.

GUAZZELLI, Amanda. **O desvelo da vida cotidiana e o trabalho do assistente social**. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), 2009.

GUERRA, Yollanda. A dimensão técnico-operativa do exercício profissional. In: **A dimensão técnico-operativa no serviço social** – desafios contemporâneos. Juiz de Fora: UFJF, 2012. p. 39-68

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

IAMAMOTO, Marilda Vilella. A questão social no capitalismo. **Temporalis**. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Ano 2, n. 3 (jan. /jul. 2001). Brasília, DF: Abepss: Graflin, 2001.

_____. **O serviço social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. São Paulo: Cortez, 2001 b.

_____. **Serviço social em tempo de capital fetiche**. Capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2010.

_____. **Relações sociais e serviço social no Brasil**. Esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 34. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

HIRATA, Daniel Veloso. **Sobreviver na adversidade**: entre o mercado e a vida. Tese (Doutorado em Sociologia)- Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2010.

IANNI, Otavio. **Capitalismo, violência e terrorismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2004.

_____. **A ideia de Brasil moderno**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

JURKEWICZ, Regina Soares. **Violência clerical**. Abuso sexual de mulheres por padres no Brasil. Tese (Doutorado em Ciências da Religião)- Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), São Paulo. 2006.

KHOURY, Yara Aun. Narrativas orais na investigação da história social. **Proj. História**, São Paulo (22), jun. 2001.

KRUG. E. G. *et.al.* **Relatório mundial violência e saúde**. OMS, 2002

LAROUSSE. **Minidicionário**. Língua Portuguesa, 2008.

LESSA, Sergio. **Abaixo a família monogâmica!** São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

MARTINELLI, Maria Lucia (Org.). **Pesquisa qualitativa**: um instigante desafio. São Paulo: Veras, 1999. Série Núcleo de Pesquisa – 1.

_____. **Serviço social**: identidade e alienação. 16. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. O serviço social e a consolidação de direitos: desafios contemporâneos. **Revista Serviço Social & Saúde**, Campinas: Unicamp, v. X, n. 12, 2011.

_____. **História oral**: exercício democrático da palavra. São Paulo: PUC-SP, 2013.

MARTINS, José de Souza. **A sociabilidade do homem simples**: cotidiano e história na modernidade anômala. São Paulo: Contexto. 2011.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). A violência dramatiza causas. In: **Violência sob o olhar da saúde: infrapolítica da contemporaneidade brasileira**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2003.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Violência e saúde**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006. Coleção Temas em Saúde.

_____. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

MISSE, Michel. Trocas ilícitas e mercadorias políticas: para interpretação de trocas ilícitas e moralmente reprováveis cuja persistência e abrangência no Brasil nos causam incômodos também teóricos. **Anuário Antropológico**, 2009-2, 2010. 89-107

MONTANO, Carlos. **Terceiro setor e questão social crítica ao padrão emergente de intervenção social**. São Paulo: Cortez, 2005.

NETTO, José Paulo; CARVALHO, M.C Brant. **Cotidiano: conhecimento e crítica**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. (Org.). **O leitor de Marx**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

_____. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

NJAINÉ, Kathie *et al.* **Impactos da violência na saúde**. 2. ed. Rio de Janeiro, RJ: Fundação Oswaldo Cruz: Educação a Distância da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, 2009.

NUNES, Maria José Rosado; CITELI, Maria Teresa. Violência Simbólica a outra face das religiões. **Cadernos Católicas pelo Direito de Decidir**, n. 14, São Paulo, 2010.

PAOLI, Maria Célia. O mundo indistinto: sobre gestão, violência e política. In: RIZEK; OLIVEIRA (Orgs.). **A era da indeterminação**. São Paulo: Boitempo, 2007. Estado de Sítio.

PASTORINI, Alejandra. **A categoria “questão social” em debate**. São Paulo: Cortez, 2004.

PAVEZ, Graziela Acquaviva; OLIVEIRA, Isaura Isoldi de Melo Castanho e Oliveira. Vidas nuas, mortes banais. **Serviço Social & Sociedade**, n. 70, São Paulo: Cortez, jul. 2002.

PONTES, Reinaldo Nobre. **A categoria mediação em face ao processo de intervenção do serviço social**. 1999. Mimeografado.

PUC VIVA. **Revista trimestral**, ano 9, n. 33, out./dez. 2008.

RAICHELIS, Raquel. **Esfera pública e conselhos de assistência social, caminhos da construção democrática**. 6. ed., São Paulo: Cortez, 2011.

SAFFIOTI, Heleieth; BONGIOVANI, Iara. Violência contra a mulher no Brasil atual. **Estudos Feministas**, 1994. Mimeografado.

_____. Contribuições feministas para o estudo da violência. **Cadernos Pagu**, v. 16, p. 115-136, 2001.

_____. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Perseu Abramo, 2004. Coleção Brasil Urgente.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 23. ed. Rio de Janeiro: Record, 2013.

SCHAIBER, Lilian Blima *et al.* **Violência dói e não é direito**. São Paulo: Unesp, 2005. Saúde e Cidadania.

TELLES, Vera da Silva. **Direitos sociais**. Afinal do que se trata? Belo Horizonte: UFMG, 1999.

_____. Transitando na linha de sombra, tecendo as tramas da cidade (anotações inconclusas de uma pesquisa). In: RIZEK; OLIVEIRA (Orgs.). **A era da indeterminação**. São Paulo: Boitempo, 2007. Estado de Sítio.

_____. **A cidade nas fronteiras do legal e ilegal**. Belo Horizonte: Argumentum, 2010.

TELLES, Vera Silva; HIRATA, Daniel. Ilegalismos e jogos de poder em São Paulo. **Tempo Social**, revista de sociologia da USP, v. 22, n. 02, 2010

_____. Ilegalismos populares e relações de poder nas tramas da cidade. In: **Saídas de Emergência**. São Paulo: Boitempo, 2011.

TELES, Maria Amélia de Almeida. **O que são direitos humanos das mulheres**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

TRINDADE, José Damião de Lima. **Os direitos humanos na perspectiva de Marx e Engels**. Emancipação política e emancipação humana. São Paulo: Alfa-Omega, 2011.

_____. **História social dos direitos humanos**. São Paulo: Perilópolis, 2011.

UNIFEM/IPEA. **Retratos da desigualdade**. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2008.

VENTURI, Gustavo; GODINHO Tatau (Orgs.). **Mulheres brasileiras e gênero dos espaços público e privado**. Uma década de mudanças na opinião pública. São Paulo: Fundação Perseu Abramo: Edições SESC, 2013.

WAISELFIZ, Julio Jacobo. **Mapa da violência 2012**. Os novos padrões da violência homicida no Brasil. São Paulo: Instituto Sangari, 2011.

_____. **Mapa da violência**. Atualização: homicídios de mulheres no Brasil. Flasco do Brasil/Cebela, 2012.

YASBEK, Maria Carmelita. Pobreza e exclusão social: expressão da questão social no Brasil. **Temporalis**. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, ano 2, n. 3, jan./jul. 2001. Brasília: Abepss: Graflina, 2001.

Filmografia

ALMODÓVAR, Pedro. **Volver**. 2006.

AMARAL, Suzana. **A hora da estrela**. 1986.

CATÓLICAS PELO DIREITO DE DECIDIR. **Religião e violência contra as mulheres**.
filme documentário, nov. 2003.

DORNHELM, Robert. **Guerra e paz** (da obra-prima de Léon Tolstói). 2007.

WERNEK, Sandra. **Sonhos roubados**. 2010.

ANEXOS

Anexo A – O trabalho profissional realizado no Programa Einstein na Comunidade de Paraisópolis (PECP)¹⁰⁰

O Programa Einstein na Comunidade de Paraisópolis surgiu inspirado nas ações da Sociedade Beneficente Israelita Brasileira Albert Einstein (SBIBAE). Ele foi concebido como centro de atenção primária gratuito, integrado à comunidade. Atualmente, focado em novos desafios, ampliou o seu compromisso criando o Centro de Estudos de Desenvolvimento Infantil (Cedi), que garante assistência pediátrica especializada, ampla e abrangente, em complementação ao atendimento de puericultura, ofertado pelas Unidades Básicas de Saúde (UBS).

Cronologia do Programa

1955: Surge a proposta de construção de um grande símbolo da gratidão do povo judeu ao País que respeitava a comunidade judaica.

1959: O Departamento Feminino, formado por Voluntárias, tem como missão angariar recursos para as obras do Hospital. Paralelamente, inicia-se o atendimento médico gratuito em consultórios particulares e pelo convênio realizado entre a SBIBAE e a policlínica Linath Hatzedek.

1969: A SBIBAE implanta, por meio do Ambulatório de Pediatria Assistencial, um importante trabalho social, destinado a crianças carentes com até 12 anos de idade que residiam nas cercanias do Hospital.

1971: A estrutura dos serviços prestados pela pediatria permite oferecer, além do atendimento ambulatorial, retaguarda de internações, procedimentos cirúrgicos e o fornecimento de medicamentos.

1997: Nasce o projeto Programa Einstein na Comunidade de Paraisópolis (PECP), uma opção pelo desenvolvimento de trabalhos sociais e de saúde, focada na comunidade de Paraisópolis, pela sua proximidade com o Hospital Israelita Albert Einstein.

¹⁰⁰ INSTITUTO DE RESPONSABILIDADE SOCIAL ALBERT EINSTEIN . Programa Einstein na Comunidade de Paraisópolis. **Relatório Anual**. 2012.

1998: Iniciam-se as atividades do Programa, com a inauguração do Ambulatório, erguido no centro da Comunidade.

2003: O Programa garante desvelo a 10.000 crianças de 0 a 10 anos de idade.

2005: Realiza-se a ampliação da área total para 4.500 m².

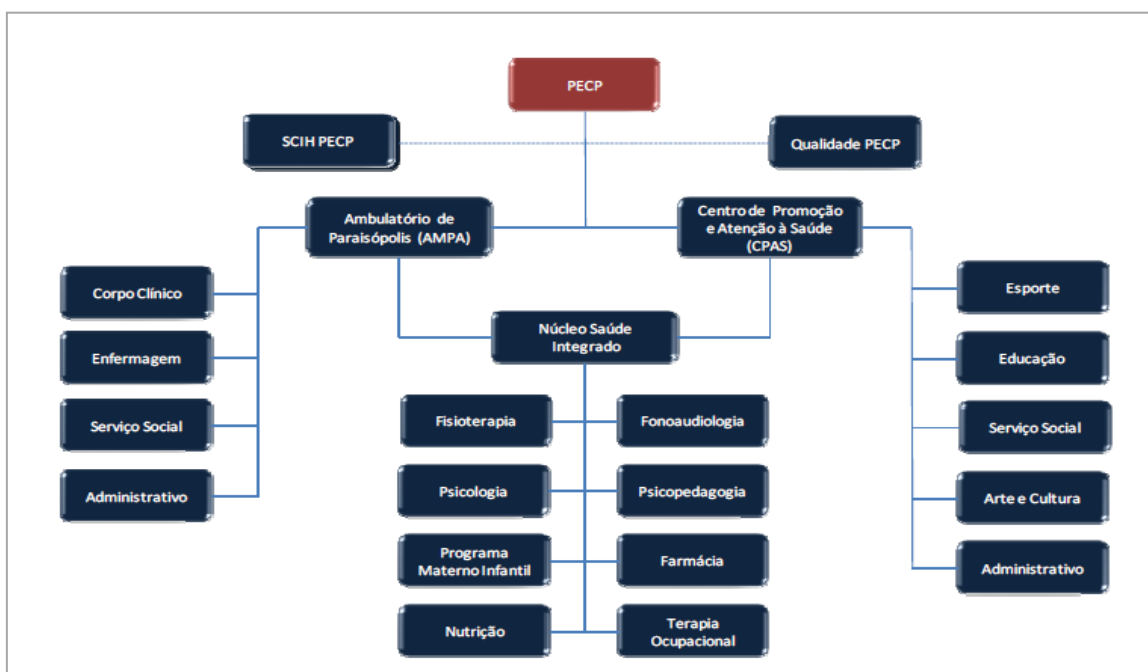
2009: Uma vez reconhecida como entidade filantrópica, a Sociedade Beneficente Israelita Brasileira Albert Einstein (SBIBAE), aqui representada pelo PECP, busca adequar-se às normas estabelecidas pelo Ministério da Saúde, desenvolvendo Projetos de Assistência (CEDI) e passando a receber pacientes provenientes das Unidades Básicas de Saúde da Vila Andrade. Com isso, garante cuidados a aproximadamente 12.000 crianças, em sua área ambulatorial e, aproximadamente, 6.000 beneficiários, em sua área socioeducativa, agora atendidas numa área de 5.500.

2012: Dando continuidade à sua vocação filantrópica, o PECP estreita as relações com a Secretaria Municipal de Saúde, a Subprefeitura do Campo Limpo, e, juntos, concentram seus recursos no atendimento especializado, visando suprir a carência histórica da região e complementar as ações das Equipes de Estratégia da Saúde da Família. Para isso, a faixa etária se amplia para o atendimento de jovens de até 13 anos, 11 meses e 29 dias de vida. Sua área de cobertura é estendida para além da Vila Andrade, alcançando o Subdistrito do Campo Limpo, área que reúne 14 Unidades Básicas de Saúde.

Atualmente, o PECP é dividido em duas grandes áreas: Ambulatório Médico e Centro de Promoção à Atenção à Saúde (CPAS), com seus programas de educação, esporte, arte, cultura, desenvolvimento social e comunitário, trabalho e geração de renda, entre outros. Cada um desses programas possui uma equipe de Serviço Social.

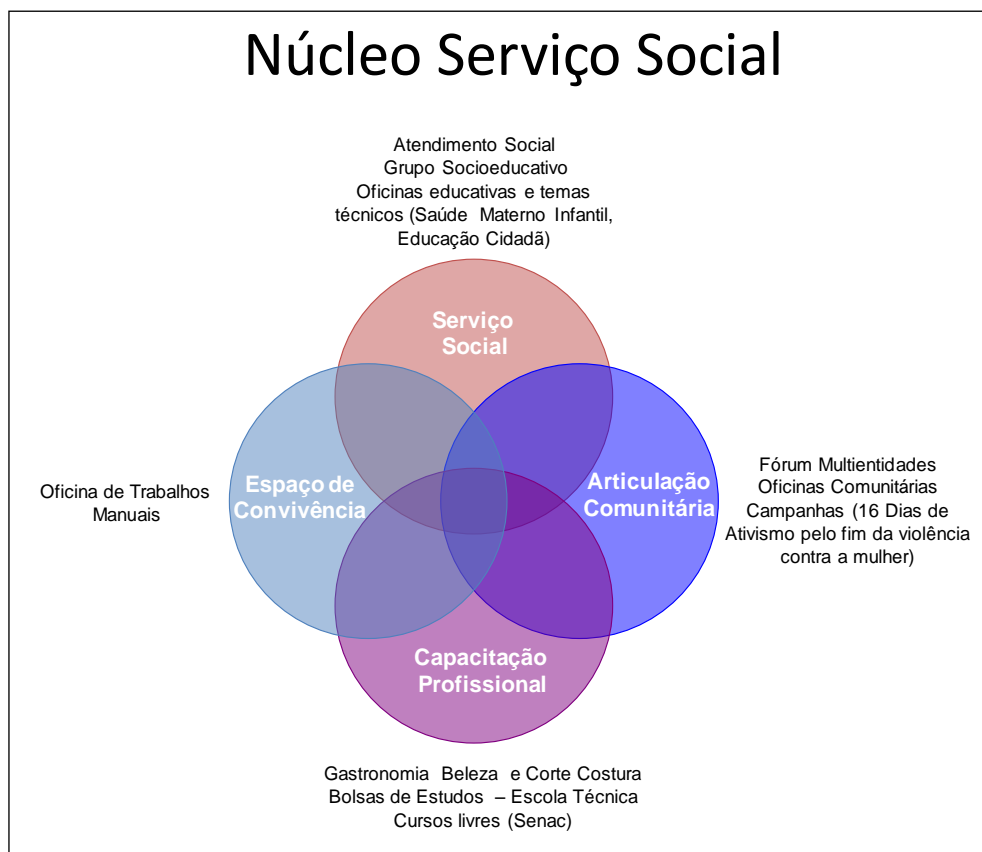
O foco das reflexões neste trabalho diz respeito à intervenção dos assistentes sociais no CPAS, espaço que congrega as ações de promoção e atenção à saúde. O Serviço Social do CPAS, por agregar, além de ações de promoção de saúde, várias ações socioeducativas, caracteriza-se como um núcleo de trabalho com uma interação e interface com os programas de educação, esportes e arte educação.

Organograma do PECP



O Serviço Social do CPAS

O núcleo Serviço Social concentra projetos e ações em que se articulam: *Serviço Social* (Atendimento social, Grupo Socioeducativo); *Capacitação Profissional*; *Espaço de Convivência e Articulação Comunitária*.



A inserção do profissional do Serviço Social no PECP deu-se desde a sua implantação, participando no processo de territorialização e do estabelecimento do vínculo com a comunidade e lideranças locais. Esse profissional sempre participou com papel ativo na mediação e articulação dos interesses e necessidades da comunidade e o espaço institucional.

O trabalho desenvolvido pelo Serviço Social tem como objetivo promover ações que possam contribuir para mudanças e transformações das condições sociais que incidem sobre a saúde da população.

A atuação tem como principais eixos do trabalho: a ampliação de conhecimento e das condições para apropriação dos direitos sociais; o fortalecimento dos vínculos relacionais e comunitários; a ampliação das condições de autonomia e participação social; e a construção de alternativas de trabalho e geração de renda, organizada no formato de um núcleo de serviço social formado por assistentes sociais, agentes de ações comunitárias, educadores e voluntários em diversas áreas. O desemprego de longa duração, a dificuldade de acesso aos serviços públicos, o analfabetismo, a baixa qualificação da mão de obra e a inconstância do

trabalho, o alcoolismo e a violência são várias das demandas sociais trazidas pela população aos diversos programas.

OBJETIVO

Desenvolver atividades e projetos que proporcionem a ampliação das condições de cidadania, autonomia e participação das pessoas atendidas pelo CPAS.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Ampliar o conhecimento e as possibilidades de acesso aos direitos;
- Promover ações que ampliem as possibilidades e o fortalecimento e vínculos relacionais e sócio-comunitários;
- Promover ações que estimulem o reconhecimento de potencialidade e a construção de alternativas para superação de situação de vulnerabilidade social;
- Desenvolver habilidades e competências profissionais entre jovens e adultos para o mercado de trabalho; atitudes empreendedoras e de auto-gestão;
- Contribuir para inserção de jovens e adultos no mercado de trabalho;
- Contribuir para o acesso aos bens de cultura e de lazer da cidade;
- Fomentar a participação e educação popular dos participantes e usuários dos serviços;
- Articulação de ações em rede social

No trabalho desenvolvido pela equipe de Serviço Social CPAS, a violência contra a mulher representa 30% da demanda para atendimentos explicitados como demanda principal. Isso significa que o número de pessoas a qual essa demanda não está relacionada ainda deve ser considerado, pois esse número está associado a outras demandas, tais como as de conflitos familiares, dificuldade de subsistência, de acesso aos recursos, entre outros.

Todo o trabalho desenvolvido pelas assistentes sociais, nesse sentido, tem como foco a prática educativa e de prevenção, junto aos diversos programas, por meio das discussões relacionadas, prioritariamente, ao tema *Direitos e Cidadania, Família e Relações de Gênero, Direitos da Mulher, Direitos Sexuais e Reprodutivos*, Direitos da criança e do adolescente; participação popular, prevenção e combate de violências, entre outros.

Os temas trabalhados enfatizam a importância das mudanças de comportamento na construção das relações de gênero, a apropriação dos direitos, a prevenção e combate aos vários tipos de violências.

No que diz respeito às questões de violência, o principal objetivo do trabalho é promover ações na perspectiva de romper com o silêncio, a banalização e naturalização de um fenômeno da violência tão complexo e com severas repercussões na vida, não apenas das mulheres, mas na de toda a sociedade.

Além do trabalho educativo, é realizado atendimento social que é caracterizado pela escuta, orientação sobre os serviços de proteção e atenção à mulher, o encaminhamento e acompanhamento das situações por meio dos atendimentos individuais e familiar. Há também visitas domiciliares, inclusão para participação em dos projetos de capacitação e convivência e demais serviços.

Uma das ações importantes, que é realizada anualmente, é a *Campanha pelo fim da violência contra as mulheres 101*, desenvolvida por meio de ações voltadas a toda a comunidade – moradores e lideranças locais –, funcionários, crianças, jovens e adolescentes participantes das atividades do Programa Einstein na Comunidade de Paraisópolis.

Essa Campanha tem o objetivo de sensibilizar, informar, mobilizar e encorajar todos e todas se posicionarem pelo fim da violência contra a mulher e promover o entendimento de que esse tipo de violência como forma de violação de direitos humanos.

Nesse sentido, são utilizadas diversas atividades, tais como:

¹⁰¹ A Campanha de 16 dias de Ativismo pelo fim da Violência Contra a Mulher é um movimento internacional que conta com a participação de várias organizações internacionais que realizam manifestações públicas, articulação e mobilização de toda a sociedade na luta pelo fim da violência doméstica contra a mulher. Realizada em âmbito nacional desde 2003, as ações são realizadas no período de 25 de novembro a 10 de dezembro, período que enfatiza datas significativas como: 25/11 – *Dia Internacional pela Eliminação da Violência contra a Mulher*; 01/12 – *Dia Mundial de Combate a AIDS*; 06/12 – *Campanha do Laço Branco* e 10/12 – *Dia Internacional dos Direitos Humanos*. A partir de 2010 a data de 20 de novembro – *Dia da Consciência Negra* também foi incluída ao calendário. A ideia do Programa Einstein na Comunidade de Paraisópolis (PECP) participar da Campanha reafirma o compromisso enquanto programa social de realizar ações preventivas de educação em saúde, a mobilização e a articulação para ampliação das condições de cidadania da comunidade. O PECP atende majoritariamente o público feminino, tanto no trabalho de atenção direta à saúde como nos processos educativos de orientação e atenção as famílias, nos cursos de capacitação e em outras diversas atividades. São geralmente as mulheres – os responsáveis pelos cuidados e acompanhamento dos filhos nas consultas, são elas que de um modo geral participam dos grupos, cursos e trabalhos propostos. Temos uma tradição do maior envolvimento e participação das mulheres no cotidiano do trabalho social. Apesar da ausência de estatística, segundo as organizações, profissionais e lideranças locais o fenômeno da violência doméstica contra a mulher é bastante difundido em toda a comunidade de Paraisópolis.

1) Oficinas de sensibilização e reuniões comunitárias com mulheres, homens, crianças e famílias da comunidade sobre o tema; organização de atividades de lazer e cultura, envolvendo debate e discussão.

Gincana com famílias – atividade de sensibilização sobre



Direitos da Mulher e Prevenção de Violências – Campanha 2008

Apresentação de teatro – Casa Bete Lobo



Centro de Referência da Mulher- Mauá/SP

2) Campanha Laço Branco – Mobilização dos homens para adesão à campanha por meio da organização de atividades de lazer e esportiva, debate e conversas – “De homens para homens”, entre outros.

Organização Torneio de Futebol



Conversa de homens para homens – Campanha 2006

3) Atividade de formação, debate e discussão com os profissionais das diversas áreas, lideranças comunitárias e organizações sociais sobre o tema por meio de encontros, palestras, atividades de mobilização, entre outros.

Discussão sobre a implementação da Lei Maria da Penha



Oficina Comics Power (histórias em quadrinhos) dirigida a profissionais e lideranças comunitárias



A Campanha de 16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra Mulher configura-se atividade de grande relevância no conjunto das atividades desenvolvidas pelo programa que atende, majoritariamente, ao público feminino. Uma sempre questão atrelada a esse trabalho é a perspectiva de organização coletiva, que perpassa ainda os impasses da construção de uma rede intersetorial que possa configurar um sistema de proteção e atenção das mulheres. Trata-se, inclusive, do debate e do envolvimento de todos na construção de alternativas concretas de mobilidade, interrupção, denúncia e segurança, destinada, especialmente, àquelas situações que envolvem risco iminente, inclusive para o grupo de profissionais.

É evidente que as situações de violência vêm acompanhadas de uma série de outras questões dramáticas que envolvem o cotidiano da vida das classes subalternas: a pobreza, a ausência do trabalho e de garantias de sobrevivência, os poucos anos de estudos, a saúde precária, por exemplo.

As práticas de trabalho em grupo contínuo e persistente favorecem o diálogo e a construção coletiva de alternativas que se fazem fundamentais nesse processo. Os temas trabalhados enfatizam a importância das mudanças de comportamento na construção das relações de gênero, a apropriação dos direitos, os vários tipos de violência e a importância da interrupção das situações.

Essas práticas são realizadas a partir da perspectiva de subversão da ordem dos discursos do senso comum. Por isso, o posicionamento e a opção pelas atividades em grupo socioeducativo, a realização de oficinas educativas e encontros temáticos na discussão de temas relacionados aos direitos e à cidadania, direitos sexuais e reprodutivos, por exemplo, fazem parte de um cronograma fixo das ações de promoção de saúde (materno-infantil, saúde da mulher), com discussões multiprofissionais e organização de encontros de formação com todos os profissionais envolvidos nas diversas ações.